

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva

**A CAMINHADA SOLITÁRIA DA COMUNIDADE CEVAL E A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOMUNITARISTA – PELOTAS/RS:
PERÍODO 2006/2011**

Rio Grande
2011

PAULO RICARDO GRANADA CORRÊA DA SILVA

**A CAMINHADA SOLITÁRIA DA COMUNIDADE CEVAL E A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOMUNITARISTA – PELOTAS/RS:
PERÍODO 2006/2011**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação Ambiental.

Orientador
Prof. Dr. Sirio Lopez Velasco

Rio Grande
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C824c

CORRÊA DA SILVA, Paulo Ricardo Granada

A caminhada solitária da Comunidade Ceval e a Educação Ambiental Ecomunitarista – Pelotas/RS: período 2006/2011 / Paulo Ricardo Granada Corrêa da Silva. - Rio Grande, 2011.
174 f.: il.

Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 2011. Orientador Sirio Lopez Velasco.

1. Ecomunitarismo. 2. Ética. 3. Sustentabilidade. 4. Capitalismo. 5. Ucronia. I. Título.

CDD 304.2

CDD: 616.99435

Catalogação na Fonte: Raquel Siegel Barcellos CRB 10 / 2037

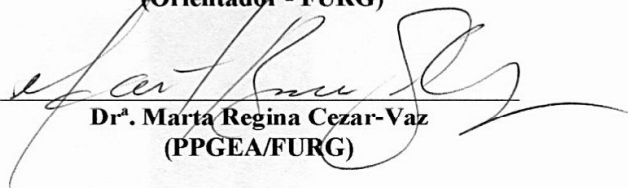
PAULO RICARDO GRANADA CORRÊA DA SILVA

**A CAMINHADA SOLITÁRIA DA COMUNIDADE CEVAL E A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOMUNITARISTA – PELOTAS/RS:
PERÍODO 2006/2011**

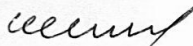
Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.



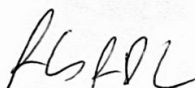
**Dr. Sírio Lopez Velasco
(Orientador - FURG)**



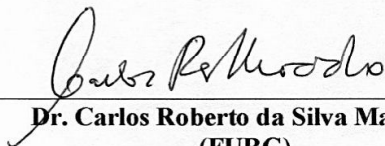
**Dr.ª Marta Regina Cezar-Vaz
(PPGEA/FURG)**



**Dr. Gomercindo Ghiggi
(UFPEL)**



**Dr. Álvaro Luis Ávila da Cunha
(UNIPAMPA)**



**Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(FURG)**

AGRADECIMENTOS

Ao amigo, prof. Dr. Sírío Lopez Velasco e sua luta para que um novo mundo seja possível.

À Mitizi, companheira de todas as horas, pelo companheirismo, paciência, dedicação e amor demonstrado ao longo deste doutorado. Sem ela esse trabalho não existiria.

Aos amigos da Ceval, que tão bem me receberam.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho fosse possível.

À UFPel, pelo apoio dispensado.

À CAPES, patrocinadora desta pesquisa.

EPÍGRAFE

*Aos esfarrapados do mundo
e aos que neles se
descobrem e, assim
descobrimo-se, com eles
sofrem, mas, sobretudo,
com eles lutam.*

PAULO FREIRE

RESUMO

Este trabalho de tese teve por fim analisar a situação social e infraestrutural da Comunidade Ceval na Cidade de Pelotas/RS, à luz da teoria ecomunitária, proposta por Velasco. No ano de 2005, a Universidade Católica de Pelotas deu por encerrado o projeto denominado Ecomunitarismo, desenvolvido junto à Comunidade Ceval, a qual vivia, à época, às margens do Canal Santa Bárbara em condição de lumpesinato. Nosso problema de tese consistia em saber como se comportou a comunidade Ceval no período compreendido entre os anos de 2006 e 2011, no que tange à maneira de como foi capaz de se articular para concretizar suas necessidades comunitárias. Partimos da hipótese de que a Comunidade Ceval conseguiu manter-se unida, lutando por seus interesses comunitários e praticando alguns preceitos do ecomunitarismo, mesmo que empiricamente. Este trabalho de tese objetivou, assim, investigar a realidade desta comunidade, seu desenvolvimento social e humano à luz do ecomunitarismo, no referido período, ou seja, após o encerramento do projeto Ecomunitário da UCPel. A metodologia utilizada partiu da construção de uma base teórica referente ao Ecomunitarismo, na qual estão expostas suas três normas da ética. Verificamos, a partir dessa base teórica, as ações realizadas pela Comunidade Ceval, constatando, por conseguinte, quais as atuais condições de infraestrutura e condições sociais da mesma. Para levantamento dos dados, foram realizadas entrevistas – a partir de um questionário previamente elaborado – com seis pessoas, todas moradoras da comunidade, sendo elas: dois líderes comunitários, duas trabalhadoras da Cooperativa Ceval e duas donas de casa. As entrevistas foram realizadas no ano de 2011. Verificamos, após a investigação, que a comunidade Ceval conseguiu, apesar das dificuldades enfrentadas, obter conquistas importantes ao longo do período estudado, como moradias, água, luz e esgoto. Conseguiram, também, a construção de seu centro comunitário e a concretização de sua cooperativa de reciclagem. Concluímos, dessa forma, que mesmo diante das vicissitudes, a comunidade conseguiu manter-se unida e lutando por seus interesses. Constatamos, outrossim, que a UCPel encerrou precocemente seu projeto, pois a comunidade ainda não estava pronta para sua caminhada solo. A falta do aporte teórico da Educação Ambiental Ecomunitária, que se fazia a tônica do projeto da UCPel, impediu que a comunidade conseguisse desenvolver a prática consciente das três normas da ética, base do ecomunitarismo – tendo tal prática sido encontrada apenas empírica e embrionariamente na cooperativa de reciclagem –, e, conseqüentemente, da ordem socioambiental ecomunitária, perfeitamente descrita em UCRONIA de Velasco.

Palavras-Chave: Ecomunitarismo; Ética; Sustentabilidade; Capitalismo; Ucronia.

ABSTRACT

This thesis had finally analyze the social and infrastructural Community Ceval in Pelotas / RS, in the light of ecomunitária theory, proposed by Velasco. In 2005, the Catholic University of Pelotas closed the project called Ecomunitarismo, developed by the Community Ceval, which lived at the time the banks of the Santa Barbara Channel in lumpesinato condition. Our thesis problem was in how the community Ceval behaved in the period between the years 2006 and 2011, regarding the manner of how he was able to articulate their community needs to realize. Assuming that the Community Ceval managed to remain united, fighting for their community interests and practicing some of the precepts ecomunitarismo, even empirically. This thesis work aimed therefore to investigate the reality of this community, its social and human development in the light of ecomunitarismo, in that period, after the closure of the project Ecomunitário UCPel. The methodology used was based on the construction of a theoretical basis for the Ecomunitarismo, which are exposed in their three standards of ethics. We note, from this theoretical basis, the actions taken by the Community Ceval, noting therefore that the present conditions of infrastructure and social conditions of the same. For data collection, interviews were conducted - from a previously prepared questionnaire - with six people, all living in the community, namely: two community leaders, the Cooperative Ceval two workers and two housewives. Interviews were conducted in 2011. We found, after investigation, that the community could Ceval, despite the difficulties, obtaining important achievements over the period studied, such as housing, water, electricity and sewage. Also able to build their community center and the achievement of their recycling cooperative. We conclude, therefore, that even before the events, the community has managed to remain united and fight for their interests. We note, moreover, that ended early UCPel your project, because the community was not ready to soil your walk. The lack of theoretical support Ecomunitária of Environmental Education, which was the keynote of the design UCPel prevented the community could develop a conscious practice of the three standards of ethics, ecomunitarismo base - this practice has been found only in embryonic empirical and cooperative recycling - and, consequently, social and environmental order ecomunitária perfectly described in UCRONIA de Velasco.

Keywords: Ecomunitarismo, Ethics, Sustainability, Capitalism; Ucronia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PROBLEMA	13
HIPÓTESE	13
OBJETIVOS.....	13
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
METODOLOGIA	14
CAPÍTULO I	15
1.1 DEMOCRACIA, IGUALDADE E JUSTIÇA BURGUESA	15
1.2 TRABALHO ALIENADO	18
1.3 DA ECONOMIA.....	22
1.4 DA CIDADANIA.....	24
1.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA QUALIDADE DE VIDA.....	25
1.6 DO MEIO AMBIENTE E DA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL.....	33
1.6.1 <i>Conceito de Sustentabilidade</i>	36
1.6.2 <i>Capacidade de Suporte</i>	39
1.7 DA EDUCAÇÃO	40
CAPÍTULO II	45
2. TEORIA DO ECOMUNITARISMO – ÉTICA PARA O SÉCULO XXI.....	45
2.1 <i>Primeira Norma da Ética</i>	45
2.2 <i>Segunda Norma da Ética</i>	46
2.3 <i>Terceira Norma da Ética</i>	47
2.4 A PROPOSTA ECOMUNITARISTA	48
2.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECOLÓGICA ECOMUNITARISTA	48
2.6 O NÃO-TRABALHO NO ECOMUNITARISMO	49
2.7 ECOMUNITARISMO E ECOLOGIA	50
2.8 ECOMUNITARISMO, GÊNERO HUMANO E NECESSIDADES HUMANAS	51
2.9 COMUNIDADES PERIFÉRICAS COMO SUJEITOS COLETIVOS DA LIBERTAÇÃO.....	53
2.10 TRATAMENTO DE RESÍDUOS	53
2.11 ERÓTICA	53
2.11.1 <i>Auto-Erotismo</i>	54
2.11.2 <i>Heteroerotismo</i>	54
2.11.3 <i>Procriação</i>	55
2.11.4 <i>Homoerotismo</i>	55
2.11.5 <i>Algumas idéias para educação sexual</i>	55
2.12 PEDAGOGIA.....	57
2.12.1 <i>A epistemologia da pedagogia da libertação</i>	57
2.12.2 <i>Educação familiar libertadora</i>	58
2.12.3 <i>Ação político-pedagógica libertadora</i>	59
CAPITULO III	60
3.1 UCRONIA.....	60
CAPÍTULO IV	65
4.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOMUNITARISTA SEGUNDO SÍRIO VELASCO.....	67
CAPÍTULO V	75
5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	75
5.1.1 <i>Da Organização</i>	75
5.1.2 <i>Da União</i>	77
5.1.3 <i>Da Associação Comunitária</i>	78

5.1.4 <i>Da Cooperativa de Reciclagem da Ceval</i>	79
5.1.5 <i>Das Conquistas</i>	81
5.2 DAS QUESTÕES RELATIVAS À UCRONIA	83
5.2.1 <i>Da Economia</i>	83
5.2.2 <i>Da Erótica</i>	85
5.2.3 <i>Da Comunicação Simétrica</i>	87
5.2.4 <i>Da Política</i>	88
5.2.5 <i>Da Educação</i>	90
5.3 DAS NORMAS DA ÉTICA	92
5.3.1 <i>Da Primeira Norma da Ética</i>	92
5.3.2 <i>Da Segunda Norma da Ética</i>	95
5.3.3 <i>Da Terceira Norma da Ética</i>	96
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	112
ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

Na pesquisa realizada em nosso trabalho de Dissertação, concluído no ano de 2005, a Universidade Católica de Pelotas, desde 1998 desenvolvia ativo projeto denominado de Ecomunitarismo, na cidade de Pelotas/RS, por nós pesquisado, com uma comunidade formada por catadores de papelão e pescadores, num total de 400 pessoas, em um universo de 114 famílias. Tal projeto, por se tratar de uma reflexão teórico/prática em Educação Ambiental, desencadeou em nós o interesse em levantar dados, historicidade, mapeamento da realidade socioambiental desta comunidade/público alvo, para verificar a viabilidade ou não do processo sócio-educativo-ambiental durante os sete anos de atuação, nesta, do Ecomunitarismo.

Este projeto, Ecomunitário, teve a finalidade de envolver os diversos cursos da UCPEL de forma interdisciplinar, através dos ensinamentos de Educação Ambiental. Recebeu o nome de Ecomunitarismo, por embasar-se na teoria ecomunitária desenvolvida pelo Dr. Sírío Lopez Velasco, autor do livro “Ética para o século XXI – Rumo ao Ecomunitarismo”. Segundo Velasco:

Ecomunitarismo é o regime pós-capitalista capaz de pautar as relações de trabalho inter-humanas e entre os seres humanos e a natureza pelas três normas da ética que deduzimos transcendentemente a partir da gramática da pergunta: “o que devo/o que devemos fazer?” Essas três normas exigem que devamos respeitar o direito de decisão individual, que as decisões sejam tomadas consensualmente e cuidemos da saúde da natureza humana e não humana. (VELASCO, 2000, tradução nossa).

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho vinha a ser o de “possibilitar o exercício da cidadania, da ética, e buscar soluções para os problemas socioambientais daquela comunidade”.

A comunidade, em 1997, ocupava as margens do Canal de Santa Bárbara causando um forte impacto socioambiental. Após muitas lutas, assembleias, e organização popular, em 2004, a prefeitura da cidade começou o processo de legalização das moradias, fazendo loteamentos (10m x 30m), com água e luz, no lugar agora ocupado, que

anteriormente havia pertencido a antiga fábrica de óleo vegetal denominada CEVAL. Ao encerramento do projeto, que coincidiu com o encerramento da dissertação, as 114 famílias moravam na comunidade São Gonçalo, ou seja, Bairro Ceval.

Durante os sete anos de atuação do projeto, muitas metas do Projeto Ecomunitarismo foram atingidas, como construção da conscientização socioambiental, higiene, alimentação alternativa, alfabetização de adultos, oficinas de teatro, hortas comunitárias, encaminhamento de reivindicações aos órgãos municipais competentes, eleições das lideranças da comunidade, planejamento familiar, aquisição de documentos de identificação pessoal, atividades lúdico-pedagógicas com as crianças, grupo de mulheres e da terceira idade, assim como incentivo à amamentação, ao uso de plantas medicinais, alternativas de trabalho, palestras informativas, esporte, confecção com material reciclado, mutirões de limpeza, assembléias, reforço escolar e outros. Ações que, em seu conjunto, contribuíram para construção dos valores sociais da comunidade, bem como a construção de sua identidade comunitária.

Após o término da pesquisa de Mestrado no ano de 2005, não tivemos mais contato com a comunidade, entretanto, tínhamos curiosidade de saber da sua realidade e da continuidade ou não do seu desenvolvimento social e humano. Assim, surgiu a pergunta que nortearia o projeto de Doutorado, que resultou na presente tese, denominada de “Caminhada Solitária da Comunidade Ceval” pelo fato desta, já não tendo mais o amparo da UCPel, à partir do encerramento do projeto ecomunitário, ter passado ao que denominamos de “caminhada solitária”, pela busca de seus objetivos.

Na esteira desse questionamento, a pesquisa se configura em investigar como transcorreu a vida da comunidade no período 2006/2011, ou seja, qual a situação contemporânea da comunidade Ceval, em Pelotas no Rio Grande do Sul. Para desenvolver o trabalho científico que é a Tese, nos cabe avaliar, com bases fundamentadas, a realidade da comunidade, seja nas suas relações sociais, nas suas condições materiais, na sua qualidade de vida, enfim, as suas condições socioambientais.

Problema

Após o término da pesquisa de Mestrado no ano de 2005, não tivemos mais contato com a comunidade, entretanto, tínhamos curiosidade de saber da sua realidade e da continuidade ou não do seu desenvolvimento social e humano. Assim, surgiu a pergunta que nortearia o projeto de Doutorado, em 2008 – ano de ingresso no PPGEA –, que resultou na presente pesquisa. A pergunta é: “A Comunidade Ceval conseguiu manter-se unida e trabalhando por seu desenvolvimento, segundo as normas ecomunitárias, mesmo que de maneira empírica, após o afastamento da Universidade Católica de Pelotas, em novembro de 2005?”

Na esteira desse questionamento, o problema de pesquisa se configura em investigar como transcorreu a vida da comunidade no período 2006/2011, enfim, qual a situação contemporânea da comunidade Ceval, em Pelotas no Rio Grande do Sul.

Hipótese

Nossa hipótese é de que a Comunidade Ceval, mesmo sem o aporte da Universidade Católica de Pelotas, dado o encerramento do projeto Ecomunitário em novembro de 2005, conseguiu manter-se unida e lutando pelos seus interesses comunitários, e praticando, mesmo que de forma empírica, alguns preceitos do ecomunitarismo.

Objetivos

Para desenvolver este trabalho científico, nos cabe avaliar a realidade da Comunidade Ceval, no que toca a sua capacidade de ter-se mantido unida e lutando por seus interesses comunitários, durante o período de 2006/2011, a partir da concepção ecomunitarista.

Objetivos Específicos

A fim de atingir o objetivo geral, temos como objetivos específicos: levantar dados no período compreendido entre os anos de 2006 e 2011, sobre o histórico socioambiental da comunidade; verificar a problemática vivenciada por esta comunidade; averiguar as condições infra-estruturais; constatar a comunicação simétrica e política no sentido ecomunitário; verificar de que forma são tomadas as decisões comunitárias; apurar quais foram suas conquistas; averiguar se existem lideranças dentro da comunidade; constatar se existe rodízio nas lideranças da comunidade, respeitando a primeira e segunda normas da ética.

Fundamentação Teórica

Como fundamentação teórica deste trabalho de pesquisa, utilizaremos a teoria do Ecomunitarismo de Velasco, explícita nas diversas obras do referido autor.

Metodologia

Começaremos este trabalho construindo uma base teórica referente ao Ecomunitarismo. Verificaremos as ações realizadas pela comunidade Ceval, como se deu a relação comunitária, de 2006 até o presente momento e quais as atuais condições da mesma. Nos embasaremos, para isso, na análise de entrevistas¹ que serão realizadas com os líderes comunitários da Ceval e alguns integrantes membros da comunidade que não ocupam cargos diretivos. Após a coleta, analisaremos as respostas do questionário com base na teoria ecomunitarista, que nos fornecerá os subsídios necessários para responder a nossa questão de tese.

¹ O roteiro da entrevista encontra-se nos apêndices deste trabalho.

CAPÍTULO I

Neste capítulo, realizamos uma reflexão em torno de temas que consideramos referenciais para a compreensão da proposta ecomunitarista e sua crítica ao paradoxo existente no sistema capitalista. Nos capítulos seguintes, veremos quão avessa apresenta-se a proposta ecomunitarista em relação ao capitalismo. No item 1.1, que versa sobre democracia, igualdade e justiça burguesa, mostramos como percebemos tais valores. Entendemos ser justamente a ausência destes valores – democracia, igualdade e justiça – no capitalismo que acarreta o drama vivido pelo trabalhador ao estranhar-se perante a mercadoria, fruto de seu trabalho, tema discutido no subcapítulo 1.2. Nos itens 1.3, 1.4 e 1.5, respectivamente, esboçamos um breve histórico do surgimento da sociedade em castas e a utilização da ideologia como manutenção do *status quo*. Valendo-nos da visão consensual de cidadania, adentramos na discussão do tema “qualidade vida”. Em seguida, discorreremos sobre a questão do meio ambiente e da sociedade sustentável, e dos conceitos de sustentabilidade e capacidade de suporte – conceitos cuja compreensão consideramos básica para a prática de qualquer processo que se queira sustentável. Tal capítulo, portanto, é por nós reconhecido como fundamental, em suas conceituações para a compreensão da proposta ecomunitária.

1.1 Democracia, Igualdade e Justiça Burguesa

A sociedade capitalista é formada por uma democracia, por oportunidades e por uma justiça burguesa, supostamente para todos. Não há, todavia, democracia, porque manda quem tem poder e obedece quem precisa, ou seja, aquele que não possui o poder burguês que lhe confere os meios de produção. Nesse sentido, as forças de manutenção da ordem sempre estiveram a serviço do Estado burguês capitalista e, conseqüentemente, da manutenção do *status quo*. Da mesma forma, não há oportunidade para todos por uma razão matemática: não pode haver oportunidade para todos porque isso acabaria com o grande exército de reserva², que é a grande ferramenta de barganha e geradora do lucro do capitalismo.

Oportunidade e igualdade para todos se constitui num grande paradoxo no sistema do capital, uma vez que isto significaria ausência de acúmulo, ausência de lucro, o que contraria,

² A existência de uma reserva de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. (Cf. BOTTOMORE, 1988)

por sua vez, toda a estrutura do sistema em questão. No momento em que todos tenham suas necessidades atendidas, é o mesmo que dizer que o sistema do capital não mais existe ou que foi decretado seu fim, pois para que todos atinjam esse patamar, há que acabar com o lucro e dividir a riqueza entre todos de forma que a produção seja dividida de maneira consensual, e isto é incompatível com o desejo de acumulação e lucro do capital. O sistema capitalista assim não o permite.

A justiça, dessa forma, também não existe, senão apenas sob a ótica capitalista do direito burguês. Ilustra bem essa afirmação o fato de que não há oportunidade para todos, pois se existisse não se falaria tanto nas escolas em mercado de trabalho e em competição comercial, transformando colegas em competidores e até em inimigos. Nesse sentido, nos dirá Velasco que:

a educação familiar e a educação formal (nas escolas e universidades) que centrar seus esforços em fomentar a subida rumo ao seletivo grupo dos “ricos e famosos”, por sua omissão dos fatores ambientais, pode ser chamada de “educação não ambiental”. (2008, p.15)

Não havendo também a menor chance de decisões consensuais sobre a manutenção das necessidades dos seres humanos, qualquer ser humano que sendo pego roubando uma mera maçã, que seja, de um grande depósito de alimentos para saciar sua fome, será imediatamente posto sob as penas da lei e da ética da moral burguesa.

Esse sistema se vale da guerra para ampliar mercados, se apoderar de riquezas e aviltar a soberania de outros povos; coloca seres humanos na condição de mendicância, se mostra incapaz de suprir as necessidades elementares da humanidade, lança milhões de seres humanos à própria sorte a ponto de terem de furtar na tentativa de sobreviver, acusa-os de indolentes pelo seu “insucesso” econômico – indolência imposta pela ausência do poder de decisão, alienada de suas existências – e que, transformando tudo em mercadoria, compromete os grandes equilíbrios ecossistêmicos e a vida como um todo. Nesse sentido, Burroughs, citado por Kowarick, nos dirá que:

A questão da pobreza teve uma tônica fortemente ética, na qual os indivíduos que se encontravam nesta situação eram por ela responsabilizados, pois careciam de atributos como força de vontade e energia moral: “pauperismo”, diz um empregador no início do século XIX,

“é a consequência do erro intencional, indolência vergonhosa, hábitos viciosos”. (KOWARICK, 2009, p.21)

Em decorrência do extrativismo desenfreado e do consumo patológico, lançando o planeta a toda sorte de catástrofes ambientais, o capitalismo, por conseguinte, não é um sistema democrático, porque não democratiza as oportunidades, não é um sistema igualitário porque impõem abismos sociais a estratificar a sociedade, e, por isso mesmo, nesse sistema não há justiça, porque nele nem todos são iguais perante a lei, e esta, sendo passiva de diversas interpretações, segundo sempre à conveniência da moral burguesa, apresenta-se como os sepulcros caiados de branco, mas cheios de podridão por dentro. Assim a pobreza será não raras vezes acusada de ser a culpada pela degradação ambiental. Nesse momento, Boff nos dirá o seguinte:

Diz-se que a pobreza é a causa da degradação ecológica. Portanto, quanto menos pobreza e mais desenvolvimento, menos degradação. Analisando criticamente, as causas reais da pobreza e da degradação, vê-se que resultam exatamente do tipo de desenvolvimento praticado. Ele é que produz degradação, pois dilapida a natureza em seus recursos, é consumista e explora a força de trabalho ao pagar baixos salários, gerando pobreza e exclusão social. (2010, p.202)

Essa é a realidade da sociedade capitalista, a alienar os homens de sua condição humana, de sua humanidade não perdida, mas tomada; de sua dignidade feita esquecida e de sua alma dilacerada, das lágrimas africanas que de tantas, tão escassas se tornam, das veias abertas da América sofrida, de sua dor tão doída, de suas ditaduras ainda não esquecidas, todas em nome do capital, dos mercados e do lucro. É assim, dessa forma tão inumana, que o capital coloca as coisas: *lucro máximo a escrúpulo mínimo, até a última possibilidade de acúmulo, exaustão do planeta e lágrimas da humanidade.*

Este não é, portanto, apenas um sistema injusto, mas escatológico em seu cerne. Um sistema que não representando o fim da história no sentido que lhe confere Fukuyama, pode muito bem representar sua última página.

1.2 Trabalho Alienado

Como continuidade do exposto acima, abordaremos agora a questão do trabalho alienado na sociedade capitalista, segundo a visão marxiana feita de tal situação, ou seja, do drama vivido pelo trabalhador ao estranhar-se perante a mercadoria, fruto de seu trabalho. Marx aborda a alienação do trabalhador em relação ao fruto de seu trabalho, e essa é uma questão que deve ser esclarecida para que se possa apreciar o problema antropológico que a produção capitalista reproduz diariamente, pois é nítida a diferença existente entre os grupos que participam do processo de produção e aqueles que participam de fato da produção destes bens.

É a isso, ou seja, à separação que existe entre o trabalhador e o produto do seu trabalho que Marx critica, porque é justamente o que se encontra por trás desta análise, e que parece estar já identificada no princípio de justiça defendido pela burguesia, e é a partir daí que Marx reflete. Tal princípio de justiça atesta que “cada um receba segundo seu trabalho”. O que Marx percebe, então, no capitalismo é sua contradição, no que se refere ao direito do princípio de justiça, que é o fato de que aqueles que executam a produção não serem proprietários do que produzem.

O que Marx faz é denunciar o fato de que o conjunto dos trabalhadores, das pessoas que participam da produção, seja ela indústria ou agricultura e de toda e qualquer outra forma de produção social de que seja capaz, não vem a ser o mesmo conjunto de trabalhadores que irá usufruir desta produção (MARX, 2002, p.119). Isso se verifica através da análise das relações que cada um dos componentes desse processo produtivo tem com os meios de produção. Marx, então, apenas constata o fato de que o capitalismo é percebido como um regime em que uma minoria é detentora dos meios de produção sejam estes, terras ou indústria, e que a grande maioria sobrevive apenas a partir do momento em que consiga empregar-se com os donos dos meios de produção.

Os produtos gerados nesse processo produtivo que envolve indústria e agricultura não mais pertencem a quem os produziu, mas sim àqueles a quem competem tais meios produtivos, que, pertencendo a uma minoria, fazem com que esta seja a detentora dos bens gerados nesse processo, seja na fábrica ou na lavoura, cada vez mais socializado, no dizer de Marx. Aí se encontra a incoerência fundamental do capitalismo, segundo Marx, que é

justamente a contradição entre o caráter social da produção e o caráter individual da apropriação dos bens produzidos.

Na sociedade capitalista não sendo possível, no entanto, “conciliar” as classes sociais, harmonizar o modo de produção de apropriação e de troca, com o caráter social dos meios de produção, e assim acabar com a exploração, esta conciliação apresenta-se como uma impossibilidade, sendo possível somente na utópica sociedade do ecomunitarismo.

No Manifesto Comunista de 1848, de Marx e Engels, é proposto que aqueles que fabricam os produtos na sociedade sejam os mesmos que usufruam de tais produtos, posto que ajudaram a fazê-los. Em outras palavras, que a sociedade se organize de tal forma que o princípio burguês de justiça seja respeitado, observando que, de fato, cada um receba segundo o trabalho que realizou, a rigor, fruto que o trabalhador colaborou para gerar – uma situação de trabalho alienada do capitalismo que é quando uma minoria detém os meios produtivos e a massa trabalhadora necessita empregar-se com os donos destes meios para garantir sua sobrevivência. Engels nos dirá que isto deverá ocorrer em uma nova ordem social e, inquirido sobre como deverá ser essa nova ordem social, dirá:

Antes de mais nada, ela tirará o funcionamento (*Betrieb*) da indústria e de todos os ramos da produção das mãos de indivíduos singulares concorrentes entre si e o entregará a toda a sociedade, quer dizer, à comunidade, para funcionar segundo um plano comum e com a participação de todos os membros da sociedade. Desse modo, abolirá a concorrência e implantará em seu lugar a associação. Além disso, como a exploração da indústria pelos singulares tinha por consequência necessária a propriedade privada – e como a concorrência nada mais é do que a forma que assume a exploração industrial realizada por proprietários singulares –, a propriedade privada é inseparável da exploração individual da indústria e da concorrência. Portanto, também deverá ser abolida a propriedade privada, que será substituída pela utilização em comum de todos os instrumentos de produção e pela distribuição dos produtos com base num acordo comum, ou seja, pela chamada comunidade dos bens (*Gütergemeinschaft*). (2005, p.111)

O fato de trabalhar, ou não, depende não da vontade do trabalhador, pois aquela se encontra alienada deste. Já não é mais ele quem decide ou não sobre seu trabalho, mas os donos dos meios de produção que se tornam, dessa forma, também proprietários de seu decidir, colocando o trabalhador sempre sob o perigo, no dizer de Marx, de *extraordinárias interrupções* (2002, p.112). Isso significa poder ficar desempregado a qualquer momento por tempo incerto e não sabido.

O brasileiro constitui um dos povos que mais trabalha no mundo, com um número de desempregados alarmante, não possuindo, nem de longe, um salário parecido com os existentes nos países de primeiro mundo. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ligado ao Ministério do Planejamento, apontou que, em 2003, 1% dos brasileiros mais ricos detinham uma renda equivalente aos ganhos dos 50% restantes, 54 milhões de pessoas viviam com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (VERSIANI, 2009).

Dessa forma, enquanto tivermos esse exército de trabalhadores de reserva às portas das empresas à espera de uma vaga, o poder de decisão não lhe pertencerá, mas continuará nas mãos dos donos dos meios de produção. Por isso, o investimento nas indústrias da forma como é feito, na tentativa de solucionar o desemprego, não garantirá nada. Pelo simples fato de não possuir fundamento teórico, lógico, nos princípios éticos, já que enquanto o trabalhador não for dono de seu poder de decisão, emblemando a primeira norma da ética, a questão não poderá ser resolvida. Recuperando o trabalhador sua capacidade de decidir, será desenvolvida também sua capacidade produtiva. Marx chama a atenção para o fato de que não basta vontade de trabalhar, pois esta vontade tem de ser acompanhada dos instrumentos para que possa se concretizar.

Sem os instrumentos para produzir, esta vontade é uma vontade vazia, sem realização, conforme se apresenta na realidade capitalista atual. Marx é convicto, também, ao afirmar que os trabalhadores devem unir-se livremente para usufruir dos meios de produção, dando vazão, assim, à sua vontade represada de trabalhar e produzir, não sendo possível, continua ele, deixar nas mãos das minorias capitalistas o controle dos instrumentos e materiais de produção. Caso isso não venha suceder, continuará a manter-se o desemprego de forma perene na linha da história.

Dessa forma, somente uma comunidade de produtores livremente associados a partir do ideal e da vontade de produzir de cada indivíduo logrará êxito, no tocante ao retorno dos bens produzidos às mãos de seus produtores, uma vez que produzindo para a coletividade ele é sabedor de que estará produzindo para si próprio. Essa seria a forma plausível para superar a problemática do desemprego que assola a humanidade em sua maioria esmagadora. Por isso, afirma Velasco³, que “não há projeto de desenvolvimento, mesmo que dirigido por pessoas de

³ Comunicação Oral, 2004.

esquerda, que logre sucesso ao tentar resolver o problema do desemprego, apostando dentro da lógica dos meios capitalistas de produção”.

Conclui-se que, para os trabalhadores, ter acesso aos instrumentos de produção é condição básica para que se efetive a capacidade de produzir. E, em se efetivando essa capacidade, será de fato a ele restituído o poder de decisão, que vem ao encontro da primeira norma da ética que diz que “devo zelar pelo meu direito de decisão”. Pelo fato primário de ser ele a tomar tal decisão, e não mais o dono dos meios de produção e, portanto, a alienar-lhe do poder de decidir, é que fará com que haja a redução dos níveis mundiais de desemprego supracitados.

Marx, falando da relação homem/natureza, afirma que o homem faz parte desta quando diz que a natureza é o corpo inorgânico do homem (2002, p.116). Pode-se identificar com clareza em seu pensamento a percepção de que, fazendo parte da natureza, interagimos com ela, e que tudo o que a afeta, enquanto corpo inorgânico do homem, também afeta a si, numa relação nitidamente expressa. A utilização dessa natureza não humana que deveria ser feita sob a forma de meio de subsistência imediato e como objeto e instrumento da atividade vital, que se configura no trabalho, deixa de sê-lo pelo fato de que esta natureza não orgânica, que deveria suprir as necessidades básicas do ser humano, possui agora um caráter privado. E, possuída por poucos, aliena a muitos, perdendo, por conseguinte, seu caráter de satisfação para a humanidade. A privatização da natureza condena, por isso, grande parcela da humanidade a situações de penúria de toda a ordem. Isso é característica do afastamento gerado entre a natureza e sua possibilidade de uso para a satisfação das necessidades humanas.

Dessa forma, percebe-se que o trabalho alienado aliena o homem também da natureza, e a terra, como meio de produção, pertencendo a uma minoria, faz com que a maioria não detentora deste meio, alijada, alienada deste, não possa usá-lo como meio imediato de subsistência, nem como instrumento de trabalho, enquanto necessidade vital da espécie humana. Ainda citando Marx, diz ele, referindo-se ao trabalho para o homem, que este mortifica o seu corpo e arruína o seu espírito (2002, p.114). Ao dizer-nos isso, Marx critica, no capitalismo, a animalização do homem ao considerar características que lhe são próprias, e que o diferenciam dos outros animais, que lhe são retiradas em um processo que o conduz à degradação. (2002, p.116-7)

Não podemos, no entanto, esquecer que o trabalho alienado, assim como produz danos à existência do trabalhador, portanto do homem, lesa da mesma forma a natureza, submetendo-a a um extrativismo abusivo e impiedoso. Natureza esta que, se constituindo no corpo inorgânico do homem, conduz este a manter com esta natureza uma relação dialética de equilíbrio. A relação de sustentabilidade que almejamos pode ser, como é possível deduzir, alcançada com a simples aplicação das três normas da ética ecomunitária que nos dizem:

1º norma: "Devo garantir minha liberdade de decisão porque Eu garanto minha liberdade de decisão é condição de Eu faço a pergunta 'Que devo fazer?' (numa realização feliz)

2º norma: Devo buscar consensualmente uma resposta para cada instancia da pergunta 'Que devo fazer?' porque Eu busco consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta 'Que devo fazer?' é condição de a pergunta 'Que devo fazer?' é feliz".

3º norma: "Devo preservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo porque eu preservo uma natureza saudável do ponto de vista produtivo é condição de eu faço a pergunta 'Que devo fazer?' (numa realização feliz)" (VELASCO, 2008, p.34-6).

Mais adiante, em capítulo específico, veremos detalhadamente as três normas da ética.

1.3 Da Economia

No período pré-histórico, o conhecimento era transmitido informalmente, de forma empírica e por observação. A sociedade apresentava-se caracterizada pela vida tribal, a terra pertencia a todos e o trabalho e seus produtos eram coletivos, o que caracterizava um regime de propriedade coletiva dos meios de produção. A sociedade era homogênea, una e indivisível. Nesse tocante, nos diz Aranha que

A pré-história constitui um período extremamente longo, em que instrumentos utilizados para a sobrevivência humana se transformam muito lentamente. [...] As transformações técnicas e o aparecimento das cidades em decorrência da produção excedente e da comercialização alteram as relações entre os homens. As principais mudanças são: na organização social homogênea, na qual antes havia indivisão, surgem hierarquias por causa de privilégios de classes; aparecem formas de servidão e escravismo; as terras de uso comum passam a ser administradas pelo Estado, instituição criada para legitimar o novo regime de propriedade. [...] Finalmente o saber, antes aberto a todos, torna-se patrimônio e privilégio da classe dominante. Nesse momento surge a necessidade da escola, para que apenas alguns iniciados tenham acesso ao conhecimento. (ARANHA, 1998, p.28)

O raciocínio e a visão holística do ser coletivo e uno que imperava dão lugar ao ser fracionado, a uma sociedade fragmentada em castas. Havia surgido a divisão entre trabalho intelectual, destinado às elites, e trabalho braçal, dirigido às demais classes. A ideologia, em decorrência, aparece como fenômeno da sociedade dividida em classes e, por seu intermédio, a classe dominada é incapaz de perceber a inferiorização a que é submetida e, sem consciência de si própria, torna-se inerte e impossibilitada de qualquer transformação, portanto, co-autora do *status quo*. De acordo com Maria Lúcia Aranha, "não compreender os mecanismos pelos quais a ideologia mascara as formas de poder é permitir que esta se perpetue". (1998, p.186)

A Grécia antiga, berço da democracia, na filosofia da essência, identificava o ser humano apenas no homem livre. O escravo, por conseguinte, não detinha tal condição. Ao atingirmos a Idade Média, a concepção essencialista sofre uma inovação. O homem, ao ser criado segundo uma essência pré-determinada, tem também seu destino previamente definido, o que já justificava a diferença entre a condição de servos e de senhores. A essência humana justificava tais diferenças.

Na Idade Moderna, há a ruptura do sistema feudal e o surgimento do modo de produção capitalista. A burguesia, classe em ascensão, passa a advogar a filosofia da essência como a defesa da igualdade entre os homens, criticando nobreza e clero. Uma vez no poder, para manter seus interesses, nega a igualdade dos homens lançando mão da pedagogia da legitimação das desigualdades, segundo a qual os homens não são essencialmente iguais, mas possuidores de diferentes capacidades e aptidões. A burguesia, através da filosofia da essência, legitima os privilégios. Segundo Aníbal Ponce, "as massas exploradas da Antiguidade e do feudalismo, apenas haviam trocado de senhor" (PONCE, 2000, p.135). Estende a burguesia, assim, seus tentáculos sobre povos e nações apáticas e inertes. Ainda nas palavras de Ponce,

Um regime em que o capitalista dá ao trabalhador muito menos do que o valor do objeto produzido, [...] se apodera sem nenhuma retribuição, de uma considerável parte do trabalho alheio, de tal modo que o salário com que paga seus operários mal dá para que estes possam se manter e possam voltar a vender ao capitalista nas mesmas condições, sua força de trabalho. (PONCE, 2000, p.135)

Admitindo como palavras-chave *agir comunicativo, força hegemônica e conhecimento*, podemos dizer, seguramente, que toda a mudança necessita do agir comunicativo e da força hegemônica, e ambos, do conhecimento, sem o quê não pode haver a instrumentalização das consciências.

Cabe refletirmos, não obstante, sobre que tipo de sociedade almejamos para, então, lançarmos mão das bases pedagógicas. Quanto a isso, nos diz Brandão que "cada tipo de sociedade real, histórica, cria e impõe o tipo de educação que necessita" (1993, p.76). Dessa forma, impõe-se a pedagogia capitalista do individualismo, da exclusão, da degradação da ética e da inversão dos valores. A competitividade sem ética, que leva à degradação social, substituiu o *ser* pelo *ter*. E pelos antolhos que coloca nas massas desprevenidas, impõe-lhes a visão do próprio umbigo.

A visão e a prática das normas da ética ecomunitária de Velasco (2003) vêm, dessa forma, alargar as consciências obtusas na busca de horizontes mais amplos. A educação libertadora deve dar o direito ao questionamento do consagrado e à escolha do porvir, conforme Brandão, deve "preservar na consciência dos *imatuos* o que os mais velhos consagraram e ao mesmo tempo, o direito de sacudir e questionar o que está consagrado, em nome do que vem pelo caminho" (1993, p.110).

1.4 Da Cidadania

Com a aglomeração do homem em grupos organizados, surge a necessidade de deliberar sobre as diretrizes da vida em sociedade. Da prática livre e igualitária a que se chamou democracia, surgiu a condição cidadã, composta de direitos e deveres para com a coletividade. De acordo com Covre, "a cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão" (1999, p.16). Diz-nos, ainda, a autora citada, que

Podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direitos dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). Sua proposta mais funda de cidadania é a de que os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça credo ou cor. E ainda, a todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso

a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, a habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna, de ser homem. (COVRE, 1999, p.9)

Percebe-se, pela citação acima, que basta apenas uma das premissas, para a condição de cidadania, não ser satisfeita, para tal condição não ser atingida. Cidadania, mais do que um direito tomado isoladamente, é condição cívica a propiciar o crescimento do cidadão e da sociedade como um todo. Nesse sentido, nos dirão Novaes e Lobo que:

Cidadania é a condição adquirida por um indivíduo que consegue exercer todos os seus direitos assegurados por lei [...] Nossa constituição lista esses direitos (civis, sociais, políticos), que resumem a obrigação do Estado em proporcionar uma vida digna e participativa a todos os seus habitantes. [...] cidadania é o direito a vida com tudo o que deve vir junto: liberdade, justiça, trabalho, educação, etc. [...] cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos que lhe confere o Estado. (NOVAES; LOBO, 2003, p.18-22)

Cidadania, assim, deve ser ensinada – desvelamento crítico – para que possa ser exigida e conquistada – ação transformadora. Como podemos observar, ensino pressupõe informação, e, no caso, informação de princípios éticos, sem a qual não se processa a aprendizagem e a mudança comportamental, que efetivamente possa conduzir à sociedade sustentável, descrita por Velasco.

1.5 Considerações sobre o tema qualidade de vida

Abordamos a questão da cidadania por considerá-la a tônica, o fio condutor, o constructo a balizar o homem rumo ao seu objetivo principal, que vem a ser a qualidade de vida, que é entendida a partir da tríade social, cultural e ambiental, embutida em tal processo de construção, que podemos bem dizer, da ordem socioambiental sustentável – o ecomunitarismo. Pergunta-se, inicialmente, se alguém se torna de fato cidadão enquanto não possui as condições básicas garantidas de sobrevivência, ou seja, as necessidades que venham efetivamente a contribuir para a manutenção da saúde orgânica, social e mental do indivíduo.

Parece que sem a condição de cidadania o homem adoece e, com ele, a sociedade como um todo. Segundo a organização mundial de saúde (VELASCO, 2008, p.12), o ser

humano é considerado saudável não apenas pelo equilíbrio de suas funções fisiológicas, mas também pelas suas condições de saúde psicossocial. Definir, dessa forma, qualidade de vida, torna-se algo que transpassa o óbvio. Segundo Selene Herculano, “a falta de cidadania [...] é um dos aspectos reconhecidos também como geradores de pobreza, portanto, retroalimentadores e disseminadores da exclusão” (2000, p.299). Assim, mensurar qualidade de vida pode sugerir várias abordagens, cada uma podendo conduzir a uma proposta conceitual diversa, sendo, então, a quantificação de um dos problemas observados na sua determinação.

Segundo a filósofa Martha Nussbaum (*apud* HERCULANO, 2000, p.299), a mensuração, no caso das ciências sociais, a transformaria em pseudociência. Sua proposta consiste, então, em sair do pseudocientificismo desengajado e focar o pedaço, não o todo, das *particularidades históricas das pessoas*, na tentativa de ser comparativo, e não absoluto. Mas esta é apenas uma das possibilidades que tentam deslocar o tema qualidade de vida de sua forma abstrata, indefinível, para a concreta e realizável.

Deve-se saber, antes de tudo, quais as necessidades de uma dada comunidade segundo sua própria ótica, o que está em consonância com a colocação anterior de Herculano. Dessa forma, não podemos nos arvorar a senhores de todos os destinos, uma vez que juntamente ao pré-conceito da qualidade de vida caminha, via de regra, a cultura imposta. Freire, nesse sentido, irá trabalhar justamente com as particularidades de cada grupo social, ou seja, a partir de sua realidade concreta, desvelada, o que lhes permitirá modificar esta mesma realidade social. Nesse sentido, Velasco, embasado em Freire, irá dizer:

entendo o termo educação como sinônimo de “conscientização”, assim como Paulo Freire define este último termo, ou seja, como combinação em situação de alimentação recíproca, de: (a) desvelamento crítico da realidade e (b) ação transformadora sobre ela, no sentido da construção de uma sociedade humana sem opressores nem oprimidos. (2004, p.9)

Perguntamo-nos então, que tipo de homem e, portanto, que sociedade queremos construir. A resposta a esta questão, parece conduzir-nos, também, à determinação de quê qualidade de vida pretendemos lhes proporcionar. E, assim sendo, se nosso objetivo for a construção de uma sociedade equânime e justa, cabe lembrar o dizer de Marx corroborando Freire: o homem é um ser histórico, que se constrói através de suas relações com o mundo natural e social, e o processo de trabalho nada mais é do que o processo privilegiado nessas relações homem/mundo (OLIVEIRA, 2004, p.28).

As comunidades indígenas, ao olhar do homem branco, por exemplo, não possuem qualidade de vida, no entanto, aos olhos da própria comunidade, não é esta a consideração feita. A carta escrita por um chefe índio das seis nações, nos Estados Unidos, após a assinatura do tratado de paz realizado entre os Estados de Maryland e Virgínia, quando estes oferecem às tribos que enviem seus filhos às escolas dos brancos, traduz bem esta consideração. O trecho pertinente diz:

Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração.

Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e sendo assim, os senhores ficarão ofendidos ao saber que a vossa idéia de educação não é a mesma que a nossa.

[...] Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapaz de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, caçadores ou como conselheiros.

Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão, oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que nós lhes ensinaremos tudo o que sabemos, e faremos deles, homens. (BRANDÃO, 1994, p.8-9)

Caso significativo e que ilustra a relatividade do tema em questão, ou seja, determinar o que seja qualidade de vida, ocorreu na comunidade considerada excluída socialmente, denominada São Gonçalo (objeto de nosso trabalho de pesquisa), que localizava-se às margens do canal que lhe emprestaria o nome, no município de Pelotas, onde foi realizada uma pesquisa por alunos da Universidade Católica de Pelotas, do curso de Ecologia.

Uma das perguntas feitas às pessoas do local era se havia algum problema de saúde com elas. As pessoas respondiam que não, para espanto do entrevistador que, chocado, notava ao seu redor problemas os mais diversos e em altíssimo grau, como: piolhos, sarna, verminose, feridas generalizadas pela boca da entrevistada, etc. Ao ponderar sobre a condução da pergunta, resolveu retomar a questão e realizar a abordagem de outra forma, dessa vez perguntando para a moradora da localidade “o que é doença para a senhora”? E ela, apontando para um barraco onde se encontrava trancafiado um rapaz, doente mental, que recebia comida por uma pequena fresta na porta, feita especialmente para isto, disse que

doença era aquilo. Eles estavam bem, podiam trabalhar e, portanto, não precisavam de nada, tinham saúde.

Nesse ponto, percebe-se novamente a relatividade conceitual do que vem a se constituir, afinal, qualidade de vida. Para ela, a comunidade possuía qualidade de vida, pois não se encontrava naquela condição de insanidade, mesmo vivenciando todo o drama causado pela insalubridade predominante no local, pela ausência total de qualquer forma de saneamento, pela falta das mínimas condições daquilo que se tem por conforto em seu senso comum, e pela privação de uma dieta básica na maioria das vezes.

Aqui, entretanto, encontra-se o grande vilão no que tange à definição de qualidade de vida: sua relatividade. Porém, para defini-la, é necessário postular seus indicadores. Essa tarefa torna-se penosa pelo fato de possuir um número de variáveis que são, além de grande, aleatórias. Todavia, sejam quais forem tais indicadores, deveriam estar em prol da sociedade utilizada para sua determinação, de forma a sensibilizar autoridades e representantes públicos na busca de melhores condições de existência para a espécie humana local. Herculano auxilia, novamente, ao dizer que “os indicadores sociais propõem-se a ser um incentivo para a mobilização da sociedade a fim de pressionar os que tomam as decisões” (2000, p.298). A autora citada ressalta, ainda, que se esses mesmos indicadores não informarem sobre as disparidades espaciais e de classes internas em cada país serão insatisfatórios para descrever o nível de bem-estar social de uma população.

Assim, considerando qualidade de vida como parte da construção da condição cidadã, explicitada na carta dos direitos humanos da ONU, e tomando-a como modelo aceito, ratificamos Kuhn (2000, p.297) ao dizer que a partir deste paradigma a comunidade científica pode propor e solucionar problemas. Os modelos dão, dessa forma, o subsídio que poderá conduzir para além do simples falar em cidadania, em direitos humanos e em justiça social, ou seja, conduzir à ação, para que nos afastemos do grande paradoxo que se configura a escassez desses direitos para a maioria da humanidade.

A essa maioria marginalizada, que vive à parte de todas as conquistas tecnológicas que deveriam tê-la conduzido a uma vida digna, foi vetado o saber dos direitos antes que dos deveres. Tal maioria, entorpecida pela carga excessiva de trabalho, pela lembrança diária da insegurança a que está sujeita, pelo desgaste gerado e pelo desejo e necessidade de ascensão social, foi privada da escola, do trabalho, da habitação, da saúde e do mais elementar dos

direitos: o direito à nutrição. Da entrevista a nós concedida pela professora Fontoura⁴, durante nosso trabalho de mestrado, vem o seguinte relato:

Qual é a noção de fome para eles? Qual é a noção de trabalho, qual é a noção de educação de meio ambiente? Várias entrevistas nós fizemos para entender isto. E eles se sentem à parte dessa natureza. Não se sentem fazendo parte. Mas veja bem; eles não têm documentos, não têm direito a morar, não têm direito a dormir, não têm direito a comer, não têm direito à saúde, não têm direito à educação. Como é que tu queres que eles entendam que eles fazem parte do meio ambiente? Quando eles não se sentem nem seres vivos! Eu lembro que as primeiras fotografias, feitas por uma moça de comunicação, de jornalismo, fez, quando eles olhavam as fotos eles choravam. Eu tenho as primeiras fotografias aí, guardadas, aqui em casa com os documentos. Porque nem registro eles não tinham, de nascimento. Então olhar a foto, “hei, eu existo, estou aqui!” Eles pediam a foto, eles beijavam a foto, botavam nas casas as fotografias.

Então é um processo histórico, é um processo de trocas, é um processo de inter-relações. O projeto do ecomunitarismo é um projeto que possibilitou o resgate da cidadania dos próprios acadêmicos que se sentiam cidadãos e no fundo se sabe que não é bem assim. O que é ser cidadão? O que é exercer a sua cidadania? Então começaram a entender porque estão estudando, e porque querem estudar. Para que querem ser advogados, médicos, pedagogos, pra quem, a favor de quem, contra quem, porque fazem isto? Ou serão mais um intelectual apenas, estudando à força? Eu lembro de uma ocasião que eu disse que eu ia trazer uma psicóloga para conversar e tal, e alguém disse assim; Ah! Não vem com essa gente que lê muito e pensa que sabe muito de fome! Então foi forte o que ela disse mas, foi verdade.

Uma ocasião um senhor disse para mim, perguntou para mim se eu já tinha sentido as tripas gritarem. E eu perguntei pra ele, como assim?

Elas gritam e roncam, mas roncam tanto que tu não consegues dormir! A dor é tanta que tu tens a impressão que tem um bicho te comendo por dentro. Isto é fome! E às vezes tu tens que bater nos filhos para eles dormirem, porque só depois de apanhar muito dá o sono e aí eles dormem. Então é isso... (CORRÊA DA SILVA, 2006)

Todos esses direitos, pela simples condição humana, inalienável, a sociedade composta por homens e mulheres necessita e deseja, sem saber, em sua maioria carente e desinformada, que são direitos constitucionais, e que a realização desses os tornam de fato cidadãos e cidadãs, e que lutar por sua posse é lutar por sua cidadania. Pela importância significativa da consciência daquilo que representamos na sociedade, pela condição de que somos dotados de *articuladores da história* e do que representa nossa postura neste conjunto, é que se faz possível desenvolver uma melhor qualidade de vida, que significa a melhoria da vida no planeta em sua totalidade. A partir da melhoria dessa qualidade trabalhada localmente temos como resultado, segundo Marx, uma melhoria da relação entre homem e natureza – na

⁴ Entrevista realizada em fevereiro de 2005.

qual a humanidade deve se realizar e não se alienar –, considerada por ele como corpo inorgânico do homem. (2002, p.116)

Para Vigotsky, os instrumentos de trabalho são elementos que, interpondo-se entre o trabalhador e o objeto de seu trabalho, amplia as possibilidades de transformação da natureza. Já os signos, utilizados para a resolução de um dado problema psicológico, e também chamados por ele de “instrumentos psicológicos”, orientam-se para dentro do próprio sujeito, dirigindo-se ao controle de suas ações psicológicas, de si próprio, ou de outras pessoas. Instrumentos, portanto de sua própria transformação, de seu desenvolvimento e da comunidade na qual se encontra inserido em sua condição de ambivalência, como agente e paciente. (OLIVEIRA, 2004, p. 29-30)

Assim, podemos deduzir que a partir da capacidade de articular os processos representativos do real o homem torna-se capaz de estabelecer relações, criar, planejar e desejar. O que seria semelhante a dizer que passa a almejar. Partindo do princípio estabelecido por Vigotsky, de que a atividade humana é uma atividade mediada, nos diz Oliveira que:

quando trabalhamos com os processos superiores que caracterizam o funcionamento psicológico tipicamente humano, as representações mentais da realidade exterior são, na verdade, os principais mediadores a serem considerados na relação do homem com o mundo. (2004, p.35)

Conclui-se que o determinante do desenvolvimento de qualquer sociedade será o seu fator simbólico que, adotado por todo um conjunto social, conduz à interação do grupo em questão, o que permitirá por sua vez a construção de todo o processo sociocultural. Dar-se-á, assim, e por este viés, o descortinar ou não dos movimentos sociais da comunidade e do exercício ou não da condição cidadã.

A partir dessas considerações, somos levados a concluir que a ordenação intencional do agente simbólico condicionará o tipo de sociedade almejada. Uma sociedade planejada, que, orientada por princípios e significados solidários, redundará não mais na alienação entre homem e natureza, mas em um processo de realização cooperativa, que Velasco (2003) denomina de Ecomunitarismo.

Freire, ao descortinar a realidade concreta dos oprimidos, nada mais faz do que modificar os mecanismos simbólicos da consciência social impostos pelo opressor; e

mudando o agente simbólico reorienta o vetor da condição de passivo para a de ativo, proporcionando, dessa maneira, o reencontro dos humanos com sua humanidade subtraída.

Barreto contribui ao citar Freire:

Diferentemente dos animais, os seres humanos respondem aos desafios do mundo em que vivem e usam esse mundo natural já existente, para criar o mundo da cultura. Desta forma, mulheres e homens vão mudando o mundo para torná-lo mais adequado a suas necessidades. Os animais, como apenas estão no mundo, não percebem a realidade como desafiadora e mantêm com ela apenas uma relação de outro tipo. Guiados pelo instinto, apenas se adaptam ao mundo em que vivem. (BARRETO, 2003, p.54)

Reconhecemos, portanto, homens e mulheres como agentes da história, devendo afastar-se da condição instintiva/alienada que o sistema lhes impõe. O modelo sobre o qual a economia capitalista está direcionada possui em seu aspecto extrativista o gerador de grandes mazelas sociais. Segundo Pádua, citado por Scotto, encontramos uma interessante classificação da humanidade em três blocos:

Bloco I: formado por 1/5 da humanidade (cerca de 1,2 bilhão de pessoas) e corresponde ao grupo de alto consumo. Este grupo se confunde, de maneira geral, com os habitantes dos países da OECD⁵ e é responsável por 82,7% do PIB mundial, 81,2% do comércio mundial e 50% da produção de grãos. Também é responsável pelo consumo de 60% dos fertilizantes artificiais, 92% dos carros, privados, 75% dos produtos químicos e 86% do cobre e alumínio.

Bloco II: formado por 3/5 da humanidade (cerca de 3,6 bilhões de pessoas), que os autores identificam como sendo de renda média. É possível criticar o caráter demasiadamente amplo dessa agregação. Uma análise mais fina e exigente colocaria uma boa parte deste grupo na categoria de baixa renda. De toda forma, para efeito de indicador temporário, vale a pena continuar com o raciocínio dos autores. O grupo é responsável por 15,9% do PIB e 17,8% do comércio mundial. Produz, além disso, sendo essa sua principal participação na economia do mundo, cerca de 30 a 40% dos alimentos primários. Também é responsável por cerca de 10-15% do consumo energético e da produção industrial do planeta.

Bloco III: formado pelos 1/5 mais pobres da humanidade (cerca de 1,2 bilhão de pessoas). O bloco é responsável por 1,4% do PIB mundial e 1% do comércio mundial. Este 1/5 da humanidade, e mais outro 1/5 que foi incluído no bloco II pelos autores, não tem acesso, a não ser em casos excepcionais, a veículos aéreos ou motorizados, eletricidade, telefone, computadores, Internet ou outros elementos do chamado mundo global. (PÁDUA *apud* SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2008, p.75)

⁵ OECD – organização para cooperação e desenvolvimento econômico.

Esse fato deve ser reconsiderado para que se possa, efetivamente, obter sucesso na construção de um paradigma de produção e distribuição de riqueza, que encontre na qualidade de vida e no bem estar social seu destino comum.

Faz-se imperativo, assim, a justa adequação dos modelos dominantes à condição cidadã, o que não ocorrerá enquanto houver o desvinculamento do estado de bem-estar social do processo de desenvolvimento econômico e sua responsabilidade com um projeto de sustentabilidade ambiental. Tal sustentabilidade pode ser atingida através do processo ecomunitário, que por sua vez poderá encontrar colaboração no desenvolvimento simbólico de Vigotsky, cujo vetor de desenvolvimento orienta-se do exterior para o interior do indivíduo, e que corroborado pelas palavras de Molon nos diz que:

Vygotsky busca a psicologia para compreender a criatividade humana [...] um sistema explicativo do psicológico que parte do social para o sujeito [...]. Na sua teoria, as determinações sociais não são forças misteriosas e mágicas que têm vida própria, mas se concretizam nas relações e significações. [...] Ele encontrou no diálogo interdisciplinar [...] o horizonte para superar a cisão homem-sociedade, mente e corpo, consciência e afeto. (MOLON, 2003, p.11)

Na perspectiva freireana, não pode existir desenvolvimento científico sem que haja antes o desenvolvimento do cidadão pleno. Resta-nos, assim, continuar na pesquisa e na elaboração de indicadores que balizem a construção de um mundo socialmente humano, mesmo que ainda atrelado a um sistema que agoniza e que em sua agonia, arrasta a humanidade a toda a sorte de mazelas. Lembramos, ainda, que se o PIB per capita dos países ricos era três vezes maior do que o dos pobres em 1820, este aumentou para setenta e quatro vezes em 2001. (QUESADA, 2001, p.14-8)

Já não há mais liberdade, nem mesmo para o direito elementar da nutrição. E mesmo em face à maior das ilusórias democracias vemos em cada homem e mulher deste planeta nada além de um concorrente. O capitalismo, ainda assim, terá que dar lugar a uma nova ordem social, da mesma forma que todos os outros modos de produção citados por Marx tiveram que fazê-lo. O diferencial dessa vez é que o capitalismo na luta por perpetuar-se, como uma estrela que atinge seu brilho máximo antes de morrer, poderá causar danos jamais imaginados, como o arrasar da natureza e da civilização. Cabem aqui as palavras de Shumpeter, ao dizer que, “inevitavelmente, surgirá uma forma de socialismo da, igualmente

inevitável, decomposição do capitalismo” (*Apud* QUESADA, 2001, p.18). Assim, podemos concluir que o futuro não poderá ser capitalista, ou não haverá futuro.

1.6 Do Meio Ambiente e da Sociedade Sustentável*

Para o desenvolvimento dessa tese, algumas considerações merecem ser feitas em torno do conceito de meio ambiente e do conceito de sustentabilidade.

Shepardson, em seu artigo intitulado *Que é meio ambiente?*, investiga a idéia que os estudantes têm sobre o que define meio ambiente e como essas idéias mudam através da série e da experiência educacional. Há, a nosso ver, a necessidade de que se equalize tanto o conceito de meio ambiente quanto o de sustentabilidade, para que se processe um sincronismo na comunicação entre pesquisadores e comunidade como um todo. Nos apoiaremos aqui em Reigota, que define meio ambiente como:

Um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológicas e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade. (2004, p.21)

Pesquisa, discussão e construção de uma nova sociedade, dessa forma, gravitarão ao redor da uniformização de tais conceitos, sem o que não chegaremos a lugar algum, pois nosso referencial não se encontrará, também, em lugar algum.

Em relação ao meio ambiente, não raras vezes, as pessoas se percebem desvinculadas deste, compreendendo o ambiente de uma perspectiva ecológica limitada; isto é, um ambiente como um lugar onde os animais vivem e/ou uma área que dá suporte à vida animal (SHEPARDSON, 2005, p.49-58). A importância de perceber-se parte integrante do meio é vital para a Educação Ambiental enquanto educação política reivindicadora, no sentido freireano, de desvelamento crítico da realidade e ação transformadora sobre esta mesma realidade que, assim, culmina na práxis como busca da concretização de uma ordem socioambiental sustentável.

* Os sub-capítulos 1.6.1 e 1.6.2 são conceitos de grande importância, no sentido de compreensão da terceira norma da ética, quando esta solicita a preservação-regeneração sadia da natureza humana e não-humana.

O conceito de sustentabilidade é trabalhado por Herremans e Reid (2002) no artigo intitulado *Desenvolvendo a consciência do conceito de sustentabilidade*. No referido artigo, os autores discutem o uso do que denominam de tríade da sustentabilidade como uma estrutura para ensinar a sustentabilidade em sala de aula. Para tanto, se valem de um estudo de caso, realizado em um parque nacional para mostrar como a tríade pode ser usada para determinar se suas três dimensões (econômica, social e ambiental) são congruentes ou conflitantes entre si. A ferramenta, segundo os autores, é útil para compreender melhor a sustentabilidade em um caso concreto mais do que em sua apresentação abstrata. Para nós, é de vital importância o desenvolvimento de tal conceito de sustentabilidade, pois só assim poderemos trabalhar na construção de uma sociedade não degenerativa, avessa a sua atual apresentação capitalista/extrativista.

Partindo-se do princípio de que há a necessidade de equilíbrio entre os três elementos da tríade para que a sociedade possa ser detentora do *status* de equilíbrio, há que buscar através de sua análise a equalização destes elementos e, portanto, da própria sociedade. Identificando as congruências e os conflitos entre as três dimensões de jogos sociais, ambientais e econômicos, o estágio seguinte discutirá a situação a ser melhorada. (HERREMANS; REID, 2002)

Para nosso estudo, como dissemos anteriormente, tal conceito é de suma importância, uma vez que o viés ecomunitarista, referencial teórico/utópico de nosso trabalho, almeja justamente uma ordem socioambiental sustentável, objetivo final, a nosso ver, de toda a educação ambiental. Nesse sentido, nos dirá Velasco que:

Devo praticar uma concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural sob o enfoque da sustentabilidade porque a terceira norma da ética prega uma interdependência do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural sob o enfoque da sustentabilidade ao exigir a preservação-regeneração sadia da natureza humana e não humana. (VELASCO, 2008, p.53)

Assim, temos que incluir os aspectos físicos naturais, e os aspectos sociais que envolvem as pessoas não só na sua individualidade, mas também no relacionamento que elas estabelecem com outras dentro do sistema que é a sociedade capitalista e que envolve aspectos culturais, que não são tangíveis, não se pode ver, não se pode pesar, mas fazem parte

da estruturação do meio ambiente como são as teorias científicas, as teorias místicas. Podemos acreditar nas teorias religiosas, tudo em que você possa crer em termos de cultura, mas que, há algum tempo, não seria incluído no aspecto socioeconômico do meio ambiente ou no aspecto físico-natural de meio ambiente.

Então, ao conseguirmos desenvolver essa forma mais ampla do que seja meio ambiente esperamos que as crianças ao serem chamadas a desenhar paisagens ambientais, incluam seres humanos na paisagem que representam em seus desenhos, em suas garatujas, e que não só incluam seres humanos, mas incluam, também, algo que simbolize o relacionamento existente entre os seres humanos. Então poderá haver ruas, poderá haver um bairro, poderá haver uma fábrica, carros, etc., e esta será uma prova de que realmente a concepção de meio ambiente começa a ser da abrangência que a lei suscita.

Diz-nos a Lei Nº 9794 de 27/04/1999 – PNEA, em seu art. 4, que:

“é princípio básico da Educação ambiental ‘a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade’, e isto em escala local, regional e global.” (VELASCO, 2008, p.21)

Passamos a ter, então, a incorporação de uma perspectiva sistêmica que caracteriza o programa de pós-graduação em Educação Ambiental desde o seu início, que vem a ser este elemento que compõe o conceito de meio ambiente, dotado de caráter físico-natural, possuidor de caráter social, socioeconômico e cultural, o que significa dizer que estes interagem entre si. Dessa forma, não estando isolados um do outro, tais elementos fazem parte de um sistema interacional.

Meio ambiente, assim, vem a ser exatamente o produto da interação dos diversos entes que fazem parte dessa articulação. Então teremos diferentes concepções de meio ambiente, dependendo das relações que existam entre os elementos que compõe este ambiente, levando em consideração sempre os elementos físico-naturais, os elementos socioeconômicos e os elementos de natureza cultural.

Inicialmente, essa forma de ver o meio ambiente não era tão abrangente, mas, todavia, já existia uma preocupação quanto a isto, uma vez que a prática experimental mostra que as pessoas confundiam meio ambiente com natureza verde – confusão incentivada pelos próprios meios de comunicação ao fazerem essa apresentação equivocada. Meio ambiente,

assim visto, é tudo o que vivenciamos no dia a dia. Temos então que insistir nessa idéia para que já na infância a criança, quando solicitada a desenhar algo que diga respeito ao meio ambiente, comece desenhando o seu lugar de existência.

A sala de aula é meio ambiente, a casa onde a criança mora é meio ambiente, no entanto ela não começa por esses locais e por vezes nunca chega a dar-se conta disso. A criança, muitas vezes, mesmo morando em um apartamento, no centro de uma grande metrópole, quando solicitada a desenhar o meio ambiente, ela o representa através de uma árvore, um campo, ou de um animal qualquer. É Velasco quem colaborará, novamente, ao dizer que:

Meio ambiente é o espaço-tempo histórico ocupado pelos entes, onde transcorre a vida dos seres humanos. Esse espaço-tempo, à maneira do da física relativista, deve ser entendido como o produto da presença e das relações existentes entre os entes. Quando digo entes quero dar a entender que não me refiro tão somente a objetos físicos (como podem sê-lo uma pedra ou um animal), mas também estão abrangidos os objetos culturais não-físicos (como podem sê-lo uma divindade ou uma teoria mítica ou científica sobre o mundo ou algum fenômeno em especial que numa dada cultura dele faça parte)... Sem seres humanos, pois, poderá haver universo, ou ainda planeta, mas não há meio ambiente. (2008, p.54-5)

Percebemos, então, uma limitação do conceito de meio ambiente em relação à sua forma mais ampla, e mesmo a lei suscitando esta abrangência, não é possível perceber nela uma clara concepção. Para a própria professora seria muito mais fácil trabalhar adequadamente a concepção de meio ambiente, uma vez que este tem origem no local onde se encontra a pessoa humana, com seu entorno, com as relações sociais, com as condições físicas e de conforto existentes no local, com a cultura que nos iguala ou nos diferencia. A cultura, então, como um todo, engloba a ampla noção de meio ambiente.

1.6.1 Conceito de Sustentabilidade

Velasco se vale da forma utilizada no relatório Brundtland sobre o que vem a ser Desenvolvimento Sustentável. Nesse informe que é de 1989, está colocado que Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. Em relação a essa questão, Velasco se afina com Leonardo Boff, apesar deste fazer sua reflexão sobre meio

ambiente e Educação Ambiental sob a ótica teológica, que não é a de Velasco. Possuem, contudo, um ponto de convergência muito importante. Velasco prefere não usar o termo desenvolvimento sustentável. Não quer usá-lo porque o termo de desenvolvimento além de vulgarizado recebeu um sentido distorcido, despertando nas pessoas imagens que o autor não gostaria que fossem associadas à sua reflexão, à sua proposta.

Desenvolvimento, para a maioria das pessoas, nada mais é do que a linha ascendente, de valores da economia, índice do PIB, por ano. Associa-se, então, imediatamente a própria expressão desenvolvimento a um gráfico de crescimento de uma determinada magnitude que, costumeiramente, vem a ser o PIB. O país se desenvolveu porque seu PIB aumentou significativamente. A discussão que vem sendo promovida sobre Educação Ambiental debate, há algum tempo, o chamado *risco da visão produtivista*, através da qual se acredita que quanto mais produção há, mais desenvolvimento também existe. Dessa forma, será justamente a partir da Educação Ambiental que vemos muitas vezes o aumento da produção criar sérios desequilíbrios ambientais; não só para o convívio dos seres humanos, não só para as pessoas tomadas individualmente, mas também para o impacto que esta atividade humana tem sobre o meio ambiente não humano.

Existe, assim, uma contradição quando não se observa esse produtivismo, que visa sempre ao aumento da produção e tem efeitos sistêmicos de caráter negativo, por vezes, afetando seriamente a vida humana e não humana, onde a presença humana não se faz direta, inclusive. Por isso, os organismos internacionais começam a criar outros termos e as próprias Nações Unidas passam a falar de índice de desenvolvimento humano.

Então para que não haja confusão, Velasco prefere tirar a palavra desenvolvimento e, ao apresentar sua proposta ecomunitarista como caracterizando uma ordem socioambiental pós-capitalista, que, lhe parece valer a pena ser assumida como estrela guia para que se tenha um rumo na caminhada, o autor fala do ecomunitarismo como sendo uma *ordem socioambiental sustentável*. Leonardo Boff faz a mesma coisa: ele não usa mais a palavra desenvolvimento e passa a falar de uma sociedade sustentável. Isso se encontra claro quando diz:

A reflexão crítica tem criado vasto convencimento de que o propalado "desenvolvimento sustentável" no sistema capitalista é uma armadilha que cabe denunciar. A lógica do desenvolvimento neste sistema imperante contradiz a lógica da sustentabilidade. Ele se entende linear, ilimitado e

supõe o infinito dos recursos da natureza. A sustentabilidade nos alerta de que vivemos num pequeno planeta, super-habitado, com recursos limitados, alguns renováveis e outros não. Se não elaborarmos um desenvolvimento (que precisamos) bem dosado e equitativo do qual todos possam se beneficiar, inclusive os demais membros da comunidade de vida à qual pertencemos, podemos ir ao encontro de um desastre. [...] A melhor forma de fazê-lo é deslocar o eixo do desenvolvimento para o da sustentabilidade. (BOFF, 2011)

Velasco acrescenta ordem socioambiental para abarcar os dois componentes fundamentais, o humano e o não-humano, que totalizam o meio ambiente em uma determinada circunstância. Nesse ponto, Velasco e Boff, estão de acordo com suas formas de ver bastante próximas. É ainda Boff quem irá reiterar esse posicionamento ao dizer que:

[...] *desenvolvimento* provém da área da economia política dominante, que é capitalista. Obedece à lógica férrea da maximalização dos benefícios com a minimalização dos custos e o encurtamento maior possível do tempo empregado. Procura-se extrair da Terra literalmente tudo o que é consumível sendo apropriado privadamente. O resultado é uma produção fantástica de bens e serviços, mas distribuídos desigualmente, gerando injustiça social mundial. [...] *sustentabilidade* provem do âmbito da biologia e da ecologia. Ela traduz a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução e responde pelas pendências e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada ser, até dos mais fracos. Se essa é a compreensão, então unir esse conceito de *sustentabilidade* com o de *desenvolvimento* configura uma contradição nos próprios termos. Eles têm lógicas que se autonegam: uma privilegia o indivíduo, a outra, o coletivo, uma enfatiza a competição, a outra, a cooperação, uma, a evolução do mais apto, a outra, a coevolução de todos juntos e inter-relacionados. (2010, p.201-2)

Velasco, todavia, recuperando o conteúdo que o relatório Brundtland havia dado para o conceito de desenvolvimento sustentável, responde o que seria uma sociedade sustentável, ou ordem socioambiental sustentável, ao se referir ao ecomunitarismo, dizendo que “seria aquela em que seriam satisfeitas as necessidades das gerações presentes sem que comprometessem as necessidades das gerações futuras, mantendo os grandes equilíbrios ecológicos locais, regionais e mundiais.” (VELASCO, 2008, p.54)

Em seu livro, *Ética para o Século XXI*, quando tenta balizar como tratar esta questão das necessidades, Velasco aponta que de fato nós temos condições de balizá-la conforme as três normas fundamentais da ética, e particularmente conforme a terceira, na qual fica evidente que não podemos discutir necessidades sem falarmos da saúde da natureza humana e não-humana. Então, dirá, teremos que considerar uma série de elementos que dizem respeito à

preservação da saúde da natureza não-humana. A preservação da saúde da natureza não-humana implica, assim, cuidar dos grandes equilíbrios ecológicos porque o próprio conceito de desequilíbrio se faz sinônimo de falência na saúde, podendo ser transitória, ou definitiva.

Percebemos aqui, novamente, a importância do conceito de desenvolvimento sustentável e do equacionamento entre essas duas variáveis. Para tanto, trazemos novamente Boff a colaborar:

[...] a utilização da expressão *desenvolvimento sustentável* representa uma armadilha do sistema capitalista imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (o desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza, as desigualdades e a devastação ambiental que ele mesmo produz. [...] a fórmula *desenvolvimento sustentável* no quadro da economia dominante capitalista significa uma *ilusão*. Postula-se um desenvolvimento que se move entre dois infinitos: o infinito dos recursos da Terra e o infinito do futuro. Ora, os dois infinitos são ilusórios: os recursos da Terra são finitos e o futuro humano é limitado, por não poder ser generalizado para toda a humanidade. [...] A sustentabilidade deve ser garantida, primeiramente, à Terra, à humanidade como um todo, à sociedade e a cada pessoa. (2010, p.202-3)

Então precisamos sempre vincular a discussão da satisfação das necessidades das gerações presentes e/ou futuras com a reflexão sobre a maneira pela qual nós mantemos ou não os grandes equilíbrios ecológicos a nível local, regional e planetário.

1.6.2 Capacidade de Suporte

Um elemento que Velasco acrescenta em sua discussão é uma aproximação entre o conceito de sustentabilidade, assim como ele a define, com o conceito de **capacidade de suporte** que a ecologia vem trabalhando há bastante tempo, antes mesmo da discussão da Educação Ambiental. Velasco tenta resumir este conceito de capacidade de suporte dizendo que ela é “a capacidade que tem um determinado sistema de resistir sem alterações irreversíveis a interação de um determinado número de elementos”. Fazendo um trabalho na fronteira do Uruguai, Velasco⁶ teve a oportunidade de conversar com um fazendeiro que não tinha concluído o 2º grau. Na conversa, o interlocutor diz: “aqui nós temos condições de criar

⁶ Comunicação Oral; 2008.

uma vaca e uma ovelha por hectare”, dando exemplo de como funciona a capacidade de suporte.

A experiência fez com que ele, o fazendeiro, descobrisse por si, uma vez que não tinha estudo para saber disso, numa explanação técnica, que se ele colocasse mais uma vaca ou mais uma ovelha por hectare seria demais. Os animais iriam consumir tanto a pastagem que não haveria mais recuperação da mesma, e que os próprios animais que ali estavam tentando se alimentar passariam a padecer de fome podendo mesmo morrer, uma vez que haviam excedido o consumo da pastagem. Nessa situação, teríamos uma ultrapassagem da capacidade de suporte criando-se, portanto, uma situação de insustentabilidade, e é aí que Velasco faz a aproximação, porque ao dizer que sustentabilidade se aproxima da capacidade de suporte ele está dizendo que “não é sustentável aquela situação na qual a capacidade de suporte é ultrapassada”.

1.7 Da Educação

O capitalismo roubou dos homens sua humanidade, e esta humanidade precisa ser resgatada. O homem máquina de ações automatizadas, compartimentadas, alienado até mesmo na mais promissora abastança, entorpecido em sua *via crucis* pela sobrevivência, imerso em uma carga de trabalho que no dizer de Marx mortifica seu corpo e arruína sua alma, anseia por sua humanidade perdida. Humanidade torna-se, dessa forma, o epicentro de todo processo de construção de uma nova sociedade.

A pergunta que devemos nos fazer é que sociedade desejamos construir e sob que bases o faremos. A resposta a estas perguntas esquadrinhará o rumo a ser seguido, determinará o norte regulador de todas as ações doravante praticadas. Tal resposta, por sua vez, calcar-se-á em uma ideologia, a qual deverá ser capaz de não apenas ser este norte regulador ao qual nos referimos, mas de ser este norte regulador pela capacidade de sistematização do desenvolvimento social.

A teoria que é dotada dessa peculiaridade, a nosso ver, é a teoria ecomunitária, onde Marx se dilui, e, portanto, ela está fundamentada em relações dialéticas, que trazem à luz as relações de poder estabelecidas no seio da sociedade. Nesse sentido, Freire apresenta-se com sua pedagogia capaz de subverter a ordem estabelecida – pedagogia esta apoiada nas colunas,

consideradas por nós, sustentáculos da educação, que vem a ser o desvelamento crítico da realidade e a ação transformadora desta, através da supressão da relação biunívoca estabelecida entre opressor e oprimido.

Assim, se Gadotti, comentando Marx, nos deixa o questionamento se devemos mudar a educação para mudar a sociedade, ou a transformação social é a primeira condição para a transformação educativa (2008, p.130), Freire nos deixa a resposta ao dizer que o movimento de libertação deve partir dos próprios oprimidos, cuja pedagogia será “aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade”. (1999, p.32).

A educação como um todo, e em especial a Educação Ambiental, não obterá êxito se a realidade não for desvelada pela educação problematizadora, que no dizer de Velasco:

na sua apreensão ingênua, ou seja, acrítica e alienada, ficam ocultos os mecanismos sociais de dominação-repressão-destruição que articulam seu coração mesmo. Daí que as “consciências imersas” nessa visão das aparências devem “emergir” no processo de descoberta dos mecanismos encobertos. Mas essa emersão não será nem satisfatória nem possível se o processo de compreensão intelectual não se fizer acompanhar da ação transformadora que aponta à superação daqueles mecanismos sobre os quais se assenta a dicotomia entre opressores e oprimidos e a devastação da natureza circundante e cuja superação permite à própria superação daquela dicotomia e a reversão da mencionada devastação. (VELASCO, 2004, p.13)

Vivemos um período histórico com reflexos provenientes de uma educação dogmática, castradora e individualista, geradora de uma sociedade alienada e dependente cada vez mais dos recursos econômicos e tecnológicos internacionais. Nas palavras de Pedro Demo,

É realidade que quem sabe pensar pode ter um projeto próprio, enquanto quem não sabe pensar vive de projetos alheios. Cidadania continua sendo o fator central do desenvolvimento tendo na educação um de seus móveis mais substanciais. (1999, p.82)

A maneira de reverter tal processo degenerativo da sociedade e altamente traumático pelas consequências que dele provém é uma modificação na base psicopedagógica educacional através da transmissão de valores éticos, e não mais de posicionamentos cômodos e pré-estabelecidos. Com o desenvolvimento do livre pensar, nos afastaremos do que parece já pertencer aos domínios do inconsciente coletivo como uma espécie de herança medieval de

cunho extremamente dogmático. Libertos do dogmatismo, formaremos o pensador por excelência, através do cuidado do indivíduo como um ser uno e não fracionado em razão e emoção. Concomitante ao livre pensar, que vem a ser, então, o pré-requisito do pesquisador, será desenvolvida a consciência social. O ecomunitarismo, pelas características que o compõem de diálogo, liberdade e trabalho coletivo, torna-se, por isso, poderoso meio de instrumentalização para atingirmos a condição cidadã. Assim, dar-se-á a formação de indivíduos saudáveis dotados de senso comunitário para uma sociedade, conseqüentemente, mais saudável, próspera e justa.

Simples e ignorantes chegamos ao mundo. Assim pensamos, raciocinamos durante os primeiros anos de nossa existência, com a simplicidade e a pureza dos que ignoram. Vemos, sentimos e processamos toda a gama de informações que absorvemos através dos sentidos de forma simples, pura e singela, porque simples, puro e singelo é todo nosso ser.

Com o passar do tempo imbuímos-nos, de toda a cultura do meio, toda a sua carga moral que, em maior ou menor grau, absorve-nos e, da grande maioria, rouba a capacidade de questionamento. Ao ingressarmos na escola, já estamos tão contaminados pelo meio que, com certeza, ele interferirá em qualquer processo raciocinativo que tenhamos. Parece estar por demais arraigada no inconsciente coletivo a herança escolástica medieval de cunho extremamente dogmático. Não devemos e nem podemos ensinar, mas educar, já que nos intitulamos educadores, e educar implica trabalhar personalidades. Nas palavras de Flávio Fortes D'Andrea:

A personalidade na sua temporalidade não pode ser considerada como uma simples soma de funções vitais, mas uma integração dinâmica cuja resultante se expressa pelo comportamento individual frente a estímulos de variada natureza. Existe, então, em função de um meio e, pertencendo a um ser vivo, tem que sofrer um processo de desenvolvimento. (1994, p.96)

Todavia, na perspectiva freireana, não pode existir desenvolvimento científico sem que haja antes o desenvolvimento do cidadão pleno. Devemos, portanto, ensinar a pensar com liberdade, colaborando na formação de uma personalidade harmônica não apenas com o meio, mas com o próprio indivíduo, levando-se em conta que não pode haver harmonia onde não há liberdade.

Não podemos, então, limitar o ser, mas sim, fazê-lo perceber que existem universos além do seu a serem conquistados, e que a busca da verdade é uma constante na vida do

homem, relativa sempre ao seu grau de adiantamento psicossocial. Podemos denominar tal comportamento de antidogmático. Na escola, geralmente, ensinam tudo, menos a pensar. Porque eles próprios, os docentes, em grande número não sabem fazê-lo, tornando então o ensino castrador e dogmático.

A curiosidade pode e deve ser estimulada, e o que se faz na maioria das vezes é sufocá-la com posicionamentos cômodos e medíocres. O pensar incomoda, obriga a modificações, à reciclagem, por ser agente transformador. Todos os sistemas possuem uma força inercial muito grande, diretamente proporcional à genialidade daquele que atua como agente de transformação, impulsionando o sistema à luz de novas realidades, o que significa, historicamente, deparar-se com grande força opositora. Isso faz-nos lembrar Thomas Young, quando diz que "a verdade raramente vem ao mundo sem as dores do parto". (YOUNG *apud* TRATTNER, 1953, p.146)

O homem é um conjunto uno, não apenas emoção, não apenas razão. Todavia, o processo educacional esquece-se de que não existe um sem o outro, e trata alunos de cursos humanos e técnicos de forma distinta. Nosso cérebro possui dois hemisférios dotados, segundo a ciência, de especificidades distintas, lógica e abstrata, porém, interligados, comandando a totalidade. Não vivemos apenas com um deles, devemos então cuidar de ambos com igual atenção. No dizer de Flávio D'Andrea, "o desenvolvimento do homem como ser social, baseia-se num equilíbrio. O resultado deste equilíbrio é que acarretará em um completo bem estar psicossocial" (1994, p.14).

Hoje, começa-se a sentir falta de humanismo nos parques industriais, fazendo-se, por isso, grandes investimentos em recursos humanos na busca de eliminar o desequilíbrio gerado pelo abandono destes. O sistema esqueceu que antes mesmo de aprendermos a ler, escrever ou calcular, já éramos capazes de sentir.

Paradoxalmente, o mesmo homem que se lançou à técnica com a avidez do lucro, gerou o grande e desequilibrante vazio que lhe faz quase que desesperadamente voltar-se à natureza que esqueceu, à natureza de seu próprio ser emotivo-abstrato. O caminho está em sabermos administrar razão e emoção às gerações vindouras, de forma a transmitir-lhes valores éticos e não mais dogmas arcaicos e sem sentido. Para tal, educadores em todos os níveis devem abdicar a propriedade da verdade, lembrando que ensinar é, antes de tudo, a consciência de que estamos periodicamente construindo novo saber, e de que não passamos de meros colaboradores na edificação de novas existências.

Concomitante ao desenvolvimento do livre pensador, ou seja, o pensador não submetido a dogmas, deve desenvolver-se a consciência social do indivíduo, de tal forma que as futuras gerações/famílias sejam atingidas pela mesma onda de princípios sociais, bem como a consciência de que a célula existe para o órgão, e não o contrário. De indivíduos saudáveis e com senso comunitário é o que toda a sociedade necessita, para que ela própria assim o seja, e para que este mesmo indivíduo não sofra as consequências degenerativas de um comportamento avesso e egoísta, base da quase totalidade das mazelas sociais. Nesse tocante, diz-nos D'Andrea:

A sociedade precisa de indivíduos para manter-se e progredir, mas muitas famílias parecem não participar dessa opinião. Não estimulam seus filhos a desempenhar qualquer serviço em prol da comunidade; pelo contrário, ensinam-nos a tirar o máximo proveito do meio e a retirar-se para longe das obrigações sociais. É comum, quanto mais próspera é uma pessoa, mais inacessível se torna e mais afastada tende a ficar dos problemas comunitários. [...] isto seria senão muito mais, uma atitude preventiva do sofrimento, ao reconhecer na maturidade, que a vida passou sem que a pessoa tivesse realizado algo útil para seus semelhantes. (D'ANDREA, 1994, p.108)

Creemos que, uma pedagogia aplicada da forma supracitada pode contribuir, de fato, para a formação do cidadão pleno, instrumentalizando-o para a conquista de seus direitos e para a prática de seus deveres, de modo que a ética deixe de ser mero vocábulo esquecido nas páginas de um livro qualquer, mas prática diária a nos dar a certeza de que nada jamais foi ou será construído na impostura, senão, num grande e único compromisso para com a verdade. Concordamos com Gentili quando diz que “educar para prática cidadã significa contribuir para formar a própria cidadania. Trata-se, de um problema ético e político que resume a razão de ser de toda a educação democrática” (2000, p.150).

CAPÍTULO II

2. Teoria do Ecomunitarismo – ética para o século XXI

Daremos início a este capítulo apresentando as três normas da ética de Velasco, base da Teoria Ecomunitária. Informamos, a priori, que a dedução das três normas éticas Velasco realiza a partir do conceito de felicidade de um ato de fala linguística, no sentido de John Austin (1962).

O que Velasco pretende é trazer à luz as normas da ética embutidas na gramática da pergunta “o que devo fazer?”, que vai do mais simples até o mais complexo ato do agir humano, desde ao acordar pela manhã e se perguntar se devemos permanecer em casa ou ir à escola. Sendo esta apenas uma opção dentre tantas decisões diárias que temos que tomar, até as mais graves como as trabalhadas por Sartre em sua obra como, por exemplo, a que diz: devo denunciar meu companheiro para salvar minha vida ou morrer na tortura?

Velasco nos mostra que sua proposta não garante que haja uma coerência entre o conteúdo da norma e a conduta, mas sim o fato de não alegar a partir do contato consciente, com esta, desconhecimento da existência das normas da ética, não tendo, portanto, mais direito ao benefício da ignorância.

2.1 Primeira Norma da Ética

Um pressuposto da pergunta o que devo fazer?, é que há pelo menos duas linhas de ação possíveis, caso contrário, não faria sentido realizar tal pergunta.

Ora, realizar a constatação de que há pelo menos duas linhas de ação possíveis significa que há liberdade para escolher entre elas. Podemos deduzir, assim, a primeira norma da ética: “Devo zelar pela minha liberdade individual de decidir porque isto é condição de felicidade da pergunta o que devo fazer?”. Devo buscar, devo construir a minha liberdade individual de decisão, e isto significa, por si só, que se as coisas se colocam como busca e conquista, que não sou livre. O que significa, por sua vez, que somos determinados por uma série de outras condições sociais, vindas de outras pessoas,

que estão cerceando esta capacidade de decidir o que devo fazer. Então a primeira norma da ética que nos obriga a zelar pela capacidade individual de decisão se configura como ponto de partida à crítica de qualquer tipo de situação na qual essa liberdade de decisão se configure cerceada.

Esta, então, configura-se como a norma fundamental para que se pense no processo de libertação, porque é justamente ela que convida a busca da realização da liberdade individual de decidir criticamente todas as instâncias, nas quais essa liberdade é negada, desde a vida na família, na escola, e no universo da empresa. E essa é uma das questões fundamentais de Velasco na crítica ética do capitalismo, recuperando a crítica antropológica que Marx faz, e contribuindo com uma apresentação que não havia na própria apresentação de Marx, que é a primeira norma da ética e que permite criticar eticamente o capitalismo, pelo cerceamento da liberdade individual de decidir, e que é imposta, diariamente, a cada um dos indivíduos que se encontra sob o domínio de um outro indivíduo.

Para Velasco, este é o cerne de um drama fundamental do capitalismo que diz respeito ao cerceamento, no cotidiano, da liberdade individual de decidir e com o fato de que não se faz possível exercitar a liberdade de decisão.

2.2 Segunda Norma da Ética

Esta liberdade individual de decidir tem uma abrangência ilimitada?

Para Velasco deveria haver uma mediação, para que esta liberdade, como disse Marx, pudesse se combinar e pudéssemos realizar nossa liberdade não contra a liberdade do outro, mas justamente com a liberdade deste outro.

Ao nos perguntarmos, o que devemos fazer, mesmo sem querer, fornecemos a oportunidade para que um interlocutor venha a dar sua opinião ao tema que se encontra em debate. Isso não se trata apenas de uma análise do componente linguístico da pergunta, uma vez que toda a interrogação apela à opinião do outro. Caso contrário, ela será uma pergunta infeliz, uma pergunta meramente retórica, nos chama a atenção Velasco lembrando Austin.

Toda pergunta lançada é capaz de incorporar no universo do diálogo qualquer pessoa que entenda a pergunta em questão, ou seja, o que devo fazer?

Então, perguntar o que devo fazer implica em ir ao encontro de uma resposta consensualmente construída. Abre-se, assim, a porta para que outro opine e para que a minha opinião possa ser beneficiada pela opinião do outro, possa ser trocada pela opinião do outro e eu possa evoluir na construção da resposta, sendo esta a razão da pergunta, a de que outro venha a se incorporar nessa busca.

Concluimos que a aquela liberdade individual de decidir que a primeira norma explicita como sendo uma exigência pela qual devemos zelar, complementa-se com a segunda norma que determina que ela seja elaborada com a participação do outro, ou seja, a minha liberdade individual de decidir se realiza em uma busca consensual, de acordo com os outros, que também estão aqui para fazer valer sua liberdade individual de decisão. Se a primeira norma da ética garantia a liberdade individual de decidir, a segunda norma da ética nos mostra com nitidez que essa liberdade individual de decidir nunca pode ser egoísta, fechada e oposta à liberdade de decidir dos outros, mas ao contrário, deve se construir numa busca de acordos e consensos sobre o que devemos fazer, até porque o que fazemos sempre tem implicância social, coletiva.

Podemos agora definir a segunda norma da ética; “Devo buscar respostas consensuais para que a pergunta, o que devo fazer?, porque buscar respostas consensuais para a pergunta o que devo fazer? é condição de felicidade da pergunta o que devo fazer?” Se não tivermos essa atitude estaremos executando atos infelizes da pergunta o que devo fazer?.

2.3 Terceira Norma da Ética

É condição de felicidade da pergunta “o que devo fazer?” não somente a própria pergunta, mas também que haja uma linguagem que a contenha, e a linguagem que possui a condição de arguição é a linguagem humana. E o que caracteriza e diferencia o ser humano das demais espécies é sua capacidade de trabalho, ou seja, para que haja uma linguagem para a pergunta o que devo fazer?, é preciso pertencer a uma espécie caracterizada como humana e que, por sua vez, se diferencia das demais pela capacidade

de trabalho. Marx, nesse ponto, definirá trabalho como aquela ação que o ser humano estabelece com a natureza para dela se apropriar conforme suas necessidades.

Mas qual é a condição para que haja trabalho? Podemos deduzir: a pergunta o que devo fazer? supõe uma linguagem humana; a linguagem humana supõe o ser humano, e o ser humano depende do trabalho que transforma e o transforma. As condições de trabalho por sua vez são compostas por três elementos naturais que são: o sujeito, o instrumento e o objeto (os três elementos naturais, pelo menos no seu início). Tenho, portanto, que preservar e regenerar uma natureza sadia do ponto de vista produtivo, para que obtenha felicidade na pergunta “o que devo fazer?”

Eis aqui demonstrado o conteúdo da terceira norma da ética.

“Tenho que preservar e regenerar uma natureza sadia do ponto de vista produtivo porque isto é condição de felicidade da pergunta o que devo fazer?”

2.4 A proposta ecomunitarista

Nossa intenção, neste subcapítulo, é oferecer uma visão panorâmica, através de resenha, da teoria ecomunitária, apresentada por Velasco em sua obra “Ética para o século XXI: rumo ao Ecomunitarismo”, e que permitirá uma melhor compreensão da comunidade estudada à luz dessa teoria.

2.5 Economia solidária e ecológica ecomunitarista

Velasco chama de “ecomunitarismo” o regime comunitário pós-capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas, entre os seres humanos em geral e entre estes e a natureza, conforme as normas éticas que deduzimos transcendentalmente a partir da pergunta O que devo/devemos fazer?”.

Velasco se propõe a abordar sucessivamente os seguintes tópicos:

1. À luz das duas primeiras normas da ética, como conceber a atividade produtiva no regime comunitário pós-capitalista?

2. Como conceber a relação homens-natureza nesse regime pós-capitalista (tendo presente a terceira norma da ética)?

3. Qual é a perspectiva ecomunitarista da estimação e satisfação das necessidades humanas e como ela se vincula à tarefa histórica da constituição real do gênero humano?

4. Como conceber o processo histórico orientado para a construção do ecomunitarismo?

2.6 O não-trabalho no ecomunitarismo

Se o “trabalho” executado/padecido no capitalismo é a atividade produtiva alienada de sua condição assalariada, que, submetida ao império da “ordem” é o tormento diário do qual se foge como da peste assim que surgir a oportunidade, o não-trabalho em que apostamos no ecomunitarismo é o contrário de tudo isso.

O não-trabalho é a instância de expressão livre das energias produtivas, na qual as pessoas realizam alternadamente suas múltiplas vocações. Isso significa que a mesma pessoa exerce com alternância, se não diária, pelo menos semanal, mensal ou trimestral, por exemplo, as atividades de físico nuclear, jardineiro, pescador, dançarino, torneiro mecânico e professor, se estas forem suas vocações. Velasco ainda nos diz que a conciliação das vocações diversas com o conjunto de necessidades comunitárias, as quais devem ser satisfeitas num nível já atingido e que nunca cessa de ser melhorado, será realizada por meio de acordo consensual dos produtores livremente associados que contraem e renovam periodicamente seu pacto de convivência, de acordo com a segunda norma da ética. Assim, ao ser estabelecida a lista de necessidades e de disponibilidades vocacionais, o acordo comunitário de não-trabalho será o mecanismo de compatibilização entre ambas.

O cultivo das ciências passa, no ecomunitarismo, a ser uma entre outras das diversas atividades que uma pessoa pode desenvolver em alternância temporal com vistas a seu livre desenvolvimento multilateral. Assim se rompe a unilateralidade, que é sinônimo de pobreza humana, dos atuais cientistas, ao mesmo tempo em que se encurta a distância, por dissolução da atual comunidade estanque no tecido social, entre os praticantes e os não-praticantes de atividades caracterizadas como científicas, sendo que estes últimos, à

luz de uma instrução generalizada, tendem a desaparecer. A dinâmica acordista supõe a eliminação da ordem do universo produtivo e social em geral, bem como sua substituição por normas éticas, as quais estabelecem as obrigações assumidas e operam num contexto onde todo o cargo de coordenação/fiscalização é eletivo e rotativo.

O ecomunitarismo ajusta-se ao lema: “De cada um segundo sua capacidade, e a cada um segundo sua necessidade”. O produto do não-trabalho corresponde, na sua quantidade e qualidade, ao estabelecido pelo censo consensual das necessidades sociais. Essas necessidades correspondem, por sua vez, ao conjunto do que precisam os seres humanos atuais e futuros para realizar as vocações que são incompatíveis com vocações alheias e/ou de efeito degradante irreversível sobre a natureza exterior.

Uma vez obtido comunitariamente esse produto, sua distribuição também se fará comunitariamente. Dessa forma, no ecomunitarismo, o salário e o dinheiro terão desaparecido da história humana, e as necessidades individuais serão satisfeitas a partir do “fundo econômico comunitário”.

2.7 Ecomunitarismo e ecologia

No que diz respeito à natureza, o ecomunitarismo está baseado na terceira norma da ética, que prescreve: “Devo/devemos conservar uma natureza saudável do ponto de vista produtivo, porque a natureza ser saudável do ponto de vista produtivo é condição de eu fazer a pergunta, O que devo/devemos fazer?”. Isso quer dizer que tal comportamento terá um caráter preservador/regenerador da natureza, resguardando-a de toda degradação da sua potencialidade produtiva. Isso significa que a produção ecomunitarista realiza-se única e exclusivamente com base em matérias-primas e energia, ao mesmo tempo renováveis e não poluentes, ou pelo menos causadoras de uma poluição reversível. Essa produção integra, como parte de sua atividade permanente, a reversão de seus efeitos degradantes sobre a natureza e a reciclagem de todos os seus resíduos. Tal conduta será tema fundamental da educação problematizadora que, nas instâncias formais e informais, haverá de caracterizar o panorama cultural-educativo do ecomunitarismo.

Sobre essa base se abre a perspectiva de ultrapassar a visão “utilitarista”, presente na terceira norma da ética quanto à relação entre os homens e a natureza para, no contexto

do desenvolvimento multifacético dos indivíduos, estabelecer-se e incentivar o reencontro lúdico-estético dos seres humanos com a natureza.

Teria então chegado o momento, depois de longo período das sociedades classistas, de uma reconciliação dos seres humanos com a natureza, mas dentro de uma relação na qual a mediação produtiva entre ambos, diferentemente do que acontece nas sociedades denominadas “primitivas”, está dada por uma sofisticada tecnologia, a qual é possibilitada pela aplicação produtiva das ciências, preservadora/regeneradora do meio ambiente, e que deve satisfazer as múltiplas e diversificadas necessidades postas e resolvidas pelo desenvolvimento universal dos indivíduos.

2.8 Ecomunitarismo, gênero humano e necessidades humanas

O desenvolvimento universal dos indivíduos dá-se não só porque cada indivíduo se desenvolve universalmente a partir de suas vocações, mas também porque esse processo se realiza graças à interação consciente existente entre cada indivíduo e o restante dos seres humanos, por meio do contato de suas respectivas comunidades de vida. Assim se completam na negação de sua atual existência restrita, porque não são conscientes no capitalismo, a aparição e a perpetuação de indivíduos que produzem sua vida em interação com o conjunto dos seres humanos. Assim se constitui o gênero humano como entidade real.

No e sobre a base do plano produtivo de cada comunidade existente no ecomunitarismo se estabelece essa interação universal consciente dos indivíduos. Ressaltando que as interações entre os indivíduos, hoje, são perfeitamente realizáveis *in loco* e à distância pelos meios de transportes intercontinentais e pelas redes multimídias de telecomunicações, pergunta-se como haveremos de encarar, na perspectiva ecomunitarista, a dimensão quantitativa e o grau de variabilidade qualitativa daquilo que catalogamos como necessidades postas e resolvidas pelo e no desenvolvimento dos indivíduos universais. Às vezes, continua Velasco, essa questão tem sido abordada com base numa suposta diferença existente entre “necessidades legítimas” e “necessidades artificiais” (falsas necessidades) humanas.

É evidente que a realidade posta pela propaganda vigente no capitalismo e os hábitos que ela pretende criar e manter nessa chamada “sociedade de consumo” proporciona certo conteúdo visível que se designa com o nome de “necessidades artificiais”.

Quando se pretende aprofundar a análise dessa questão, a diferença estabelecida se revela problemática, pois a legitimidade de certas necessidades, às vezes, é interpretada, em oposição ao “artificial”, como sendo “natural” e porque ela supõe um fundamento ético a partir do qual possa se afirmar como tal.

Em relação ao primeiro ponto, é preciso notar que precisamente o homem é aquela parte da natureza que por meio da cultura transforma sua natureza; ou seja, a espécie humana é a parte da natureza que se encontra por meio de seu devir histórico, em permanente estado de autoprodução. Por isso, falar de uma “necessidade natural” referindo-se aos seres humanos é cair numa visão imobilista que contradiz o caráter historicamente autopoietico⁷ da espécie humana e, portanto, incorrer em manifesta falsidade, quando não em um *nonsense*.

Quanto ao segundo ponto, à questão da “necessidade legítima” pode ser balizada por nós a partir das normas éticas anteriormente deduzidas. Ora, é de notar que as mesmas não estabelecem uma versão estática de quais são as “necessidades” que cabem nos seus limites, senão das que se comportam como fronteiras flexíveis, em cujo seio pode ser acolhida, como “necessidade legítima”, toda carência posta pelo desenvolvimento universal dos indivíduos que não transgrida a livre autodeterminação de qualquer outro, com o qual a única relação admissível com vistas à satisfação de desejos é a do consenso, e que não contrarie a preservação de uma natureza exterior saudável do ponto de vista produtivo. O entendimento entre os seres humanos e o desenvolvimento da tecnologia são os mecanismos que, em cada momento histórico, haverão de marcar a definição do que cabe ser admitido como “necessidade legítima” a ser atendida pela e na vida ecomunitária.

Velasco ressalta, ainda, que apesar da valorização que atribui ao papel das ciências no ecomunitarismo não descarta em absoluto a importância dos saberes “tradicionais”; pelo contrário, amparado nas experiências de Chico Mendes e Paulo Freire e na teoria deste último (FREIRE, 1970), considera que as ciências têm tudo a ganhar ao

⁷ Autopoiese ou autocriação. (CAPRA, 2003, p.136)

incorporar, inclusive para sua autocrítica, esses saberes (como está a ocorrer na agricultura orgânica e na etnobotânica, por exemplo).

2.9 Comunidades periféricas como sujeitos coletivos da libertação

Velasco esclarece, nesse ponto, o fato de que as comunidades e grupos “periféricos” (como é o caso, por um lado das tribos indígenas da América Latina e de suas comunidades rurais, que têm mantido, embora parcialmente, sua organização comunitária tanto na América Latina como na África ou na Ásia, e, por outro, dos grupos estáveis ou temporários de refugiados ou “sem-teto”, por exemplo) fazem parte do conjunto dos sujeitos da atual luta anti-capitalista de libertação.

2.10 Tratamento de resíduos

Velasco, ao se referir ao ecomunitarismo como uma ordem comunitário-ecológica na qual todos os materiais produtivos usados são renováveis e na qual todos os resíduos são reciclados, está apostando conscientemente numa *idéia reguladora*, nunca atingível de fato. Mas precisamente o papel dessa idéia é ser um horizonte que sempre nos lembra de que qualquer grama de matéria não-renovável que estejamos usando significa algo que estamos perdendo para sempre, de forma que não cedamos na busca de sua substituição por outra de caráter renovável; da mesma forma, em relação aos resíduos, nos lembra que nunca devemos tirar de nossa cabeça o imperativo dos “Três R”, que obriga a reduzir, reutilizar e reciclar qualquer resíduo, ou seja, idealmente todo resíduo. Ao dizer isso, Velasco considera ainda não-desvirtuada a segunda lei da termodinâmica.

2.11 Erótica

Ao se referir à erótica, Velasco refere-se à pulsão libidinal existente nos seres humanos, mais especificamente na porção daquela que vincula indivíduos humanos entre si e cada um deles consigo mesmo.

2.11.1 Auto-Erotismo

À luz da primeira norma da ética, para o auto-erotismo, desde que em situação provisória, de alternância equilibrada com o heteroerotismo, pode reivindicar-se o lugar de um complemento episódico não-nocivo da sexualidade. A primeira norma da ética pode ser invocada em apoio a essa reivindicação do auto-erotismo. Com efeito, ela ampara a liberdade de decisão do indivíduo, nesse caso, sobre o uso de seu próprio corpo enquanto objeto sexual. E na medida em que não há outro ser humano que seja invadido na sua liberdade de decisão, a propósito de seu próprio corpo, essa liberdade não merece nenhum reparo à luz da segunda norma da ética.

2.11.2 Heteroerotismo

As relações heteroeróticas estão inequivocadamente orientadas a partir da segunda norma da ética. Com base nesta, tudo o que é consensualmente pactuado com o outro tem legitimidade no heteroerotismo. Claro que a premissa de tal conclusão é que a primeira norma da ética tenha sido respeitada, ou seja, que cada um dos parceiros tenha tido assegurada a sua liberdade de decisão no momento de acertar o vínculo heteroerótico. Isso exclui, pois, qualquer mecanismo de coação ou de limitação total ou parcial de tal liberdade, especialmente por meio de violência física, ameaças ou ainda do emprego de qualquer substância (álcool ou drogas) que tenha efeitos contrários ao estipulado pela primeira norma, inclusive quando o consumo de tais substâncias tenha sido voluntário por parte do indivíduo envolvido.

A segunda norma estabelece, pois, uma limitação muito clara na objetivação sexual do outro. Ela não legitima fazer do outro um objeto sexual, na medida em que eu mesmo me disponho a vir a ser objeto sexual para ele. Em matéria de mútuo desfrute sexual, nada pode ser eticamente questionado, desde que se enquadre no uso equilibrado de todas as fontes de prazer que envolvam exclusivamente ambos os interessados. Esse mesmo uso equilibrado haverá de depender daquilo que ambos entendem como tal.

2.11.3 Procriação

Quando se trata da união entre uma mulher e um homem, a procriação de um filho é assunto exclusivo do consenso ao qual chegam os parceiros. No tocante a todos os mecanismos anticoncepcionais usados por ambos (quando a decisão de não procriar é livre e consensualmente estabelecida) ou pelo parceiro que se opõe à procriação, a ética não tem nada a opor. Com base na segunda norma da ética, se poderia argumentar contra o aborto, mesmo quando este resulte da decisão consensual dos parceiros.

2.11.4 Homoerotismo

Quando se analisa exclusivamente a situação dos diretamente implicados, nada do estabelecido pelas duas primeiras normas da ética autoriza a discriminar um vínculo homossexual no universo das relações heteroeróticas. À luz dessas normas, tanto faz se os parceiros são do mesmo ou de diferentes sexos. Com essa visão nos separamos da condenação freudiana do homossexualismo, catalogado como doença merecedora de tratamento médico analítico.

2.11.5 Algumas idéias para educação sexual

2.11.5.1 Para crianças, púberes e adolescentes

– Os pais não têm por que ocultar de seus filhos suas partes genitais nem fazer mistério sobre seu uso.

– Desde a mais tenra infância, deve-se contextualizar o vínculo sexual dentro do universo do predicado pelas duas primeiras normas da ética, a saber, o respeito pela liberdade de decisão individual e a via do consenso livre como forma de definir qualquer questão, incluídas as de caráter sexual, atinente à nossa relação com o outro.

– Na educação formal, o indicado seria trabalhar as duas idéias recém esboçadas. Nesse sentido, mostra-se absolutamente insuficiente o tímido tratamento que a educação sexual recebe nas escolas latino-americanas, que a reduz a sisudas explicações sobre os aparelhos reprodutores da mulher e do homem. Nesse contexto, o tratamento da masturbação deve ser completamente despenalizado, explicando e discutindo o papel que a auto-erotismo ocupa no amadurecimento e ainda na vivência adulta da sexualidade.

No caso dos adolescentes, os quais ingressam no exercício heteroerótico da sexualidade genital, deve somar-se às práticas anteriores o uso de sessões de vídeo, em que a partir de filmes eróticos (diferentemente de pornográficos) se possa explicar e discutir a vivência concreta do heteroerotismo. Ao mesmo tempo não poderão faltar as explicações e discussões a respeito da responsabilidade da paternidade-maternidade, dos métodos anticoncepcionais e das proteções destinadas a evitar doenças sexualmente transmissíveis, em especial, nos dias de hoje, a AIDS. Esta última questão deverá ser abordada sob o pano de fundo do bom e realizador que significa para o ser humano o exercício de uma sexualidade segura e livremente consentida, como parte de outras relações não menos importantes para o desenvolvimento de indivíduos sadios no seio de uma comunidade saudável.

2.11.5.2 Para os adultos

Aos mesmos mecanismos descritos antes para crianças e adolescentes podemos acrescentar o uso de sessões de análise e de cursos interativos veiculados por meio da televisão, enriquecida pelos meios informáticos. Ambos podem fazer parte de atividades promovidas ou apoiadas por centros de trabalho, clubes sociais ou organizações de bairro e conduzidas por psiquiatras, psicólogos e analistas capazes de orientar e dar incentivo ao candidato à reeducação.

2.12 Pedagogia

2.12.1 A epistemologia da pedagogia da libertação

Ao criticar as relações comunicativas existentes em contextos sociais de opressão, Paulo Freire sintetizou as características principais daquilo que ele denominou de “educação bancária”, instrumento fundamental na opressão de geração em geração da redução dos sujeitos pertencentes às classes subalternas a simples objetos a serviço do (suposto) bem-estar e do poder exercido pelas classes dominantes.

Contra essa educação bancária, Freire propõe uma alternativa pedagógica que ele chamou de “problematizadora”, destinada a ser instrumento de uma sociedade sem opressores nem oprimidos. Essa proposta centra-se no exercício conjunto dialogado entre educador e educando, da conscientização, que Freire define como o complexo que reúne ao mesmo tempo, o desvelamento crítico da realidade, vivida por ambos, e a prática transformadora em relação a essa realidade (rumo à ordem comunitária sem opressores nem oprimidos). O conhecer alimenta o agir antidominador, e este, por sua vez, traz mais elementos ao conhecer crítico da opressão.

Inspirando-se nesses pensadores, Velasco define a pedagogia problematizadora, ou *pedagogia da libertação*, como aquela que:

- a. põe os instrumentos da cultura erudita a serviço da conscientização-mobilização dos oprimidos em luta para superar o capitalismo e alcançar uma comunidade constituída por indivíduos livremente associados e multilateralmente desenvolvidos.
- b. toma como ponto articulador da ação pedagógica as questões vinculadas à vida e à luta dos oprimidos.
- c. estabelece vínculos de mútuo enriquecimento entre a cultura erudita e a chamada cultura popular (aquela que é construída no dia-a-dia pelos oprimidos à margem da educação formal).

d. Supera a contradição educador/educando, propiciando a construção dialógica do conhecimento vivo, em uma dinâmica onde são educandos/educadores, porque são educadores críticos [...].

e. combate, por meio da crítica e da auto-reflexão, o fatalismo e o assistencialismo e aposta na capacidade dos oprimidos para melhorar nossas vidas e para, em última instância, superar o capitalismo.

f. defende (e busca aplicar no dia-a-dia) a tomada democrática das decisões e aponta para a superação da disciplina verticalmente imposta pela autodisciplina consensualmente estabelecida e avaliada.

2.12.2 Educação familiar libertadora

A educação tem forçosamente que proibir e submeter, e assim tem feito amplamente em todos os tempos. Mas a psicanálise nos tem mostrado o perigo da doença neurótica... Em decorrência disso, a educação tem que buscar seu caminho entre o limite de deixar fazer e o limite da proibição. E se o problema não for insolúvel, será possível achar para a educação um caminho ótimo, o qual possa dar à criança um máximo de benefício, causando-lhe um mínimo de danos. Tratar-se-á, pois, de decidir o quanto se pode proibir, em que épocas e com quais meios.

Se (a educação) encontra o caminho ideal da sua missão, poderá acalantar a esperança de extinguir um dos fatores da etiologia da doença: *a influência dos traumas infantis acidentais*. A única preparação adequada para a profissão de educador é uma preparação psicanalítica fundamental, a qual deverá compreender a análise do próprio sujeito, pois sem perceber a experiência da própria pessoa não é possível assimilar a psicanálise. Os pais que têm passado pela análise de sua própria educação, educarão muito mais compreensivamente os seus filhos e lhes pouparão muito mais danos que a eles não lhes foram poupados (FREUD *apud* VELASCO, 2008, p.82). Acrescenta ainda:

a. não seria mau se o ecomunitarismo pautasse sua política de saúde pública pela inclusão da psicanálise como serviço acessível a todos os pais que o desejassem para si e para seus filhos.

b. a determinação de quando se deve proibir, em que épocas e com quais meios deve ser feita, com o auxílio dos analistas e também dos descobrimentos de Piaget em relação aos estágios evolutivos do entendimento infantil, de forma que aquilo que há de se proibir seja sempre que possível de forma argumentada, como exige a segunda norma da ética.

c. a autoridade que não colide com o carinho é aquela que precisamente se estabelece com base na argumentação exigida pela segunda norma da ética e orientada para o desenvolvimento da liberdade individual da criança, em conformidade com a primeira norma.

2.12.3 Ação político-pedagógica libertadora

A ação pedagógica não se limita àquela desenvolvida nas esferas da família e da educação formal. Ela também tem lugar em todos os espaços das relações humanas, entre os quais nos interessa destacar os seguintes: as ações de bairro, as organizações sociais não-governamentais, sindicais e políticas, por um lado, e os meios de comunicação, por outro. Em todos eles, as três normas da ética, assim como os princípios da pedagogia problematizadora, indicam que, simultaneamente à luta contra a feroz resistência dos mantenedores, por ação ou omissão, do atual caos socioecológico, o desafio maior no caminho que aponta para o ecomunitarismo é a superação da dicotomia dirigentes/dirigidos.

Essa ruptura significa construir mediante uma democracia direta, horizontal e consensualmente, à luz das duas primeiras normas da ética, as decisões e as ações libertadoras e, simultaneamente, exercer a alternância constante das funções de direção representativa que se julgar imprescindíveis.

Levando em conta a contribuição de Habermas (HABERMAS, 1962), essa ruptura significa superar a dicotomia entre os formadores de opinião e os outros, a imensa maioria que, como aquela expressão, permite deduzir com transparência, assume-manifesta uma opinião que é supostamente a sua, mas que, na realidade, tem sido formada, sendo eles, portanto, os que têm sua opinião formada por outros.

CAPITULO III

3.1 Ucronía⁸

“Nossa vida está tão impregnada de capitalismo que se constitui uma necessidade vital imaginarmos a rotina de outro mundo possível – como propõe o Fórum Social Mundial –, e postulamos esse mundo em nossa concepção ecomunitarista.”

Assim começa Velasco a introdução de sua obra intitulada *Ucronia*⁹. Nesta, ele irá nos apresentar um mundo onde o modo de produção, distribuição, e consumo já não existem mais da forma como se apresentam no sistema capitalista. As relações estabelecidas entre explorador e explorado desapareceram, o dinheiro deixou de existir há muito tempo, pois não se faz mais necessário nas relações socioambientais sustentáveis de reconciliação planetária atingida pela sociedade ecomunitarista. Nessa sociedade ucrônica, atingiu-se o distante horizonte da ordem socioambiental sustentável denominado ecomunitarismo. Velasco radiografa muito bem esta realidade ao dizer:

A reconciliação entre os seres humanos significa a constituição histórico-real do gênero humano, que deixa assim de ser uma simples figura lógico-linguística, para designar uma única família composta de diversidades, onde os membros cooperam entre si com vistas à plena realização de cada um; isto significa que cada ser humano deve receber do esforço conjunto da família humana tudo aquilo que supra as suas necessidades; o limite destas necessidades é marcado pelo acordo consensual entre os seres humanos e pela exigência de um intercâmbio produtivo sustentável com o restante da natureza, baseada em recursos renováveis a escala humana, capaz de zelar permanentemente pela redução, reutilização e reciclagem dos recursos e resíduos, até os limites últimos da tecnologia e da física. (2008, p.20-1)

⁸ Ucronía é a obra de Velasco na qual este descreve o mundo utópico do ecomunitarismo.

⁹ História apócrifa, recriada em pensamento como poderia ter ocorrido; período, época, tempo imaginário; recordação fictícia dentro de um tempo. fr. *uchronie* 'id.', termo cunhado por Charles Renouvier (1815-1903, filósofo francês) no romance *Uchronie, l'utopie dans l'histoire* sob o modelo de *utopia*. (Cf. HOUAISS, 2010)

Na sociedade ecomunitarista as pessoas vivem suas vidas sob a tranquilidade do amanhã. Se na era do capitalismo “o trabalho transforma-se em objeto, que ele só consegue adquirir com o máximo esforço e com interrupções imprevisíveis” (MARX, 2002, p.112), na sociedade ecomunitária essa situação já não existe, pois não existindo mais a figura do capitalista e o dinheiro tendo desaparecido, a subsistência obedecendo à regra de cada um segundo sua capacidade e à cada um segundo suas necessidades, encontramos nessa sociedade um trabalhador que se realiza no que faz, desenvolvendo suas diversas vocações. Assim percebemos um ser humano multilateralmente desenvolvido e não mais aquele trabalhador que se aliena do seu trabalho e padece sob este, perfeitamente descrito por Marx quando diz:

O trabalho é externo ao trabalhador; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína seu espírito. Por conseguinte o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho como da peste. Finalmente a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que ele não lhe pertence a si mesmo, mas a outro. [...] conclui-se que o homem só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, [...] enquanto nas suas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano, animal. (2002, p.114)

Percebemos que a tomada de decisões obedece o estipulado pela segunda norma da ética – “Devo buscar respostas consensuais para que a pergunta, o que devo fazer?, porque buscar respostas consensuais para a pergunta o que devo fazer? é condição de felicidade da pergunta o que devo fazer?” – e, portanto, da primeira – “Devo zelar pela minha liberdade individual de decidir porque isto é condição de felicidade da pergunta o que devo fazer?” – justamente a ferramenta que falta a Marx em sua crítica ao capitalismo, que vem a ser a crítica a este sistema à luz da ética, neste caso, a ética ecomunitária. E se somos capazes de verificar a aplicação da primeira e da segunda norma da ética, nos depararemos também com a prática da terceira norma.

Ao ser utilizado e respeitado um sistema comunitário que é guiado pela preocupação com a preservação/regeneração de uma natureza saudável, claramente exposto no texto quando este nos fala das hortas e o tipo de adubo orgânico utilizado, as fazendas de piscicultura, com a dieta dos peixes, fábricas, cooperativas e depósitos comunitários que por sua vez também colaboram para a saúde social, nos deparamos com uma vida ecologicamente saudável e, portanto, que está em conformidade com a terceira norma da ética que visa à preservação/regeneração de uma natureza saudável. Isso nos remete ao conceito de saúde da OMS que a coloca como sendo o estado sistêmico de equilíbrio instável de bem-estar físico, social e psicológico dos indivíduos e grupos humanos (VELASCO, 2008, p.12). Velasco irá ampliar o conceito à natureza ao dizer:

[...] podemos aplicar esse conceito à natureza não humana; animais e plantas saudáveis seriam aquelas que, segundo a sua idade, estão executando plenamente suas funções vitais e ecológicas (sua interação com os outros seres vivos e com o meio abiótico). Inclusive poderíamos dizer que o meio abiótico (terra-rochas, ar e água) tem saúde quando suas qualidades físico-químicas essenciais se mantêm estáveis sem sofrer degradação irreversível. (2008, p.12)

A sociedade ecomunitarista aqui retratada mostra-nos, assim, o não-trabalho, que corresponde em sua qualidade e quantidade ao estabelecido pelo censo consensual das necessidades sociais, e, portanto, teremos um homem que atua sobre o mundo objetivo de maneira a manter sempre o equilíbrio ecossocial e que se manifesta verdadeiramente como ser genérico que é. No tocante à política de todos, percebemos a tomada de decisão plebiscitária-discutida por todos os cidadãos, mais uma vez respeitando a segunda norma da ética. Diferentemente dos dias atuais, onde as instâncias decisórias encontram-se, não apenas distantes, mas inacessíveis para a população, sendo tomadas por representatividade.

Sendo assim, uma pequena parcela da população tem nas mãos o destino da maioria, alienada do processo decisório. Nos cargos diretivos da Ucronia, notamos também, não só a rotatividade das chefias, mas que as decisões são, da mesma forma, comunitárias – consensuais. Quando decidimos sobre o que fazer no bairro que habitamos, em como tratar as questões relativas à vida na cidade em que moramos, o que produzimos nas indústrias, sempre voltadas para as necessidades da comunidade, tendo, portanto, ultrapassado o antes inimaginável modo de produção caótico do capitalismo, onde cada um

fabrica o quer, onde quer e quanto quer, na maioria das vezes além do necessário e para uma minoria pagante, estamos diante do cumprimento da segunda norma da ética.

Igualmente nos deparamos com a mesma norma ao percebermos que as decisões, sobre o que irá veicular nos meios de comunicação é combinado em assembléia, em processo deliberativo, a que Velasco denomina de “comunicação simétrica”, portanto, bem distante daquela comunicação em que eram veiculadas as informações de interesse do dominador, típica das relações de dominação e poder da pré-história da humanidade.

Ao abordar a escola ecomunitarista de Velasco, nos deparamos com o fato de não haver mais a necessidade de pôr os instrumentos da cultura erudita a serviço da conscientização-mobilização dos oprimidos em luta para superar o capitalismo, pois se alcançou uma comunidade constituída por indivíduos livremente associados e multilateralmente desenvolvidos, em que o capitalismo já pertence ao passado distante da humanidade e a cultura não mais existe na sociedade ecomunitária de forma dicotomizada – uma para o rico e outra para o pobre. E porque a sociedade classista deixou de existir, não traz mais em si o germe de sua própria destruição, a luta de classes.

Todavia, continua tomando como ponto de articulação da ação pedagógica as questões vinculadas à vida, estabelecendo vínculos entre as experiências individuais, mas não mais entre a cultura erudita e a popular. A contradição educador/educando foi superada através da construção dialógica – consensual – do conhecimento, porque os educadores fazem-se críticos.

Não necessita mais combater o assistencialismo e o fatalismo porque na sociedade ecomunitária formada por cidadãos livremente associados todos são senhores do seu destino, segundo a primeira e a segunda norma da ética; o capitalismo tendo sido superado, superada também o foi a crença no fatalismo e a necessidade do que tão bem o servia, o assistencialismo.

A tomada democrática das decisões não é mais defendida, mas mantida como prática natural; a sociedade mantém-se em disciplina horizontal e não mais verticalmente imposta, mas agora consensualmente estabelecida e avaliada. Enfim, na sociedade ecomunitária, ou ordem socioambiental sustentável, atingiu-se, através da prática das três normas da ética, a reconciliação dos homens entre si, destes para com a natureza e destes para consigo mesmo. Nessa sociedade vigora, portanto, a máxima: de cada um segundo sua

capacidade e a cada um segundo suas necessidades. Tal sociedade é composta por indivíduos multilateralmente desenvolvidos e, assim, socialmente comprometidos.

CAPÍTULO IV

A Educação Ambiental, como processo histórico, surge da relação dialética estabelecida entre o homem e a natureza não humana. Dessa relação origina-se, também, o interesse pela educação, como parte de uma longa e natural caminhada, que se impondo como ferramenta necessária à manutenção dos grandes equilíbrios ecológicos, e, portanto, da própria vida, coloca-se de acordo com a conferência da ONU realizada em Tibilisi em 1977, quando esta diz que

a educação chamada “ambiental”, devia buscar/incentivar a solidariedade entre os seres humanos, no contexto de um comportamento que estivesse guiado pela preocupação pela saúde dos ecossistemas onde habitam os seres humanos – envolvendo entes não vivos como terra, água e ar, e seres vivos como vegetais e animais. (cf. DIAS em VELASCO, 2008, p.15).

Como um processo de amadurecimento, então, a Educação Ambiental tem na consciência universal de que é dotada, e na transdisciplinaridade, sua maior característica. A Educação Ambiental, dessa forma, é livre de dogmas de qualquer espécie, congrega profissionais de todas as áreas, visa à harmonia entre homem e natureza, e destes entre si e consigo mesmo. O educador ambiental não se vê apenas como parte integrante da natureza, mas a própria natureza em ação. Por essas características ela irradia-se de forma ampla, geral e irrestrita a todas as ciências. É holística e transcendente; *Sistêmica*, no sentido de Capra ao dizer:

De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. [...] Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. [...] o pensamento sistêmico concentra-se não em blocos de construção básicos, mas em princípios de organização básicos. (2003, p.40-1)

A EA é, ainda, *Hologrâmica*, como a coloca Morin ao falar de seu operador, ao qual denomina de hologramático:

Quando temos a imagem de um holograma, a diferença entre esta e a imagem de fotografia é que, na fotografia, cada ponto corresponde a um ponto do objeto fotografado. Enquanto no holograma, um ponto contém praticamente toda a informação do objeto. [...] se temos uma locomotiva num holograma e a cortamos ao meio, nós não ficamos com duas metades de uma locomotiva, mas com duas locomotivas inteiras. [...] Esta idéia não só quer dizer que a parte está no todo, mas que o todo está no interior das partes. Nós mesmos somos indivíduos que estamos dentro da sociedade, mas a sociedade como um todo está presente em nós desde nosso nascimento. (MORIN, 2002, p.14-5)

Percebe, ainda, a EA, as verdades como um processo construtivo, temporal e perene. Nessas características encontra-se sua beleza, que a torna leve, maleável e dotada do que considero sua maior riqueza que é humanidade. Nesse ponto, nos deparamos com o conceito de Ecologia Profunda, que permeia, sem dúvida, nossa forma de ver e tratar a atual problemática ambiental. É Capra quem irá nos dizer a respeito desse novo paradigma:

[...] pode ser chamado de visão holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão “ecológica”, se o termo ecológico for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos) [...] A Ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes. (CAPRA, 2008, p.25-6)

Há que agradecer, por isso, aos pioneiros dessa nova forma de perceber o mundo, que acreditando em seu sonho, permaneceram fieis à luta por torná-lo realidade concreta. Assim, *viabilizar o sonho de um mundo melhor¹⁰ faz-se o grande ideal da Educação Ambiental*. Sonhar, este ato poético, imbricado à alma humana, para alguns homens torna-se um fim em si mesmo, ao passo que, para outros, esta poesia não é mais do que a razão de sua própria materialidade, agente de transformação. Nesta categoria incluo os pioneiros

¹⁰ Quando dizemos melhor, queremos dizê-lo no sentido ecomunitário.

da Educação Ambiental, poetas da transformação, que fizeram de seu sonho realidade sobre a qual podemos agora transitar.

Porém, antes de apaziguarmo-nos em armas, há que apaziguarmo-nos na alma, lembrando, sempre, que não pode haver paz onde antes não houver justiça. Novamente deparamo-nos com o conceito de Ecologia Profunda, citado por Capra, que diz que:

Em última análise, a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual ou religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como o modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexão, com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda. Não é, pois, de se surpreender o fato de que a nova visão emergente da realidade baseada na percepção ecológica profunda é consistente com a chamada filosofia perene das tradições espirituais, quer falemos a respeito da espiritualidade dos místicos cristãos, da dos budistas, ou da filosofia e cosmologias subjacentes às tradições nativas norte-americanas. (CAPRA, 2008, p.26)

Assim, se esta foi nossa plataforma ideológica, quando de nosso trabalho de Mestrado, ela continua, agora, da mesma forma, presente e intacta em nosso trabalho de Doutorado, ou seja: o mundo visto como um todo integrado, onde não pode haver unilateralidade, sem que com isso o todo não seja prejudicado.

4.1 A Educação Ambiental Ecomunitarista segundo Sérgio Velasco¹¹

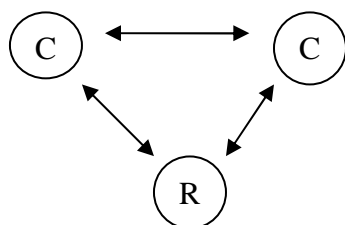
Velasco propõe uma ética argumentativa da libertação e uma educação ambiental problematizadora, com princípios capazes de nortear qualquer ação de forma clara, a fixar o ecomunitarismo como norte utópico indispensável, segundo ele, para quem possui horizontes pós-capitalistas. Dessa forma, apesar de reconhecer a validade e a riqueza de conteúdo nas ações de protesto das ONGs, através do que diz poder-se chamar de “nova política”, considera estas, ainda assim, fracas em sua dimensão propositiva. Essas ações, ainda não contemplam o horizonte da Educação Ambiental cidadã de Velasco em sua

¹¹ Velasco Lopez, Sérgio “Ética, educação ambiental e mudança social rumo ao ecomunitarismo”. *Ambiente & Educação*. Revista de Educação Ambiental. Rio Grande, 9: 9-27, 2004.

perspectiva ecomunitarista, a qual apresenta-se como “uma modalidade política permanente de crítica e de mudança social”.

Entende, Velasco, educação como sinônimo de “conscientização”, da forma como Freire define este termo, como combinação de alimentação recíproca de desvelamento crítico da realidade e de ação transformadora sobre ela (no sentido da construção de uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos – “Algumas notas sobre conscientização”, in: FREIRE, 1982). Reconhece que, à luz da Educação Ambiental, na atualidade, substitui-se o termo “comunidade humana” por “ordem socioambiental sustentável nas relações inter-humanas e entre os seres humanos e o restante da natureza”. Sempre acompanhando Freire, lembra que ninguém educa ninguém, e ninguém se educa sozinho, mas que os homens se educam em processo de comunhão, mediatizados pelo mundo. Conclui, então, que “educar-se é conscientizar-se em diálogo com os outros no contexto de uma ação transformadora sobre a realidade “ecossocial” rumo a uma ordem socioambiental sustentável a que denomina de ecomunitarismo”.

Nessa assertiva encontra-se a chave da epistemologia da EA, que pode ser representada através do gráfico:



Onde “**C**” representa cada um dos sujeitos na interação dialógica e “**R**” representa o referente, ou seja, o objeto a propósito do qual os primeiros estão construindo o conhecimento. Assim Freire situou a construção do conhecimento no interior da práxis, que ele define como “a reflexão e ação dos mesmos sobre o mundo para transformá-lo”. (FREIRE *apud* VELASCO, 2004, p.17)

Educar-se passa a ser, então, o ato de conscientizar-se em diálogo com os outros no contexto de uma ação transformadora sobre a realidade “ecossocial” rumo a uma ordem socioambiental sustentável que Velasco denomina de “ecomunitarismo”. Lembra, porém

que é preciso se fundamentar uma postura ética, (ver capítulo 3, páginas 24 e seguintes), segundo a qual devemos dialogar com os outros; é bom fazê-lo no contexto da ação teórico-prática de desvelamento crítico e transformação da realidade e que devemos buscar uma ordem socioambiental sustentável.

Calcada na ética argumentativa da libertação, define o termo “libertação” como o processo histórico de construção da liberdade de decisão consensual a propósito de nossas vidas através da discussão e da luta contra as instâncias de dominação intersubjetiva e de auto-repressão alienada. Inclui-se nesse processo o estabelecimento de relações produtivas e estéticas de caráter preservador regenerador entre os seres humanos e o restante da natureza, o que o faz entender a educação com embasado numa pedagogia problematizadora, ou pedagogia da libertação.

Velasco nos traz, nesse momento, de forma muito lúcida, a Educação Ambiental como uma educação problematizadora embasada na ética argumentativa da libertação a incorporar o pensamento sistêmico, e orientada na direção do ecomunitarismo. A realidade, diz ele, precisa ser desvelada pela educação problematizadora, porque na sua apreensão acrítica e alienada ficam ocultos os mecanismos sociais de dominação-repressão-destruição. Não se obterá sucesso, todavia, se o processo de compreensão intelectual não for acompanhado pela ação transformadora que aponte à superação destes mecanismos sobre o qual se apóia a dicotomia entre opressores e oprimidos e respectiva devastação da natureza. Tal superação permitirá, por sua vez, a superação da dicotomia e a reversão de tal devastação da natureza.

A Educação ambiental torna-se por consequência uma atividade comunitário-histórica e individual sem limites, onde “o conhecimento alimenta o agir antidominador e antidevastador”, e este traz, por sua vez, mais elementos ao conhecimento crítico da opressão e da devastação, em um nítido processo de retroalimentação, eu diria. Assim, “cada ser humano está chamado a ser um educador ambiental”.

Um momento capital das idéias do professor Velasco faz-se quando a partir do pensamento de Freire de que educar-se é conscientizar-se, e que conscientização significa desvelamento crítico das instâncias de dominação existentes na realidade, e transformação dessa mesma realidade rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos, ele amplia essa perspectiva em abordagem socioambiental. Nesse momento, pode-se, então, estender

o desvelamento crítico ao conjunto das instâncias de dominação e devastação, e a ordem socioambiental visada será aquela em que os seres humanos se reconciliem fraternalmente entre si e também com o restante da natureza, mediante a prática de um intercâmbio que permita a preservação ou a permanente regeneração da natureza não-humana, tal qual nos demonstra, ainda Velasco, na sua terceira norma da ética. Assim é que encontramos uma concepção de EA cidadã que pressupõe não ser correto reduzir-se o “meio ambiente” ao conjunto das entidades não-humanas.

Como exemplo dessa concepção, deparamo-nos com o caso do navio Bahamas, fazendo menção, antes, à lei da PNEA em sua abordagem não reducionista de meio ambiente. Diz o texto da lei que é princípio básico da EA “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”, e isso em escala local, regional, e global (Art. 4).

O derramamento de ácido sulfúrico no canal de acesso do porto do Rio Grande, em torno de oito mil toneladas em agosto de 1998, pelo Bahamas, não tendo acarretado danos significativos à flora e à fauna, em uma visão reducionista, concluir-se-ia não ter havido danos de ordem ambiental. Porém, ao considerarmos os danos econômicos, socioculturais e psicológicos e que a comunidade de pescadores e de comerciantes de frutos do mar ficou cerca de um ano lesada em virtude do acidente, há logicamente, neste caso, um caráter de significativo dano ambiental.

Nos alerta Velasco ser muito provável que a caracterização de “dano ambiental” e, portanto, de “meio ambiente” seja um dos pontos cruciais da polêmica legal que faz parte das ações que pedem ressarcimento dos pescadores artesanais prejudicados no caso Bahamas.

A mesma lei da PNEA em seu art. 10 diz que “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. Isso nos remete aos domínios da multi, inter e transdisciplinaridade.

Velasco percebe, neste ponto, um equívoco na lei, quando ao defender o caráter mais-que-disciplinar da EA, parte para a pura e simples proibição da criação de uma disciplina de EA em outro espaço que não seja o dos cursos de pós-graduação, extensão e

nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental. Assim é que nos diz o Art. 10 § 1º. “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino; § 2º. Nos cursos de pós-graduação quando se fizer necessário é facultada a criação de disciplina específica”. Constatamos que cinco anos após a criação da lei, a realidade mostra que na maioria das escolas a EA é atividade quase inexistente, ou tarefa episódica aos cuidados do professor de ciências.

O autor sugere, então, a modificação de dois vetos. Este ao qual nos referimos acima e ao Art. nº18 que previa como fonte de financiamento da EA 20% das multas aplicadas no país, levando-se em conta que sem financiamento e descentralizado torna-se muito difícil pôr em prática uma EA cidadã permanente.

Ao contemplar as esferas da EA formal e não-formal, Velasco salienta que a PNEA contempla a ambas, e que dessa forma ela vem responsabilizar toda a sociedade, através de suas diversas áreas de organização, pela EA. O art. 2º diz: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Já o art. 3º reza que: “Como parte do processo educativo mais amplo todos têm direito à educação, incumbindo:

I – ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II – às instituições promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III – aos órgãos integrantes do sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente e incorporar a informação ambiental em sua programação;

V – às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle

efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiental;

VI – à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.”

Em nota, esclarece que o art. 205 da Constituição Federal diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e o art. 225 reza que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-la e preservá-la para as presentes e futuras gerações”.

Quanto à EA na educação formal, a lei é clara em sua abrangência, ao colocar na sua Seção II, Art. 9 que: “Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando”:

I – educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental,
- c) ensino médio;

II – educação superior;

III – educação especial;

IV – educação profissional;

V – educação de jovens e adultos.

A lei exige, então, que todos os cursos da universidade revisem seus currículos para fazer com que o elo transversal da EA os permeie, enriquecendo-os, indo, assim, ao encontro do Art. 11 que determina: “A dimensão ambiental deve contar dos currículos de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas”.

No tocante à EA na educação não-formal, continua dizendo, Velasco, que a abrangência das responsabilidades atribuídas pela lei em matéria de EA não-formal fica clara, na seção III, Art. 13, ao determinar: “Entende-se por educação ambiental não-formal

as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”.

Na sequência, ainda nos diz: “O Poder Público, em níveis federal, estadual, e municipal, incentivará:

I – a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programação e campanhas educativas, e de informação acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II – a ampla participação da escola e da comunidade de organização não-governamental na formação e execução de programa e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III – a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV – a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V – a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI – a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII – o ecoturismo.

Encontra-se, portanto, a nosso cargo a realização das cobranças pertinentes para que atinjamos à “construção da ordem socioambiental fraterna e sustentável pretendida”, em especial à imprensa, que deve ser democratizada e posta sob controle social, tornando-se, assim, o pré-requisito para atingir à referida ordem.

Velasco traz à baila, nesse ponto, a questão da EA problematizadora e o Ecomunitarismo, nos dizendo que a mesma reúne a crítica da presente crise socioambiental, ameaça tangível à própria sobrevivência da humanidade, e a ação transformadora rumo ao ecomunitarismo (ordem socioambiental utópica, guia para a ação, na qual vigorariam as três normas da ética). A proposta surge da crítica socioambiental do capitalismo e se apresenta como a contra-face deste. Desenvolveu assim Velasco esta crítica (Lopez Velasco, 2003b) e a ação propositiva nos planos antropológico (abordando as esferas econômico-comunicativas) e ecológico, erótico (focalizando os relacionamentos

auto e heterossexuais, a paternidade-maternidade e o aborto), pedagógico (incluindo a EA e a educação sexual), e o que chama de individuologia (para nuclear outras esferas de vivência dos indivíduos na presente situação histórica). Concordamos com Velasco ao dizer que, nesse contexto, ganha importância a idéia de criarmos espaços em que todos os projetos e ações de EA possam convergir para, além de permitir o salutar intercâmbio cooperativo que a todos enriquece, somar esforços na caminhada rumo ao inatingível horizonte do ecomunitarismo.

CAPÍTULO V

5.1 Análise das Entrevistas

Este capítulo dedica-se à análise das entrevistas realizadas com os membros da Comunidade Ceval. Os entrevistados foram o Sr. Vaner Padilha, presidente da Cooperativa de Reciclagem Ceval, a Sra. Geneci da Silva (Dona Cica), vice-presidente da cooperativa, Sra. Andressa Borges Reis, cooperativada, Sra. Pérola Beatriz Vergas Dias, cooperativada, Karen Helena Vergas Ferreira, dona de casa, e Michelle Oliveira da Silva, dona de casa. Tais instrumentos de pesquisa objetivaram verificar se a comunidade conseguiu manter-se unida e trabalhando por seus interesses comunitários, no período compreendido entre 2006 e 2011 (ou seja, após o término do projeto da UCPel), através da análise dos depoimentos dos referidos entrevistados, e se foram capazes de praticar, mesmo que de forma empírica, as três normas ecomunitárias.

O capítulo divide-se em temas, que são analisados a partir da fala de cada entrevistado. São eles: da organização, da união, da associação comunitária, da Cooperativa de Reciclagem da Ceval, das conquistas, das questões relativas à Ucronia e das Normas da Ética

5.1.1 Da Organização

Em relação à organização da comunidade Ceval, Padilha, o presidente da Cooperativa, nos diz que, quando a Católica se fazia presente, acontecia de uma forma, e que após a saída da referida Instituição a situação passou a ser diferente, tornando-se mais difícil pela ausência da orientação que a UCPel dispensava à comunidade em todas as áreas. Apesar disso, ele afirma que alguns continuam, embasados no aprendizado adquirido, tocando em frente. Isso fica claro ao dizer:

quando se fazia presente, que a gente tinha o apoio, a situação era uma, que hoje, na realidade, sem o apoio, já ficou totalmente diferente, né. Naquela época o pessoal tava sempre dando o auxílio, o pessoal da Católica, né. Tinha o apoio que hoje falta, né, pro pessoal e a gente continuo tocando a vida, entendesse, mas mudou muita coisa, né. Na realidade né, a título de orientação, a título de buscá alguma coisa aí em benefício da comunidade, se tornou bem difícil também, né. Que aí tu já tem que chegar na porta muitas vezes, que tu nem é conhecido, tu não tem nem a representatividade que é muito importante, né, e mudança, sempre muda alguma coisa, mas a gente continua sempre procurando, sempre baseado no que a gente aprendeu que foi muito proveitoso, né. Uns aproveitaram, então, que aquela época e conseguiram tocá um pouquinho mais adiante, né, e outros pararam no tempo por falta do apoio que tinha, né.

Dona Cica afirma, também, que a situação tornou-se mais difícil sem a presença da Católica, com as seguintes palavras:

Antes de 2006 nós morava lá no canal, na beira d'água. Não tinha nada. Vivia nas enchente. Quando a Católica chegou lá é que a gente começou a melhorar; que entrou junto com nós lá prá nos trazer prá Ceval; ali é que foi melhorando. Agora que a Católica saiu fora também tá uma parada lá. Tá parado, ficou mais difícil.

Para Pérola, a comunidade vivia melhor porque eram ajudados por todos, o que para ela era uma forma de assistencialismo, mas que agora não há mais. Acha que as coisas melhoraram devido à melhora do padrão de vida da comunidade. Em sua opinião, a comunidade conseguiu, de forma geral, se manter unida. A moradora deixa isso claro ao dizer:

A gente achô que vivia melhor, porque todo mundo ajudava a gente. Depois que veio esse programa das casinha pela prefeitura e tal, que parece que a gente se elevou um pouco, aparentemente, acabaram-se essas coisas assim, né, essas... Como é que gente vai falar...? Era uma forma de assistencialismo que tinha, né. Agora até não tem mais, não é que nem antes. As pessoas, como é que eu vou dizer, assim..., melhorou, melhorou um pouco porque depois que a gente começou cada um a ter a sua casa, porque a gente morava em barraca. Depois que a gente passou pra casa melhorou, assim..., o padrão de vida, sabe. Acho que até por isso que acabou essas coisas. Eu acho que a comunidade conseguiu se manter organizada, a gente tem um centro até, que antes a gente usava pra fazer tipo umas festa pra reunir assim o pessoal dali; o Centro Comunitário.

Andressa se limita a dizer que antes de 2006 era bom porque havia vários projetos para as crianças, mas que agora, com o trabalho de todos e com a criação da cooperativa, as coisas estão cada vez melhor. Karen acredita que com a Católica presente era melhor, mais organizado, e que sem a UCPel, tudo ficou mais difícil. Em suas palavras:

Era melhor porque quando a gente precisava das coisa ela conseguia, era tudo organizado assim quando a gente precisava de alguma coisa, no caso de fazer atividade, eles faziam um monte de coisa aqui pra gente. Aí depois quando ela foi embora ficou cada um por si, porque ela ajudava a gente aqui. Sem a Católica ficou mais difícil, porque ela ajudava bastante a gente. Era tudo organizadinho, a gente ganha..., E ajudava a gente com doação, as coisa e era mais fácil, depois ficou cada um por si, né. Não tinha ninguém.

Michelle apresenta a maior simplicidade nas respostas, – quase todas monossilábicas – bem como uma parcela significativa da comunidade Ceval. Sua resposta se limita a dizer que “foi bom sim”.

5.1.2 Da União

Padilha é claro ao afirmar que não existe união. Diz que com o afastamento da Católica, e conseqüentemente de seu apoio, muitos também afastaram-se, ficando poucas pessoas para a realização do trabalho em prol da comunidade. Apesar disso, reconhece que muitas conquistas foram obtidas, mas a maioria das pessoas tornou-se dependente dos poucos que ficaram. Em suas palavras:

O quê que aconteceu? Aconteceu que a partir do momento que não teve aquele apoio, aquela união, muita gente foi saindo fora, entendeu, foi sobrando poucas pessoas prá fazer aquele trabalho. Então a união não existe mesmo, existe por poucas pessoas, a maioria... continuou tendo conquistas através de como eu já te disse, entendeu, por muito poucas pessoas que..., porque na realidade a maioria parou, né, e ficou dependendo, dependente daqueles poucos que ficaram, que tiraram algum proveito de poder tocar pra frente, prá poder ajudá-los, né.

Dona Cica colabora dizendo que, no geral, conseguiram se manter unidos, mas que muitos desistiram, foram embora. Já Pérola acredita que a comunidade não se manteve unida. Que é difícil trabalhar pelos mesmos interesses porque cada um tem uma forma de

pensar. Irá nos dizer também que D. Cica será sempre a líder de todos eles com as seguintes palavras: “A gente tem um presidente, lá na vila, tem a vice, a D. Cica, que vai sempre ser a nossa líder como a gente diz, né. Sempre que tem alguma coisa mais importante é com eles assim. Sempre foi, né.”

Na opinião de Andressa a comunidade não conseguiu se manter unida de todo, mas que apesar das pessoas se ajudarem, no tempo da Católica eram mais unidos. Karen é categórica ao afirmar que quem ficou para ajudá-los foi D. Cica, e que apesar da comunidade ter conseguido trabalhar por si, no geral, as coisas não ficaram como eram. Em suas palavras isto se apresenta claro:

só quem continuou nos ajudando assim, que ficou lutando junto com a gente, que ajudava a organizar alguma coisa era a D. Cica porque o resto assim ficou a mesma coisa. No geral até pode dizer que ela conseguiu trabalhar por si. Mas não ficou como era. A coisa andou.

Michelle apresenta-se com um singelo “sim, conseguiu sim” ao referir-se à união da comunidade Ceval.

5.1.3 Da Associação Comunitária

Padilha nos conta que em 2006 ainda não havia uma Associação Comunitária, apesar de haver lideranças. A Associação Comunitária veio depois, em 2008, pela mão das lideranças comunitárias e pelo apoio da Secretária da Habitação do município, passando os líderes da Ceval a administrá-la. Com o afastamento de D. Cica da associação, por problemas de saúde, ele ficou a frente desta, sozinho. Diz que gostaria que houvesse um rodízio na presidência da Associação Comunitária, mas não tem quem assuma. A comunidade é quem decide tudo, afirma. Conta-nos, também, que estando à frente da cooperativa de reciclagem não dispõem de tempo para as duas atividades. Diz isto com as seguintes palavras:

Existia lideranças, no caso a Dona Geneci, o falecido Paulo Canhão, que era um líder da comunidade, entendesse. Então não existia associação em si, ela veio existir depois, em 2008, não lembro bem a data. [...] era eu a dona Cica, o João, irmão da Cica, e mais outros da comunidade que

fundamos a Associação. [...] de lá prá cá nós passamos a administrar, eu e a Cica porque os outros foram saindo fora, os outros foram parando, outros morrendo também, e outros se mudando da comunidade, então nós assumimos e depois, posteriormente, fiquei eu sozinho, porque a Cica também com problema de família, de doença e essa coisa, eu fui assumindo eu... Então eu fiquei de presidente de quase que tudo, juntamente com a Aline¹² que hoje é tesoureira aqui, ela é secretária lá dentro do Centro Comunitário. E então nós assumimos, eu e ela, e começamos, entendesse, a trabalhar pela comunidade. [...] O ano passado quando nós fundamos a cooperativa, eu tentei de alguma forma entregar a Associação prá comunidade. Então a Associação não foi possível entregar porque ninguém quis pegar. [...] A comunidade é quem decide, entendesse. [...] Então, na realidade, eu não tenho quem pegue, eu até gostaria que tivesse assim alguém que tocasse aquilo lá...

D. Cica confirma o depoimento de Padilha, afirmando que em 2006 não havia a Associação Comunitária, mas que agora ela existe. Diz que ela surgiu através da prefeitura, mas por pedido da comunidade, e que serve para aulas à noite, como cursos de tricô e pinturas. Nos conta, ainda, que existe uma direção composta de um presidente e um vice presidente, ambos da comunidade. Pérola corrobora as colocações anteriores, dizendo que em 2006 não havia a Associação. Sabe que existe um presidente que a administra. Sabe que o presidente é o seu Padilha e a vice a D. Cica.

Andressa afirma que a Associação surgiu a partir de uma reunião realizada entre os moradores do loteamento. Diz que quando tem alguma coisa a ser decidida as pessoas se reúnem, mas que não tem certeza quanto ao revezamento da presidência da Associação. Karen conta que a Associação foi fruto do trabalho do Sr. Padilha e de D. Cica. Afirma, também, que não tem quem assuma a presidência da Associação para que haja alternância da mesma. Michelle confirma que não havia Associação em 2006. Não sabe como esta surgiu e como é organizada. Afirma que há rodízio da presidência da mesma.

5.1.4 Da Cooperativa de Reciclagem da Ceval

Padilha narra que até 2005 não foi possível concretizar o sonho da Cooperativa de Reciclagem; este viria a acontecer somente em 2010 quando foi assinado o convênio que

¹² Tesoureira da Cooperativa Ceval e Secretária do Centro Comunitário do Bairro Ceval. Também moradora da referida comunidade.

instituiu a cooperativa com a Prefeitura Municipal de Pelotas. Conta-nos com justificado orgulho:

Fundamos a cooperativa de reciclagem que hoje eu represento ela, sou o presidente, nós fundamos com 20 cooperados de dentro da Comunidade Ceval, todas pessoas carentes que..., somente moradores dali, cem por cento moradores dali a gente fundô ela. E de lá prá cá nós tamos trabalhando de acordo com o que o SANEP¹³, o SANEP tá..., assinamos um convênio com o SANEP por um ano, então dentro desse convênio eles nos dão uma bolsa ajuda de R\$ 356,00 para cada cooperado por mês, entendesse, e o restante dos R\$ 15.000,00 é para pagar o aluguel, pagar as despesas daqui, entendesse, e manter o pessoal. Hoje a gente tá com sete meses prá oito meses de cooperativa, claro que a gente necessita de muito, muito apoio prá que a gente possa continuar, né, mas no momento a gente vai tocando. Hoje já temos alguns condomínios, algumas empresas que a gente..., através de conversação com eles consegui prá que a gente pudesse retirar o resíduo, então a gente já tem hoje uma receita pequena, mas fora do SANEP, já temo, e creio eu que daqui prá frente a coisa, a tendência é melhorar, né.

D. Cica nos fala da cooperativa dizendo que antes de 2006, naquele tempo, como diz, não haviam conseguido concretizar o sonho da Cooperativa. Diz que foi através da luta do Sr. Padilha que este sonho foi realizado. Conta-nos ainda que foi depois da saída da Católica que o Sr. Padilha conseguiu tornar realidade o sonho da cooperativa. Afirma, também, que, por enquanto, o atual prédio onde funciona a cooperativa é alugado, mas que em breve será na própria comunidade Ceval. Pérola, alegre, nos relata que demorou um pouco, mas que estão aí. Diz que no início as pessoas não acreditavam, até que um dia conseguiram oficializar tudo.

Andressa coloca que foi somente agora que conseguiram realizar seu sonho, mas que isto foi conseguido através de muita luta, para beneficiar as pessoas que moram no bairro. Afirma que a Cooperativa está caminhando bem e que há um projeto para a construção de um galpão no Bairro Ceval, para onde deverá ir a cooperativa que hoje funciona fora do bairro. Conta que lá terá uma prensa, uma balança e uma esteira, equipamentos estes que no momento estão em falta. Karen reafirma os depoimentos anteriores ao dizer que a Cooperativa não só existe, mas existe pelo esforço do Sr. Padilha e de D. Cica. Lembra que a maioria dos cooperativados são mulheres. Michelle diz que a Cooperativa está boa, porque “vê pelas gurias”.

¹³ Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – Água e Esgotos.

5.1.5 Das Conquistas

Segundo Padilha, o maior objetivo conquistado pela comunidade foram as moradias. Ele nos fala da luta da comunidade até que ganhassem os terrenos, onde posteriormente foram construídas as casas que hoje habitam. É ele quem nos diz:

O principal objetivo que a gente conseguiu lá foi a sua moradia, cada um tem a sua moradia, porque quando fomos prá lá tudo eram barracas e o principal objetivo de tudo era as enchente que tinha na baixada, então o pessoal foi prá guerra, [...] então fizeram aquela batalha toda e conseguimos ganhar os terrenos e junto com os terrenos veio de brinde a casa. Isso foi uma das questões muito importante prá comunidade; que na realidade assim é, né, que hoje todo mundo tem a sua casinha..., vivia tipo na barraca, na beira da estrada e hoje não, hoje tem a sua casa. Isso era um dos objetivos que a gente tava lutando por aquilo e conseguimos, hoje cada um tem o que é seu, entendeu. Isso é o fundamental prá vida da... A escritura da casa, na realidade eles tão por entregar, né, já providenciado. Cada um tem o seu nome lá tudo certinho, tudo legalizado, só que eles tão providenciando prá entregar. Existe bairros na cidade que estão há vinte anos, como o Navegantes, arrecém estão entregando, entendeu. Isso prá nós é uma coisa que estamos aí há dez anos e já vai sair. Outra coisa que a gente batalhou muito e hoje nós temos: o esgoto. Nós temos o esgoto, temo luz, temo água... Foi uma batalha eu a gente fez, a gente batalhou muito por isso e conseguimos alcançar nosso objetivo.

D. Cica corrobora a fala de Padilha ao dizer que a maior dificuldade foi a conquista dos terrenos, e a maior conquista foram as casas. O maior objetivo da comunidade era que todos tivessem suas casas, com água e luz. Lembra que em 2005 só haviam os terrenos. Hoje possuem tudo, afirma. Pérola confirma que a maior conquista da comunidade foram as casas. Acha, por sua vez, que esta conquista se deve à união de todos. Suas palavras são as seguintes:

Eu acho que o principal que teve foi as casa, né, porque essa era a maior dificuldade que se tinha, deus que se foi pra lá. Eu acho que assim, atribuem a todo mundo porque tava todo mundo junto, né, quando tinha que se ir lá prá prefeitura pra pedir, até que..., foi uma luta bem grande assim, mas tava todo mundo junto. Assim, não tem uma pessoa especial, né.

Para Andressa a maior conquista também foram as casas, porém, recorda quão difícil era não ter luz e morar em uma barraca. Eis seu relato:

Uma das maiores conquistas foi conseguir a casa, a moradia. A casa, muita coisa que a gente lutou que a gente não tinha e agora a gente tem, como o serviço do SANEP, da CEEE que a gente não tinha luz em seguida que o pessoal foi pra lá, esgoto, o centro comunitário também. A maior dificuldade foi não ter luz. Porque, no caso, muita gente não tinha casa, era uma barraquinha, mas tu ficar sem luz até dentro de uma barraquinha é meio difícil.

Karen concorda que a maior conquista foram as casas, lembrando o tempo em que ficaram morando em barracas com chuva. Como nos diz:

A gente conseguiu as casas, que não tinha. A gente ficou um tempão aqui sem... nas barracas com chuva e tudo. Luz que a gente não tinha, era tudo no escuro, agora a gente conseguiu, desse tempo prá cá. Acho que foi as moradias que a gente não tinha, né. Foi as casa eu acho.

Michelle, que retrata uma fatia significativa não só da comunidade, mas do povo brasileiro, dirá com toda a simplicidade que lhe caracteriza, que foram as casas a maior conquista da comunidade. Respondeu com as seguintes palavras, ao lhe ser perguntado: “Não entendi direito. As casa. Eu sô burra!”

Considerações

Percebemos até esta fase da análise uma congruência nas respostas dadas. Todos parecem concordar quanto ao fato de ter havido, durante a presença da Universidade Católica de Pelotas na comunidade, uma maior organização e união dos moradores do Bairro Ceval. Todos são unânimes, também, quanto ao fato de ter ocorrido conquistas por parte da comunidade Ceval, e que, apesar de a união não ter sido aquela “do tempo da Católica”, conseguiram mesmo que com dificuldades tornar realidade – dentro do período compreendido entre 2006 e 2011 – a sua Associação de Moradores e a sua Cooperativa de Reciclagem. São unânimes, também, quanto às casas serem sua maior conquista, mas, além desta, percebemos também outras, como a presença de luz, água e serviço de esgoto no local.

Nota-se que nem todos os moradores da comunidade Ceval estavam preparados para caminhar sem a mão da Universidade Católica de Pelotas e sem seu projeto ecomunitário. Percebemos a predominância de um assistencialismo ao longo do trabalho desenvolvido pela Universidade Católica, junto à comunidade Ceval, que, se em um primeiro momento fez-se necessário, sua perpetuidade ou primazia sobre o processo educacional ocasionou uma conquista aquém daquela que poderia ter sido atingida após o encerramento do projeto ecomunitário, com um melhor equacionamento do binômio assistência/educação. Dessa forma, parece ter havido uma transferência, por parte de alguns moradores da comunidade Ceval, de ponto de ancoragem da Universidade Católica para a pessoa das atuais lideranças. Assim, se antes o carro chefe era a UCPel, hoje apresenta-se nas figuras dos líderes comunitários.

5.2 Das questões relativas à Ucronia

5.2.1 Da Economia

Lembramos que na sociedade ecomunitária a economia obedece à etimologia da palavra, no sentido de administração de uma casa – *oikonomia*¹⁴ –, em favor e para todos os seus membros, conforme descrito no capítulo III.

Em relação a esse aspecto, Padilha nos informa que a renda da Cooperativa é dividida igualmente entre todos os cooperativados, que hoje contam vinte e três. Explica pacientemente o funcionamento da Cooperativa com as seguintes palavras:

Aqui é o seguinte: do SANEP a bolsa ajuda que nós temos de R\$ 15.000,00, como eu já te falei é..., nós recebemos na realidade R\$ 400,00 de bolsa ajuda. Desses R\$ 400,00 eu pago R\$ 44,00 de INSS de cada cooperado, então sobra líquido na mão deles R\$ 356,00. Essa é a divisão, então o resíduo que nós ganhamos do SANEP, o resíduo que hoje nós conseguimos através do IFSul, SENAI, três ou quatro condomínios que nós temos, a COHADUQUE, Condomínio SIENA, isso tudo é fruto do trabalho da gente, já. E isso dá uma renda, entendesse, aí, em torno de dois mil à dois mil e setecentos reais mês, prá dividir prá vinte e dois. É mais cem, cento e cinquenta reais que é

¹⁴ Gr. *oikonomía*, atos 'administração de uma casa; organização etc.', pelo lat. *oekonomia,ae*. (Cf.HOUAISS, 2010).

dividido em partes iguais. Toda a receita a gente divide em partes iguais prá todos.

D. Cica corrobora as palavras de Padilha ao dizer: “A gente tem a bolsa do SANEP que é de R\$ 400,00 reais. O SANEP dá uma bolsa, aí vende o resíduo e é dividido em 23 pessoas. Em partes iguais”. Pérola dirá apenas: Igualmente. Andressa confirma dizendo: “Todo lucro do resíduo é dividido igualmente entre todos. Todos os que trabalham”. Karen é clara: “De forma igual entre todos”. Michelle diz: “São partes iguais”.

Considerações

Constatamos a homogeneidade das informações que atestam que a renda da cooperativa é dividida igualmente entre todos os cooperativados. A mecânica contábil está perfeitamente explicitada nas declarações do Sr. Padilha. Hoje, a cooperativa dá trabalho para vinte e três cooperativados que, por sua vez, dão sustento a cerca de oitenta familiares. Nesse sentido, percebemos um aumento significativo na qualidade de vida destas pessoas. É possível ver na fala dos entrevistados um entusiasmo e um orgulho muito grandes em relação a seu trabalho, pois se sentem responsáveis pelo futuro da cooperativa e mostram-se participativos em tudo que lhe diz respeito. O entusiasmo em relação ao projeto das novas instalações da cooperativa e sua mudança para dentro do bairro é notório.

A quantidade de trabalho aumentou significativamente graças aos novos contratos realizados. Entre eles, podemos citar o contrato assinado com o Instituto Federal Sul Rio-Grandense – IFSul –, e com a Universidade Federal de Pelotas – UFPel –, que deram grande impulso à cooperativa. Ambas as unidades federais passam a entregar os resíduos recicláveis descartados à Cooperativa Ceval¹⁵. Houve, conforme podemos observar, através do que denomino “caminhada solitária da Comunidade Ceval”, um crescimento/aprendizado significativo, do qual eles muito se orgulham. Foram várias tentativas e erros até a concretização de seus objetivos, que redundou no aumento da qualidade de vida que hoje verificamos.

¹⁵ Ver contratos e notícia veiculada pela UFPel, nos anexos deste trabalho.

5.2.2 Da Erótica

Velasco chama a atenção para o fato de que não se propõe a discutir a teoria freudiana da dicotomia existente entre Eros e Tanatos, supostamente operante em todo ser vivo e mesmo na Natureza inanimada na sua totalidade. Ao se referir à erótica, ele se limita à pulsão libidinal existente nos seres humanos, mais especificamente à porção que vincula os indivíduos humanos entre si e a cada um deles consigo mesmo (2008, 68). Trataremos, dessa forma, das relações sociais entre os integrantes do Bairro Ceval, entre os integrantes da família e dos moradores entre si.

Padilha acredita que muita coisa não mudou. Acredita que o Bairro Ceval é um dos melhores lugares para se morar. Fala muito bem da vizinhança, apesar de reconhecer que como todo lugar, tem os seus problemas. Repara que há pais relapsos com os filhos, o que coloca muitos menores em situação de abandono. Ressalta, também, que estes são um número reduzido na juventude da comunidade Ceval. Para ele, existe um relacionamento pacífico entre os integrantes da comunidade, no geral. Entre homens e mulheres, reparamos um respeito entre si. Chama a atenção, também, o fato de que tanto na Associação Comunitária, quanto na Cooperativa de Reciclagem, a predominância é feminina. São suas as seguintes palavras:

a) Bom, te falando por mim eu continuo como antes, né, mas a gente... Eu acredito que muita, muita coisa assim não tenha mudado, entendessee. Até que eu vou te dizer uma coisa: nós temos prá dez anos, estamos completando dez anos na comunidade, prá que tu tenha uma idéia, é um dos melhores lugares prá se morar, né. Vizinhança boa entendessee, tu não vê aquele negócio de toda hora de bronca, de briga, de coisas que já existiam em outros locais, que eu já morei em outras comunidade... Ali, claro que sempre tem alguma coisa, porque lugar nenhum é perfeito, mas é um lugar pacífico, entendessee, tu não vê família brigando com família. Isso é uma raridade. b) Pais e filhos eu lamento te dizer na realidade assim, tem uns pais, que são poucos na comunidade, que sinceramente não dão a... eu não vejo assim aquele ímpeto, aquela vontade de que o filho não siga o exemplo de outro, entendessee. O que a gente já viu no passado ali, então eu vejo assim o menor muito abandonado, por culpa dos próprios pais, porque tu vê uma criança de dez anos, nove anos na rua, onze horas da noite, quem é o culpado é o pai. E isso existe dentro da comunidade. É uma minoria, em torno de dez a quinze menores, de oito anos a dezesseis anos. Nós temos duzentas e oitenta e seis famílias. c) entre irmãos, durante esse período todo que a gente tá lá... não tenho o que te dizer, porque é pacífico e não se vê coisas que te chamem a atenção, entendessee, que diga lá que barbaridade! d) Pacífica. e) Não, eu

até acredito no seguinte, oh, prá que tenha uma idéia, hoje dentro da cooperativa, hoje, dentro da associação, da qual eu ainda sou o presidente, sempre foi a maioria mulher, entendesse. Os homens sempre foram a minoria em todas as questões que a gente fez lá dentro, até o próprio mutirão quando fizemos as casas, e construímos as nossas casas, eu trabalhava eu e outro homem e mais catorze, quinze mulher também. E aqui tu pode olhar aqui dentro da cooperativa, tu vai vê um homem ali fora e eu aqui dentro, no escritório e tu vai vê sete, oito senhoras ali de manhã e de tarde a mesma coisa. São 22 pessoas, e são 17 senhoras agora e 5 homens.

D. Cica declara que as coisas melhoraram. O relacionamento é bom e que não vê nada de mais, diz ela. Diz que está tudo bem e que os irmãos nunca foram desunidos. Irá abordar rapidamente a questão do problema com os menores da comunidade Ceval dizendo que existem alguns menores que estão se incomodando com o conselho tutelar. Dirá que homens e mulheres se respeitam. É sua a frase “Tudo se dá bem, todo mundo se dá bem. eles tudo se respeitam. A Gente é tudo da mesma vila”.

Pérola lembra que não tem muito estresse. São relações normais, afirma. Também toca no problema com os menores ao dizer que eles estão numa fase ruim. Na fase de incomodar. Depredação, dirá mais adiante, mas chama a atenção para o fato de ser uma minoria na comunidade. Entre os irmãos é contundente quanto à harmonia do convívio. No geral, é categórica ao afirmar que não tem “diz que me disse”, mesmo sendo um lugar pequeno. Andressa fala apenas do ciúme normal entre casais. O resto é bom diz ela.

Karen acha que as brigas aumentaram, por não ter mais a orientação psicológica da Católica. Coloca que muitos casais estão se separando devido a esta falta de auxílio. Já entre pais e filhos e entre irmãos acha normal o relacionamento, mas que entre os demais integrantes da família, pelo mesmo motivo da ausência do auxílio da Católica, era melhor quando esta se fazia presente. De forma geral, para ela, tudo era melhor com a Católica. Para Michelle, tudo no geral é bom.

Considerações

Percebemos que, de forma geral, existe um consenso quanto à harmonia familiar do Bairro Ceval. Podemos observar *in loco* a veracidade destas afirmações, tanto no local de trabalho, onde estivemos várias vezes, como entre os membros da família e da comunidade como um todo, quando lá estivemos também, por várias ocasiões, durante

nossa pesquisa de tese. O único problema detectado foi com alguns menores da comunidade – representam uma minoria dentro da comunidade – que praticaram atos de vandalismo no bairro, mas como segundo foi relatado, isso tem origem na situação de abandono, na qual eles se encontram, por parte dos pais.

5.2.3 Da Comunicação Simétrica

Padilha nos informa que a comunidade procura a imprensa para divulgar notícias referentes à suas ações e também para reivindicar suas necessidades. Diz também que não dispõe de tempo para eles devido à carga de trabalho. Quando tinha tempo, lembra que aconteciam as reuniões deliberativas, mas que agora, pela demanda de trabalho de todos e de sua própria, estas reuniões já não acontecem mais. As reivindicações são passadas de boca em boca ou diretamente à porta de sua residência. Lembra, porém, que a comunidade se comunica entre si. Nos informa que sempre que procuraram os meios de comunicação para falar alguma coisa sobre “a política do momento que tava nos faltando”, como diz, os meios de comunicação sempre procuravam os denunciados para ver o que podiam publicar. Estas são suas palavras:

Sempre que a associação foi chamada para reivindicar alguma coisa, principalmente a imprensa, a televisão, assim, no caso, eles sempre procuraram... se nós chamávamos prá falar alguma coisa sobre a política do momento que tava nos faltando eles sempre queriam perguntar prá eles pra depois publicar o que eles queriam e não o que nós falávamos. Cansamos de falar uma coisa e até hoje nós temos entrevistas que fizemos e foram engavetadas. É realidade mesmo, entendessee. O Diário Popular e a RBS, também houve isso comigo próprio, tô te falando isso por mim, tô te falando como presidente da associação, em várias ocasiões eu chamei... e têm várias matérias que eu chamei e eles fizeram, em outras épocas, entendessee. Tenho recortes, tu é sabedor disso, mas houve coisas que eles deixaram a desejar prá nós.

D. Cica informa que agora, dada a atividade da Cooperativa, o seu presidente, Sr. Padilha, resolveu dar uma parada com a procura da imprensa. Ressalta, entretanto, que tudo era discutido, como quando queriam terminar as casas. Nessa ocasião chamavam muito a imprensa. É enfática, todavia, ao dizer que não veiculavam o que eles queriam. Chegavam “meias verdades”, diz ela. Pérola confirma os depoimentos anteriores dizendo

que sempre procuravam a imprensa para suas reivindicações. Corrobora as informações de Padilha ao afirmar que as solicitações são feitas à porta deste, pelos vizinhos da comunidade. Diz que quando as informações que desejam veicular não são importantes para a imprensa, estas não são divulgadas. Muitas vezes tem que ficar incomodando para que eles venham, informa Pérola.

Andressa afirma que quando é necessário, a imprensa é convocada. Diz que, quanto a discussão dos assuntos que serão conduzidos a imprensa, tudo é discutido entre as lideranças e depois chamam as demais pessoas da comunidade para esclarecer o que será veiculado. Lembra de sempre terem sido bem recebidos pelos meios de comunicação. Karen, com respostas mais simples confirma as informações anteriores. Michelle manifesta apenas um genérico “não” em relação à procura da imprensa.

Considerações

Todos são unânimes em afirmar que a imprensa era procurada para reivindicar e para divulgar as necessidades da comunidade. Padilha confessa que não dispõe de mais tempo para reunir as pessoas do bairro para deliberar, e que as solicitações são realizadas diretamente à sua porta, após ter sido conversada entre os moradores. Dizem ser bem recebidos pela imprensa local, mas relatam também o fato de não ser publicado exatamente o que diziam à imprensa. “Meias verdades” são publicadas pela imprensa, conforme coloca D. Cica.

5.2.4 Da Política

Padilha diz que acha que pode estar fazendo um tipo de política diferente da habitual, mas que sua política é sempre procurar o bem estar dele e dos que o cercam, ou seja, das pessoas as quais ele representa. O entrevistado deixa isso claro quando diz:

a minha política é sempre procurar o bem estar meu e de quem me cerca, pessoas que eu represento, entendesse. Então toda a vez que eu for fazer este tipo de política é pensando sempre no bem estar meu, certamente, como o próximo que está junto comigo que é a comunidade, tanto a cooperativa quanto a comunidade lá. Eu acredito que isso é um meio de

política. No meu modo de pensar é uma política, só que é uma política diferente daquela que tu te senta pra ti sê um vereador, um prefeito, prá ti ganhá um dinheiro. É um tipo de política diferente pra mim.

Quanto à receptividade do poder público municipal, afirma que é sempre bem recebido e que sempre procura a classe política em nome da comunidade. D. Cica diz que ao reivindicar algo junto ao poder público não está fazendo política, e que nem gosta disso. É claro seu posicionamento ao dizer:

Não. Nem gosto muito de política. Porque a gente vai pede..., porque pra política a gente até dá uma parada, sabe, prá não dizerem, ah!, a gente tá procurando a política. Prá cooperativa a gente até pegou no tempo da política sabe. [...] O político ele só te recebe bem na hora do tempo das eleição, depois ele vira as costas. Depois tu procura ele e não acha mais.

Pérola acredita que ao reivindicar algo junto ao poder público está sim fazendo política, mas seu depoimento deixa transparecer sua dúvida a respeito do fato. Diz que a receptividade do poder público não é boa, pois a comunidade, em sua opinião ficou com a pecha de petista. Diz ela: “paga o justo pelo pecador”. Andressa acha que não faz política em suas reivindicações, mas que cada um tem o direito de reivindicar o que quiser. A entrevistada é da opinião que são bem recebidos pelos políticos.

Karen pensa que sim, que de certa forma estão fazendo política, pois quando tem algum problema estão lutando por seus direitos. Compartilha da opinião de que são bem recebidos em época de eleições. “Aí eles colocam até tapete prá gente passar em cima, mas depois é difícil; ah! é difícil!” Michelle dirá: “sim, porque tem que sê resolvida, né.”

Considerações

No ecomunitarismo a política é chamada de todos, uma vez que sua prática é coletiva e não partidária. As decisões, respeitando a segunda norma da ética, são tomadas em assembleias. Verificamos isto no capítulo III, quando nos referimos a ela na Ucrônia. A maioria dos entrevistados acredita estar fazendo política em suas reivindicações, mas que são melhor recebidos apenas no período de eleições. A maioria apresenta uma visão de política do tipo partidária.

5.2.5 Da Educação

Padilha vê a educação no Bairro Ceval muito precária. Acha que por ter um grupo de menores dito de risco social, deveria, a seu ver, ter uma escola no interior do bairro. Essa ação resolveria o problema do deslocamento a outras escolas, muito distantes da comunidade. Lembramos que esta comunidade é formada por pessoas carentes e o deslocamento tem um custo, por vezes difícil de ser pago. Ele crê que se existe um ensino como o PEJA – Projeto de Educação de Jovens e Adultos – poderia ter também uma escola regular funcionando dentro do Bairro, que congregaria simultaneamente as localidades vizinhas.

Bom, a educação eu acho muito precária, né, porque é assim, oh: devido a gente tê um grupo de risco, porque na realidade a gente são tudo catadores, papaleiros, a maior parte é pescador, é pessoas carente mesmo de quase que tudo na vida, né. Então o que que seria melhor prá nós, que nós tivéssemos lá dentro uma escola. Eu hoje tenho o PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos –, que trabalha dentro do centro comunitário me dando aula das 18h às 20h e 30min prá adultos, pessoas que nunca pegaram num lápis, que estão com cinquenta sessenta anos e nunca tiveram uma oportunidade, entendesse e o mesmo não acontece com o jovem lá dentro, porquê? Na realidade é uma comunidade já com um número não tão expressivo de moradores, mas pelas redondezas como temo ali, Osório, Anchieta, essa, loteamento Uruguai, isso tudo é redondeza dali e eu creio que se nós tivéssemos uma escola ali, a coisa seria bem melhor pra que nós pudéssemos educar o nosso jovem. Porque espaço nós temos, entendesse, dá um agito no centro comunitário e certa ocasião eu até falei com um político o ano passado pra ver alguma coisa desse tipo, o político já não me apresenta mais nada e continua tudo na mesma, entendesse. Prá nós, eu acho que a educação não satisfaz, não satisfaz mesmo. Dentro do bairro pra que pudesse agregar as outras cercanias ali, como essas localidades que eu te falei. Porque hoje em dia fica difícil tu sair, tu vê que pra tu sair de manhã num inverno como esse tu sair com uma criança nos primeiros anos, creche essa coisa toda, entendesse, tu tê que sair de lá da Ceval e ir lá na Quinze de Novembro, perto dos bombeiros, ou vim cá no Simões Lopes com uma criança, entendesse, essa faixa que tem ali, pra atravessar a BR... A gurizada vem tudo estudar aqui no Simões, aqui no Balbino¹⁶. Então, enquanto que outros bem perto de nós estão com mais dificuldade, né, porque se nós tivéssemos ali na comunidade nós poderíamos abranger aquela região com toda a certeza eu acho que favoreceria muito.

¹⁶ Escola Municipal Dr. Balbino Mascaranhas – Bairro Simões Lopes, a aproximadamente 2,5 Km do Bairro Ceval.

Para Padilha, o trabalho comunitário é fundamental, para que as pessoas através da união possam desenvolver um trabalho educativo. Também crê que todo vizinho é também um educador, mas que a educação tem que começar dentro de casa. Seu depoimento está descrito nas seguintes palavras:

Eu acredito que sim. Na realidade o trabalho comunitário é fundamental, porque é que a gente possa se unir, procurar através de união, entendesse, procurar educar as pessoas, porque na realidade tu tá fazendo um trabalho, tu tá mostrando que há condições de porque que eu posso fazer e tu não pode fazer. Então de certa forma eu tô educando. *d)* Eu acredito que todo vizinho é também um educador, depende muito da questão do vizinho se proporcionar aquilo, porque em primeiro lugar ele tem que educar na casa dele, ele tem que ter uma educação, passar pros filhos pra que ele possa passar pros outros, entendesse, e o nível depende muito do nível da pessoa, do querer também, né.

Sobre o tema educação, D. Cica diz que as famílias procuram colocar os filhos no colégio. Que eles mesmos levam e buscam as crianças. Diz também que cada pai educa o seu filho e apenas concorda que cada vizinho é também um educador.

Para Pérola, a educação também é ruim. Diz que têm muitas crianças no bairro e que os líderes têm conversado com a comunidade para que tenha uma escola no interior do bairro, bem como uma creche, que beneficiasse a comunidade. Acredita, pelo fato de não haver uma escola no interior do bairro, que a educação é ruim. Afirma também que se vê como uma educadora popular por ser membro do “movimento de trabalhadores desempregados”. Lembra que mesmo não sendo mais uma desempregada ainda faz parte do movimento, e com toda a segurança diz: “A gente como militante já é educador popular, mas as outras pessoas não conseguem ver isso. Na Ceval tem cerca de quinze pessoas no movimento”.

Andressa se posiciona dizendo que a educação é boa. Nos conta que as crianças que estudam à tarde ficam no Centro Comunitário pela manhã, e as que estudam pela manhã, ficam no Centro comunitário à tarde. Acha que todo vizinho deveria ser um educador. Até mesmo corrigindo um erro na criança se está educando, afirma. Se manifesta contra gritos e a favor do diálogo com as crianças, explicando a elas porque não se deve fazer isto ou aquilo.

Karen acha que um problema da educação do bairro é o fato de ter pessoas de adiantamentos diferentes na mesma sala de aula. Acredita que o trabalho comunitário

educa porque uns aprendem com os outros. Afirma também que os vizinhos podem ser educadores porque o que um sabe pode ser ensinado ao outro que ainda não tem determinado conhecimento e vice-versa. Michelle diz apenas que a educação é boa.

Considerações

Percebemos nas declarações quase uma unanimidade no fato de considerarem a educação de má qualidade, por não terem uma escola no interior do Bairro Ceval, já que todas as escolas localizam-se em bairros mais afastados de suas casas. A distância média entre as escolas e o loteamento é em torno de dois quilômetros. Todos os entrevistados concordam que o trabalho comunitário pode educar e que cada vizinho pode ser também um educador. Não existe, todavia, uma educação ambiental ecomunitária, tanto dentro quanto fora do bairro. Não existe, outrossim, uma educação que efetivamente realize um desvelamento crítico da realidade e que conduza à respectiva ação transformadora desta.

5.3 Das Normas da Ética

5.3.1 Da Primeira Norma da Ética

Padilha se acha uma pessoa livre por poder ajudar os outros membros da comunidade. Acredita ser importante lutar pela liberdade de consciência, porque sem isso não se vai a lugar algum. D. Cica também se acha livre dizendo que faz o que quer. Acredita valer a pena lutar pela liberdade porque não se pode ficar dependendo de todo mundo. Segundo ela, deve-se lutar por si. Pérola, por vezes, diz achar-se limitada em sua liberdade, mas que hoje se sente livre. Explica isso com as seguintes palavras:

Porque nem sempre o que parece ser liberdade é liberdade, né. As vez tu qué fala alguma coisa e tu não pode e aí tu acha..., que nem aqui agora, vai sabê, eu tô falando tudo que vem na minha cabeça e que eu quero falá, e quando vê eu não deveria falá, né. Mas hoje eu me sinto livre. *b)* Com certeza. Sim, né, porque... Como é que eu vou lhe dizer... faz quatro, cinco anos que eu luto por isso, né. Liberdade de expressão prá se manifesta. É importante. A gente não deve ficar preso, direcionado a uma coisa só, né. Ah, tu tem que fazê isso e isso e isso porque o seu

fulana quer que a gente faça isso e isso. Não existe isso, no meu ponto de vista, né. c) Liberdade é tu poder fazer o que tu qué, porque, ah, se tu anda sem roupa, ah! Eu não vejo mal nisso, né. É uma forma de liberdade minha. Se eu dissé que hoje eu vou andar sem blusa, hoje eu vou andar sem blusa. Eu não sei, acho que é isso, cada um fala o que qué, fala o que pensa. Se vesti como qué, comê o que qué, né.

Andressa acredita ser uma pessoa limita em sua liberdade pelo fato de ter marido e uma filha. Devido a isso diz: “eu tenho limite”. Diz achar importante ser livre, mas que acha importante lutar pela liberdade quem quer ser livre. E ao ser inquirida se quer ser livre, responde enfaticamente: “eu não posso ser livre, eu tenho os meus compromissos!” Karen é da opinião de que é livre. Diz não sentir-se presa a nada. Expressa sua opinião da seguinte forma:

Me sinto livre. Não me sinto presa a nada. Eu me acho livre porque eu não tenho nada me prendendo, no caso, eu faço o que eu quero a hora que eu quero, saio, eu faço... eu me sinto livre. b) Eu acho. Porque todo mundo tem direito de ser livre, de ter as suas opiniões, por isso eu acho que sim.

Michelle diz se sentir livre por poder fazer o quer. Sua resposta é a seguinte: “Livre. Ah, porque eu posso fazer o que eu quero, né. b) Pela liberdade a gente tem que lutar, porque assim tu pode trabalha, tu fazer o que tu qué, entendeu”.

Considerações

Chamamos a atenção aqui para o fato de que a noção de liberdade no ecomunitarismo encontra-se imbricada à primeira norma da ética, que nos obriga a zelar pela capacidade individual de decisão, que se configura, dessa forma, como ponto de partida à crítica de qualquer tipo de situação na qual essa liberdade de decisão se configure cerceada. É ela, então, que convida à busca da liberdade individual de decidir criticamente todas as instâncias nas quais essa liberdade é negada, desde a vida na família, na escola ou no universo da empresa. Para Velasco, este é o cerne de um drama fundamental do capitalismo que diz respeito ao cerceamento, no cotidiano, da liberdade individual de decidir e com o fato de que não se faz possível exercitar a liberdade de decisão. Velasco irá definir libertação como:

O processo histórico de construção da liberdade de decisão consensual a propósito de nossas vidas através da discussão e da luta contra as instancias de dominação intersubjetiva e auto-repressão alienada. (2008, p.38-9)

Dirá ainda que desse processo faz parte o estabelecimento de relações produtivas e estéticas de caráter preservador-regenerador entre os seres humanos e o restante da natureza (2008, p.39). Percebemos, desde logo, que as pessoas que se julgam livres, não apenas não o são, em sua totalidade, como desconhecem a ferramenta que lhes permitiria a lutar criticamente pela liberdade, que vem a ser justamente a primeira norma da ética, conforme descrita anteriormente.

De forma geral, as pessoas responderam que se sentem livres, afirmando que fazem o que desejam. A única exceção é a entrevistada Andressa que contraria a opinião dos demais entrevistados, alegando ser compromissada com a família – marido e filha. Chama-nos a atenção o caso da entrevistada Michelle que, possuindo um nível de instrução muito baixo, casada, com filhos e alegando-se “burra”, considera-se livre para fazer o que quiser.

Notamos um senso comum introjetado nessas pessoas, que lhes faz confundir liberdade com o direito de ir e vir. Afirmar que se sentem livres por isso tem como causa o mesmo senso comum que faz as pessoas confundirem democracia e cidadania com o direito de votar, que no caso da sociedade brasileira é uma obrigação. Ora, se são limitados já nas condições mínimas de subsistência, e não possuem o direito de decidir a respeito da vida de sua comunidade, segundo os preceitos do ecomunitarismo, podemos afirmar que não existe liberdade que não seja aquela permitida pelo opressor. Mesmo existindo dentro da comunidade a deliberação consensual de suas aspirações, a realização destas estará sempre a mercê da classe dominante, neste caso a prefeitura, no sentido que lhe confere Marx e Engels ao dizerem:

[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (*Ausschuss*) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (2005, p.68).

No capitalismo, portanto, é negado às pessoas o exercício da sua liberdade individual de decisão e da sua participação na construção de propostas consensuais (VELASCO, 2008, p.141).

5.3.2 Da Segunda Norma da Ética

Padilha afirma que as decisões não são mais tomadas em assembleias ao dizer: “Não, já foi no começo, mas depois, posteriormente, a gente veio se afastando, entendesse. Começou a dificultar devido à demanda das responsabilidades, né”. D. Cica corrobora as palavras de Padilha dizendo: “Já foi, agora não. Agora é cada um faz por si”. Pérola acrescenta dizendo: “Acho que faz muito tempo que isso não acontece”. Andressa discorda ao dizer que “o pessoal se reúne e decide o que vai fazer”. Já Karen afirma que as decisões não são mais tomadas coletivamente ao dizer:

Não. Antes o pessoal se interessava, tinha quem puxasse. Agora têm muitas pessoas acomodadas sabe, o que tá, tá bom, se tá acontecendo alguma coisa... Os outros que fais. Quando tinha as gurias que vinham o grupo prá cá, elas, as gurias da Católica, a tia Cica, vinham, puxavam, conversavam, discutiam, sabe. Iam nas casa das pessoas, no caso, eles faziam as pessoas tê interesse do assunto das coisa, mas agora tá todo mundo descansado.

A entrevistada Michelle dirá que as decisões são tomadas entre todos, contrariando o depoimento da maioria.

Considerações

Percebemos nitidamente que as decisões da comunidade não são mais tomadas coletivamente, mas de maneira informal e aleatória, com os moradores batendo à porta dos líderes, representados, no momento, nas pessoas do Sr. Padilha e de D. Cica. Já no que diz respeito aos assuntos da Cooperativa de Reciclagem, vemos que ainda há a presença de decisões consensuais. Percebemos, também, um grande empenho por parte desses dois líderes para que a comunidade cresça em todos os sentidos.

Destacamos que, no ecomunitarismo, a liberdade individual de decidir se realiza em uma busca consensual, de acordo com os outros, que também fazem valer sua liberdade individual de decisão, de tal forma que, se a primeira norma da ética garante a liberdade individual de decidir, a segunda norma da ética nos mostra que essa liberdade individual de decidir nunca pode ser egoísta, fechada e oposta à liberdade de decidir dos outros, mas ao contrário, deve se construir numa busca de acordos e consensos sobre o que devemos fazer, até porque o que fazemos sempre tem implicância social e, portanto, coletiva.

Ora, as pessoas da comunidade Ceval, em especial seus líderes, mesmo tendo a vontade de realizar reuniões deliberativas, não o fazem por falta de condições impostas pelo cotidiano. Não notamos uma contrariedade quanto a isto em suas lideranças, mas sim uma falta de condições de se articular para a prática efetiva do consenso. Já na cooperativa podemos afirmar que, dada a proximidade das pessoas, por passarem o dia juntas, existe, mesmo que empiricamente, uma tomada de decisões do tipo consensual. Nesse microsistema dos cooperativados encontramos assim, de fato, a prática consensual de seus destinos.

5.3.3 Da Terceira Norma da Ética

Padilha explica que como trabalham numa cooperativa de reciclagem, realizam-se reuniões nas quais se fala muito em meio ambiente, e que apesar de lidarem com lixo limpo o trabalho sempre constitui um perigo e, portanto, cuidados devem ser tomados. Salienta que na comunidade a situação é diferente. Lá as pessoas necessitam de palestras que instruem, principalmente no que se refere à juventude da comunidade. Sua narrativa é a seguinte:

Hoje, na realidade até já existe alguma coisa nesse sentido, depois que foi fundada a cooperativa, porque aqui a gente tem reuniões, se fala muito em meio ambiente, muito em saúde, entendeu, devido a gente trabalhar com resíduos, então claro, nós trabalhamos com lixo limpo, mas é um perigo sempre, né. Então eu mesmo vivo instruindo à eles pra que a gente tenha que ter cuidado, agora quanto lá na comunidade a situação é outra, né. Lá na comunidade nós precisamos muito de pessoas que possam dá palestras prá que elas venham instruir a juventude, porque na realidade, não existe, não existe mesmo e faz falta. Em primeiro lugar, assim, a saúde zero, porque nós não temos na realidade

um apoio assim..., eu até certa época eu ofereci pra nós criarmos, fazermos um posto de saúde lá, não foi possível. Não houve interesse do governo de fazer. A escola, entendeu, é uma coisa fundamental pra a gente precise educar, possa educar o jovem, entendeu, e tipo de palestras, reuniões, porque a gente tem um centro comunitário que pode ser usado pra isso e a gente não tem o apoio do próprio governo no momento de chegar e se dispor de ir lá, de indicar pessoas indicadas de fazer este tipo de trabalho pra que a comunidade possa se instruir. No tempo da Católica existia seguidamente essas palestras, eram estagiários eram alunos, iam pra lá, conversavam, passavam o fim de semana fazendo uma obra e outra dentro da comunidade, mutirão de limpeza. Eu cheguei a pegar junto com muitos alunos que hoje já estão formados, muitas vezes a gente fez mutirão de limpeza, de educação nesse tempo, que hoje faz falta. Para deixar bem claro a situação da saúde o que eu gostaria mesmo é que nós tivéssemos um apoio, entendeu, porque sozinho não vamos conseguir nada, se não tivermos o apoio de todas as pessoas que vivem envolvidas nesta questão da saúde pra pudéssemos, entendeu... Eu estou à disposição da gente se reunir e se tentar alguma coisa nesse sentido pra que pudesse melhorar, porque a saúde é precária. As conquistas maior foi de nós ter o nosso lar hoje, né, a nossa casa e a maior dificuldade foi a própria política em si não nos dá o apoio, porque a gente já teve o nosso material lá pra calçar a nossa rua e o prefeito mandou recolher. Na época então o prefeito Marroni que perdeu a eleição. Tava lá o estainer todo pra calçar toda a comunidade e como ele perdeu ele mandou recolher. Não tenho dúvida disso. Então de lá pra cá a gente passou muito tempo amassando barro, hoje, graças a um trabalho que eu sempre fiz juntamente com a secretaria de obras, aquele pessoal da secretaria, entendeu, então a gente sempre pedia pra eles dar uma ajudada. Se tu entra hoje tu vê que a coisa já não tá muito boa assim, entendeu, principalmente na entrada da comunidade, tá meio esburacada, mas a gente sempre passou trabalho com esse setor assim, sabe, da política em si nos ajudar.

Com relação ao assunto referente à preocupação com o meio ambiente e com a saúde do bairro, D. Cica responde:

É assim, oh. Se um tivé doente o outro corre pra ajuda. Faz assim como os amigos, entendeu? b) Olha, a gente lida com os nossos animais lá. Nós temos cavalo, né. E tem outros que têm cachorros, né, cada um cuida dos bichos. c) Tem uma vizinha na frente da minha casa ali, que ela tem um monte de cachorro, mas é que ela cuida aqueles bichinhos dela, né. d) Saúde eu acho que é higiene, é limpeza na casa, no pátio, umas criança bem limpinha, bem cuidada. e) É muita gripe, muita bronquite. O que tem mais é criança com bronquite, né.

Para Pérola, existe preocupação da comunidade com a saúde do bairro. Existe um problema grande, dirá, que é com o posto de saúde que fica muito distante e não está

autorizado a atender a Ceval, por essa comunidade encontrar-se fora de sua área de cobertura. Esse problema está descrito por ela ao dizer:

Sim, existe é bem precário. A gente tem um problema enorme com isso, porque a gente mora na Ceval, aí só tem um posto no Simões, né, que o que a gente se usa, né. Mas não é sempre que a gente pode usá. Eles dizem que a gente é fora de área, aí a gente vai naquele lá em baixo na puericultura, também não pode usar porque a gente não mora lá em baixo. A gente não tem, né. Aí a gente tem que ir no pronto socorro. Aí tu vai no pronto socorro com uma gripe e vem com uma pontada, né. É bem com isso a questão da saúde. A gente tem um monte de criança e agora com esse frio pior ainda, né. *b)* Existe, mas é mínima sim, porque tem bastante gente ali que é reciclador, trabalha nisso, né, nesse serviço de catar e... O pessoal não é muito, não tá muito ligado nessas coisa de meio ambiente, ecologia, essas coisa. *c)* Existe, mas é a minoria, que nem essa coisa da liberdade, né. É a minoria que pensa: ah, não vou botar o lixo ali porque..., não vou queimar o lixo enche um cano, cheio de lixo! E o lixeiro entra lá, né. *d)* Bem estar. Tu vive bem eu acho, né. Te alimenta bem, né. Uma série de coisas influencia na saúde: o teu trabalhar influencia na tua saúde, o teu dormir bem, tu tê aonde dormir bem. Tu comê bem. Eu acho que é isso saúde. *e)* Agora com esse frio, mais é criança doente. Aí é bronquite, é gripe. Eu acho que mais ou menos isso. Tem algumas pessoas doente assim, mas é assim, casos isolados. Não tem assim uma coisa que é generalizada na vila, sabe. Tem alguns hipertensos, alguns diabéticos, mas isso é comum, eu acho, né. algumas pessoas. Não é geral, não é todo mundo. Mas tem um grande numero de pessoas que tão doente, assim, cada uma com uma doença diferente.

Andressa diz que existe preocupação do bairro para com a questão da saúde e reafirma as preocupações de Pérola. Neste sentido dirá:

Existe, até porque a gente tentou e vamos tentar de novo, agora, ano que vem que é ano de eleição aqui na cidade, né, vereador e prefeito, um posto de saúde dentro do bairro, ali dentro do loteamento. Dentro do bairro a gente tem, mas dentro do loteamento não. Porque lá a gente tem quase duzentas famílias e o posto fornece cinco fichas pro loteamento Ceval. Então quer dizer, se tem cinco crianças doentes só consulta cinco, as outras cinco ficam doentes. O posto não fica longe, fica aqui três quadras da cooperativa. O problema é a quantidade de fichas, talvez um médico a mais. *b)* Existe a preocupação pessoal. *d)* Quem tem bicho cuida o seu bicho, quem tem árvore cuida a sua árvore. Mas as pessoas se preocupam, se preocupam. Ali a gente é cercado, como eu digo, cercado por eucaliptos e só, no caso, assim, só é tirado com a autoridade da prefeitura porque ali tem muito fio, essas árvores são muito antigas, elas correm o risco de desabá, aí quando é preciso eles fornecem o serviço dos bombeiros prá ir lá retirar a árvore. A gente bastante lá. *c)* Olha, saúde é tudo, porque se tu não tiver saúde tu não faz nada. Tem quem acha que se não tiver dinheiro não tem saúde. Eu não penso assim.

Porque se tu não tiver saúde tu não tem um emprego. Se tu não tiver um emprego como é que tu vai ter dinheiro? Né, se eu não tiver saúde eu não posso cuidar dos meus filhos. Eu penso assim. e) Eu não vejo nenhum, só vejo essa questão do serviço no posto que não é prestado de acordo com a comunidade.

Karen acredita que ninguém se preocupa com a questão da saúde. Esta é sua resposta:

Agora ninguém dá bola, é cada um por si. b) Não, ninguém tem. c) No caso tem pessoas que têm animais, têm lixo no pátio. Aqui mesmo na frente do centro comunitário, ali que botaram as lixeiras até prá separar o lixo, não, eles colocam tudo junto, dentro do cano ali mesmo. Sendo que tem as coisa prá separar ali, prá colocar. Aqui a gente não tem mesmo, no caso, prá tirar uma ficha... a gente era prá tê um posto, faz tempo que tá pra saí um posto, no caso, aí a gente vai sê atendida ali, eles atendem a gente por caridade, porque eles dizem que a gente tinha que tê um posto aqui pra nós. Então é... Sendo que tem cinco, seis pessoas na fila e eles tiram três fichas prá área nossa aqui, a área da Ceval prá sê consultado. Imagina, quando é um tempo que dá esse, crianças tudo gripada ou alguma coisa assim é difícil. São cinco crianças, três são atendidas e as outras tem que esperar. d) Acho que a gente tinha que tê mais acesso, um posto, e coisa assim, porque às vezes a gente tem que sair daqui pra ir direto lá no pronto socorro ou lá no posto aqui. A gente tinha que tê um posto pro pessoal daqui porque a gente vai nos lugar e eles sempre diz que aqui a área, eles atendem a gente por caridade. A área daqui da Ceval tinha que ter um posto aqui dentro e faz tempo que pra saí esse e não...

Michelle afirma que deveria ter uma preocupação maior para com a saúde.

Considerações

Ressaltamos, neste ponto, que a terceira norma estabelece a obrigação de zelarmos por uma natureza saudável do ponto de vista produtivo, sendo que tal natureza abrange tanto o ser humano quanto os seres não-humanos (VELASCO, 2008, p.132).

Quando da colocação da entrevistada Andressa, ao dizer que “tem quem acha que se não tiver dinheiro não tem saúde. Eu não penso assim, porque se tu não tiver saúde tu não tem um emprego. Se tu não tiver um emprego como é que tu vai ter dinheiro?”, nota-se a visão arraigada no inconsciente coletivo das pessoas, muito bem inculcada pelo modo de exploração capitalista, a lhes impedir de acreditar que um mundo diferente é possível. O ponto culminante de tal servidão é que o trabalhador só pode manter-se como sujeito físico

na condição de trabalhador e só é trabalhador na condição de sujeito físico (MARX, 2002, p.113).

A proposta ecomunitária coloca as coisas a partir da máxima de “a cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo suas necessidades”, como dissemos no capítulo três, ao falarmos da UCRONIA. Na utópica sociedade ecomunitarista, “as pessoas vivem suas vidas sob a tranquilidade do amanhã”, dessa forma, tal sociedade vem a ser uma organização societária avessa à anteriormente citada. Na sociedade capitalista, que contraria a referida máxima ecomunitária, as pessoas não conseguem perceber um mundo onde até as pessoas sem condições de trabalhar possam ter suas necessidades básicas atendidas.

No universo do capital, as pessoas só conseguem imaginar-se vendendo sua força de trabalho para poder sobreviver. Para tanto, necessitam, obrigatoriamente, vender sua força de trabalho, que, por sua vez, necessita da manutenção da saúde, que, inconcebível de ser mantida sem a venda da força de trabalho, dilui-se, seja pela ausência deste, seja pela sua presença a conduzir o trabalhador até o esgotamento de sua força produtiva. Marx e Engels (1978) descrevem o dano causado à saúde do trabalhador pelo modo de produção capitalista ao dizer:

Vigiar as máquinas, atar os fios quebrados não são atividades que exijam ao operário um esforço de pensamento; contudo, por outro lado, impedem-no de ocupar o seu espírito com outra coisa. [...] Assim, não se pode falar propriamente de trabalho, mas de aborrecimento puro e simples, o aborrecimento mais paralisante e mais deprimente que há – o operário da fábrica está condenado a deixar periclitarem todas as suas forças físicas e intelectuais neste aborrecimento, consistindo o seu ofício em aborrecer-se durante todo o dia... [...] Quer descansar, nem que fosse um só instante, e eis que surge o vigilante com o bloco de castigos na mão. Esta condenação a ser enterrado vivo na fábrica, a vigiar interminavelmente uma máquina incansável, é sentida pelo operário como a pior das torturas. Tem de resto um efeito absolutamente embrutecedor tanto sobre o organismo como sobre as faculdades mentais do operário. Não se pode inventar melhor método de embrutecimento do que o trabalho fabril. (1978, p.157-8).

Reparamos nas respostas, mais uma vez, a falta da UCPel a direcionar as ações comunitárias do bairro. O tema “preocupação com a saúde coletiva”, como problema ambiental, é tratado de forma mais acentuada na Cooperativa de Reciclagem do bairro, por uma questão profissional, uma vez que, de todos os cooperativados é exigido o uso dos EPI

– Equipamentos de Proteção Individual – e lhes é dado saber qual a finalidade e importância destes equipamentos no processo de seleção do resíduo com que trabalham. Verificamos uma preocupação constante para com a segurança dos trabalhadores. Porém, na comunidade, parece haver um cuidado maior com o meio ambiente privado, ou seja, apenas com o que se encontra na sua propriedade.

Nos depoimentos, percebemos uma preocupação unânime, também, com a precariedade do atendimento médico para a comunidade. Esta parece estar numa espécie de limbo onde padece de um jogo de empurra-empurra pelos postos de saúde, sendo que cada um passa a responsabilidade do atendimento à comunidade para o outro, e, nesse contexto, fica evidente o grande descaso por parte do poder público. Daí repararmos, simultaneamente, na aflição devido à falta de atendimento médico, em especial para com as crianças, e numa grande desilusão em relação aos políticos.

No momento em que a saúde da população do bairro é negligenciada pelo poder público, no momento em que alguns moradores da comunidade não se preocupam com cuidar o meio ambiente e, portanto, com a preservação e regeneração de uma natureza sadia, a terceira norma da ética está sendo aviltada, tanto pelo poder público, com o descaso à saúde física dos moradores da comunidade, quanto pela própria comunidade, pelo descaso com o local onde habitam.

CONCLUSÃO

Neste trabalho de tese, fomos levados a pesquisar se a Comunidade Ceval conseguiu conduzir, sem a presença da Universidade Católica de Pelotas, seu destino, realizando seus projetos, sonhos e aspirações. A este estudo, que compreende o período que vai de 2006 a 2011, denominamos de “caminhada solitária da Comunidade Ceval” que, por sua vez, nomeia nossa pesquisa.

A partir da análise por nós realizada, pudemos perceber que durante a presença da Católica a situação era de maior estabilidade na comunidade, pois eles sentiam-se mais seguros, graças ao amparo que a UCPel lhes concedia. Em nossa dissertação de mestrado (realizada com a mesma comunidade), em que analisamos o projeto ecomunitário desenvolvido junto à Comunidade Ceval pela UCPel, já salientávamos nossa preocupação para com o perigo do processo assistencial sem controle, dizendo que concordamos que a ação primeira não podia ser outra que não esta, assistencial, pelo fato de que a fome diminui a razão e promove os instintos de sobrevivência a índices extremamente elevados.

Todavia, não podemos incorrer no erro da permanência em tal ação assistencialista. Ela pode mascarar a realidade dos fatos dando a impressão de que as coisas estão melhores do que realmente se apresentam. Acreditamos que a Católica encerrou seu projeto precocemente, deixando a comunidade quando esta ainda não estava preparada para sua caminhada solo. Isso nos parece evidente quando verificamos a nítida transferência, por parte de muitos moradores da comunidade Ceval, da Universidade Católica para a pessoa das atuais lideranças.

Temos que salientar, no entanto, que suas maiores conquistas se fazem realidade, que são a Associação de Moradores e a Cooperativa de Reciclagem. No caso da cooperativa temos duas situações distintas: primeiro que ela existe pela luta dos membros/líderes comunitários, através de um convênio assinado com a prefeitura municipal, que é renovado periodicamente, pelo período de um ano. Caso a comunidade não consiga seus próprios convênios, ou seja, outros que não apenas este mantido com a prefeitura de Pelotas – SANEP, que pode não ser renovado – e, portanto, um excedente

monetário, a cooperativa fecha, porque tanto o resíduo quanto o pagamento, provém do poder público.

Até o presente momento a cooperativa tem um volume de resíduo que lhe permitirá abrir outro turno de trabalho. Isso significa maior geração de renda e aumento da qualidade de vida dos trabalhadores cooperativados. O segundo ponto é que, sendo o pagamento primeiro oriundo da prefeitura sob a forma de bolsa auxílio, isso também não deixa de ser uma forma de assistencialismo que pode incorrer no mesmo erro da UCPel, que, retirando-se precocemente, deixou a comunidade em uma situação ainda de despreparo para seguir em frente com a devida tranquilidade.

Os ecos do processo de deslocamento, sob a batuta da Católica, das margens do Canal Santa Bárbara para o atual local de moradia, o loteamento Ceval, ainda são, todavia, percebidos quando dizem que mesmo com toda a dificuldade e tropeços encontrados pelo caminho, conseguiram efetuar sua maior conquista, ou seja, as suas moradias. Percebemos, entretanto, que a comunidade vem superando suas dificuldades com um notório desejo de melhorar e uma grande abnegação.

Em sua obra intitulada UCRONÍA, Velasco descreve o utópico mundo ecomunitário. Nele o autor nos apresenta uma nova forma de administrar nossa casa, o planeta Terra, através das três normas da ética. Essa forma ecomunitária de administrar nos levou a verificar que, mesmo que de forma não consciente, esta é encontrada nas ações da Cooperativa Ceval, mas não na comunidade como um todo. Observamos que na Cooperativa a qualidade de vida melhorou para todos os cooperativados. A renda sendo distribuída igualmente entre todos faz com que a vontade de trabalhar aproxime-se do não-trabalho do ecomunitarismo, o contrário daquele descrito por Marx que consome suas forças e arruína seu espírito.

Dessa forma, pessoas que antes viviam em situação de mendicância, agora podem ter o seu crediário, adquirir seu alimento, sentir-se humano. A Cooperativa, porém, não tem lugar para todos, o que mantém, assim, grande parte da comunidade vivendo da coleta de lixo. Na Cooperativa, ainda, percebemos a horizontalidade das decisões, bem como a preocupação para com o meio ambiente, até mesmo por uma questão profissional. Quanto às demais pessoas da comunidade, notamos uma preocupação apenas para com “seu

próprio quintal”. Já em relação ao convívio, existe, no geral, uma harmonia entre as famílias e os vizinhos.

No que diz respeito à comunicação simétrica, ou seja, à veiculação de notícias, que na Ucronia é decidida de forma consensual, na Comunidade Ceval, mesmo que as decisões sejam tomadas consensualmente, não raras vezes as notícias chegam ao público sob a forma de “meias verdades”, característica típica do modelo de manutenção do *status quo* capitalista.

No ecomunitarismo, a política é chamada de todos, por que sua prática é coletiva e não representativo-partidária, respeitando sempre a segunda norma da ética. A maioria dos entrevistados, no entanto, acredita estar fazendo política em suas reivindicações, bem como percebem ser mais bem recebidos no período eleitoral, sendo dotados de uma visão política do tipo partidária, totalmente avessa àquela, proposta pelo ecomunitarismo.

A educação na comunidade foi considerada precária, basta ver que cerca de 90% dos habitantes do bairro são analfabetos¹⁷. Encontramos aí, também, a grande dificuldade por parte das lideranças comunitárias em que haja revezamento de tais lideranças. Neste ponto nos deparamos com um dos grandes problemas da comunidade Ceval, que vem a ser educação.

Nas três normas da ética podemos discutir o alicerce da Educação Ambiental. Deduzimos que não pode haver EA conforme esta ética, se educandos e educadores estiverem tolhidos do exercício da sua liberdade individual de opinião, convicção, busca, pesquisa e posicionamento. Não pode haver EA se esta liberdade não for exercida segundo uma dinâmica consensual e, portanto, se os conhecimentos gerados no processo ensino/aprendizagem de EA não forem o resultado daquilo que foi construído consensualmente, no diálogo em que educador e educando vão elaborando seu parecer, que pode ser modificado exatamente pela dinâmica de diálogo de que se reveste tal comportamento. Assim, não pode haver EA se o conteúdo do resultado da ação entre educador e educando não obedecer ao princípio da conservação e regeneração da natureza humana e não-humana sadia.

Ainda quanto à Cooperativa de Reciclagem, existe um projeto de construção de suas novas instalações, que contarão com balança, esteira e prensa, e a transferência do

¹⁷ Informação fornecida pela Assistência Social do CRAS, situado no Bairro Ceval.

atual local de funcionamento para dentro do Bairro Ceval. Esse projeto encontra-se aprovado e esperando liberação dos recursos. Segundo os cooperativados, tudo leva a crer que os políticos aguardarão o ano eleitoral – 2012 – e utilizarão esta necessidade da comunidade como trunfo eleitoral. Isso acontecendo ou não, nos deparamos com o tolhimento da liberdade individual de decisão que é o avesso da “política de todos”, proposta pelo ecomunitarismo. Mesmo em havendo na comunidade a tomada de decisões consensuais, quanto à necessidade das novas instalações da cooperativa, o poder público é quem decide em última instância o que é mais importante para a comunidade, sempre segundo os interesses governamentais.

Não podemos esquecer de que o poder público é regido por normas capitalistas e suas relações de dominação e poder. Tais relações nos fazem perceber quão distantes estamos do utópico universo da ordem socioambiental sustentável a que Velasco denomina de Ecomunitarismo. A Educação Ambiental, como prática política, deve buscar uma nova ordem econômica e social, portanto, vem a ser explicitamente caracterizada por uma mudança comportamental, que tem nos homens e mulheres que se entregam ao trabalho de construção desta nova realidade planetária seu grande agente transformador.

Educação para Velasco, então, conforme já abordada neste trabalho, é sinônimo de conscientização que, para Freire, é constituída por dois elementos complementares e indissociáveis que são: o desvelamento crítico das instâncias de dominação existentes na realidade e a ação transformadora sobre a mesma – ação esta que conduzirá à construção de uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos. Velasco, à luz da EA, substitui o termo “comunidade humana” por ordem socioambiental sustentável nas relações inter-humanas e entre os seres humanos e o restante da natureza. A definição de Educação Ambiental corrobora a afirmação anterior ao dizer que ela é livre de dogmas de qualquer espécie, congrega profissionais de todas as áreas, visa à harmonia entre homem e natureza, e destes entre si e consigo mesmo. O educador ambiental não se vê apenas como parte integrante da natureza, mas a própria natureza em ação.

Lembramos, ainda, que, para Freire, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Velasco conclui, então, que educar-se é conscientizar-se em diálogo com os outros no contexto de uma transformação sobre a realidade “ecossocial”, rumo à ordem socioambiental sustentável, a que ele denomina de ecomunitarismo.

Educação Ambiental, então, passa a ser a educação problematizadora, desveladora da realidade, sem a qual não podemos almejar os horizontes utópicos do ecomunitarismo. Há, assim, obrigatoriamente, a necessidade da mudança comportamental, que é, por sua vez, uma outra forma de definir Educação Ambiental. Velasco nos propicia a visão de uma sociedade ecomunitária em sua plenitude, através da “UCRONIA”¹⁸. Nesta obra, o autor permite a vivência da ordem socioambiental ecomunitarista, na qual as relações capitalistas e de esgotamento dos recursos naturais foram superadas. Tal sociedade constitui o utópico horizonte ecomunitário.

Na comunidade Ceval, foi detectada uma alta taxa de analfabetismo, o que, por sua vez, leva a uma grande dificuldade de compreensão da necessidade dos cuidados com seu entorno ambiental. Tal constatação fez-nos perceber uma carência da Educação Ambiental, no sentido que Velasco lhe confere, a qual já tínhamos em nosso trabalho de mestrado ao final de 2005, quando observamos uma carência teórica do que vem a ser a ordem socioambiental ecomunitarista, na qual devem vigorar as três normas da ética de Velasco. Porém, apesar da deficiência teórica do ecomunitarismo, fomos levados a crer e, portanto, a levantar a hipótese de que a comunidade Ceval teria conseguido se articular sozinha a partir do que lhe foi ofertado pela UCPel.

Concluimos, portanto, que a comunidade Ceval conseguiu obter conquistas importantes ao longo do período estudado – 2006/2011 – como sua Associação de Moradores e sua Cooperativa de Reciclagem. Isso significa, em nosso entendimento, que de uma forma ou de outra, muitas vezes de maneira precária, a comunidade conseguiu manter-se unida e lutando por seus interesses, o que vai ao encontro de nossa hipótese, e que nos faz crer também que fomos capazes de atingir nosso objetivo, ou seja, avaliar a realidade da Comunidade Ceval, no que toca a sua capacidade de ter-se mantido unida e lutando por seus interesses comunitários, a partir da concepção ecomunitarista, durante o período de 2006/2011.

Todavia, pela falta do aporte teórico da Educação Ambiental Ecomunitária, proposta por Velasco, e que se fazia a tônica do projeto da Universidade Católica de Pelotas, desenvolvido até o ano de 2005, a comunidade não conseguiu desenvolver a prática consciente das três normas da ética, base do ecomunitarismo – tendo esta sido

¹⁸ VELASCO, Sírio. “UCRONIA”. Ed. FURG, Rio Grande, 2009.

encontrada apenas empírica e embrionariamente na cooperativa de reciclagem – e, conseqüentemente, da ordem socioambiental ecomunitária, perfeitamente descrita em a UCRONIA de Velasco.

Salientamos, outrossim, o encerramento precoce do projeto ecomunitário da Católica junto à comunidade Ceval, o que deixou uma grande lacuna educacional, por nós detectada. Encerramos este trabalho concordando com Velasco, ao dizer que não sabemos se antes conseguirá a conscientização ecomunitarista superar o capitalismo ou o capitalismo acabar com a humanidade. Em todo caso, cremos que a nós cabe lutar para que aconteça o primeiro e não o segundo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 1992.

_____. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1998.

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. London: Clarenton Press, 1962.

AVENA, Armando. *A Última Tentação de Marx*. Rio de Janeiro; Ed. Relume Dumará, 1999.

AZEVEDO, José Clóvis de (Org.). *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BARRETO, Vera. *Paulo Freire para educadores*. São Paulo: A&C Editora, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tomo II. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOCHINIAK, Regina. "Interdisciplinaridade". *1º Congresso Paranaense de Instituições de Ensino. SINEPE, 1998*. Disponível em:
<www.pucpr.br/institutos/sinepe/curso/palestras/interdisciplinaridade.html> Acessado em: 09/08/2000.

BRANDÃO, Carlos R.. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

BARRETO, Vera. *Paulo Freire para educadores*. São Paulo: A&C Editora, 2003.

BOFF, Leonardo. *Cuidar da Terra, Proteger a Vida: como evitar o fim do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOFF, Leonardo. *Desenvolvimento ou sociedade sustentável?* Disponível em:
<<http://www.cei.g12.br/arquivos/2526.Texto-%20Desenvolvimento%20ou%20sociedade%20sustent%C3%A1vel.pdf>> Acesso em: 12/01/2011.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CAPRA, Fritjof. *Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 2003.

CHAPLIN, Charles. Do filme *O grande ditador*. 1936.

CORRÊA DA SILVA, Paulo Ricardo Granada. *A Educação Ambiental e o Projeto Ecomunitarismo na cidade de Pelotas-RS: uma análise qualitativa de resultados*. Rio Grande, 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado). Educação Ambiental – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 1999.

CORTES, Soraya M. Vargas. “Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas”. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

D'ANDREA, Flávio Fortes. *Desenvolvimento da personalidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

DEMO, Pedro. *Educação e desenvolvimento*. São Paulo: Papirus, 1999.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Bragança Paulista: São Francisco, 2005.

FAZENDA, Ivani. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. (Org.). *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *À sombra desta Mangueira*. São Paulo: Olho D'Água, 1995.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FORRESTER, Viviane. *Horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, José Clóvis de (Org.). *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GIBRAN, Gibran Khalil. *O profeta*. São Paulo: Catavento, 1976.

GREIDER, Willian. *O mundo na corda bamba*. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

GUIMARÃES, Célia Silva. *Pontos de psicologia geral*. São Paulo: Ática, 1991.

HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo, FREITAS, Carlo (orgs.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EduFF, 2000.

_____. “A qualidade de vida e seus indicadores”. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo, FREITAS, Carlo (orgs.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EduFF, 2000.

IRIARTE, Gregório. *Neoliberalismo, sim ou não?* São Paulo: Paulinas, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da Educação e do Ensino*. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed 34, 2009.

LEVIN, Henry, CARNOY, Martin. *Escola e trabalho no Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1993.

MINUCHIN, Salvador. *Famílias - Funcionamento & Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e Construção do Sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORIN, Edgar. “Complexidade e Ética da Solidariedade”. In: CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgar de Assis; ALMEIDA, Maria da Conceição de (orgs.). *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2002, p.11-20.

NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. *Cidadania para principiantes - a história dos direitos do homem*. São Paulo: Ática, 2003.

NUSSBAUM, Martha. “The Quality of Life”. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo, FREITAS, Carlo (orgs.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EduFF, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio histórico*. São Paulo: Scipione, 2004.

PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez, 2000.

QUESADA, Alarcon. *A Ditadura Global e a promessa de José Martí*. Princípios. São Paulo, n. 61, p.14/18, maio/jun./jul. 2001.

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS FILHO, José Camilo dos, GAMBOA, Sílvio Sanchez (Org.). *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 2001.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *Desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- SHAPIRO, Fred R; EPSTEIN, Joseph (Org.). *The Yale Book of Quotations*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- SHEPARDSON, Daniel. *Student Ideas: What Is an Environment?* The Journal of Environmental Education 36, n.4, Summ, 2005, p. 49-58.
- SILVEIRA, Jara Fontoura da. *Projeto ecomunitarismo Universidade Católica de Pelotas*. Pelotas, 1998.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa - Ação*. São Paulo: Cortez, 1998.
- TRATTNER, Ernest R.. *Arquitetos de idéias*. Porto Alegre: Globo, 1953.
- TRIVINÕS, Augusto Nivaldo da Silva. *Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.
- VELASCO, Sírio Lopez. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.
- _____. “Ética, educação ambiental e mudança social rumo ao ecomunitarismo”. *Ambiente & Educação*. Revista de Educação Ambiental. Rio Grande, 9: 9-27, 2004.
- _____. “A educação ambiental realista pede o impossível”. Texto inédito, 2005.
- _____. *Introdução à Educação Ambiental Ecomunitarista*. Rio Grande: Ed. FURG, 2008.
- _____. *Ucronia*. Rio Grande: Ed. FURG, 2009.
- VERSIANI, Isabel. *Distribuição de renda no Brasil é 2ª pior do mundo, diz Ipea*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/06/01/ult27u49235.jhtm>> Acesso em: 20/09/2009.